

Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde



Edgard Matiello Júnior
Paulo Capela
Jaime Breilh
Organizadores



Levado aos limites da exploração capitalista, o esporte moderno, como campo de ação e de vivência social das populações empobrecidas, caracteriza-se como uma atividade anti-vida e de degeneração da saúde. De igual forma, e na mesma lógica de apropriação mercadológica, outras manifestações culturais, tais como a capoeira, jogos e brincadeiras, e mesmo aulas de Educação Física escolar, também têm servido como fonte de alienação de massas e de rebaixamento da cultura corporal humana.

Em resposta, este primeiro volume dos ENSAIOS ALTERNATIVOS, lançado pelo VITRAL Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde, representa o esforço científico e militante para compreender a saúde como fonte de vida e direito inalienável da humanidade. Desse modo, apoiados no acúmulo teórico e vivências práticas que alimentaram visões críticas acerca das relações entre a Educação Física e a Saúde, o conjunto dos ensaios aqui reunidos busca fortalecer análises ampliadas e profundas sobre os poderes que se apropriam do esporte e de outros conteúdos para manter suas possibilidades de dominação política, ideológica, econômica, social e cultural, que obviamente determinam o fazer pedagógico de professores de Educação Física.

De forma especial, indica-se a leitura deste trabalho coletivo também para profissionais de outras áreas e para pessoas comuns que apóiam ou integram organizações e movimentos sociais que buscam a superação do mundo capitalista. Foi organizado pensando em contribuir com as reflexões críticas e as proposições de esporte e lazer de governos, escolas, sindicatos, movimentos sociais, clubes e corporações que se valem do esporte como prática social de transformação das condições de vida indignas e, portanto, injustas!



Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde

Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde

Edgard Matiello Júnior
Paulo Capela
Jaime Breilh
Organizadores



Edgard Matiello Júnior

Paulo Capela

Jaime Breilh

Organizadores

**Ensaio Alternativo
Latino-Americanos de
Educação Física, Esportes e Saúde**

Copiar
BRASILIA

2010

Copyright © 2010: dos autores.

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte
Orlando Silva

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor
Álvaro Toubes Prata

Vice-reitor
Carlos Alberto Justo da Silva

Instituto de Estudos Latino-Americanos

Nildo Domingues Ouriques

**Grupo de Pesquisa – Vitral
Latino-Americano de Educação Física,
Esportes e Saúde**

Coordenador do Grupo de pesquisa
Edgard Matiello Júnior

Organizador da obra

*Vitral Latino-Americano de Educação Física,
Esportes e Saúde*

Nome do(s) organizador(es)
*Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela e
Jaime Breilh*

Revisão
Patrícia Regina da Costa

Projeto gráfico, diagramação
Annye Cristiny Tessaro

Capa
Leopoldo Nogueira e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59 Ensaios alternativos latino-americanos de educação física, esportes e saúde / organizadores
Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela, Jaime Breilh. – Florianópolis : Copiart, 2010.
200p.

Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 978-85-99554-31-9

1. Esportes – Sociedade. 2. Esportes – América Latina. 3. Esportes – Saúde.
4. Educação física. 5. Globalização. 6. Capoeira. 7. Futebol. 8. Esportes – Educação.
9. Esportes – Ideologia. I. Matiello Júnior, Edgard. II. Capela, Paulo. III. Breilh, Jaime.

CDU 796.316
CDD 796

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Venda proibida.

Copiart
GRÁFICA
EDITORA

Gráfica e Editora Copiart Ltda

Rua São João, 247, Bairro Morrotes – Tubarão, SC, 88704-100
Fone/Fax (48) 3626-4481 – copiart@graficacopiart.com.br

Esporte e política

Nildo Ouriques¹

O esporte é uma atividade social e, como tal, intrinsecamente política. Essa é uma verdade elementar que no terreno das ciências sociais é de fácil reconhecimento, mas que, para o grande público, é de difícil aceitação. Afinal, na luta entre a paixão e a razão, a primeira parece eliminar qualquer exercício de racionalidade necessário para entender a função do esporte na sociedade capitalista.

Nesta sociedade, em que os atletas se transformaram em mercadoria – sujeitos, portanto, a compra e venda – houve a transformação do esporte em um ramo da economia, em área de investimento, e a submissão completa ao critério da rentabilidade empresarial passou a exigir de todos os envolvidos na atividade esportiva uma reflexão mais profunda do fenômeno esportivo em nossas sociedades.

Contudo, o caráter mercantil que o esporte assumiu nas sociedades capitalistas parece ser o dado menos relevante para o grande público, de tal forma que a paixão por um pequeno país, a admiração por um atleta ou a devoção por um clube de futebol parecem não estar intimamente associados à capacidade financeira para a competição... Enfim, as possibilidades de um

¹ Professor do Departamento de Economia e Presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC)

pequeno clube de vencer o campeonato brasileiro de futebol possuem íntima relação com a capacidade financeira que dispõe sempre associada a patrocinadores, contratos, etc., mas esse dado elementar parece não afetar em nada seus seguidores.

Neste contexto, pode o esporte ser motivo de disputa política? Quais são as funções políticas que o esporte cumpre em nossa sociedade? Quais os limites entre a admiração por um esporte e a alienação política? Ora, na exata medida em que nas sociedades modernas sua evolução depende da acumulação de capital e cumpre funções cada dia mais importantes de legitimação ideológica diante do estado, é igualmente inevitável que também seja objeto da crítica emancipadora destinada a liberá-lo da dinâmica capitalista da produção do êxito e da glória e a necessária legitimação ideológica que atualmente cumpre.

Não deve passar despercebido que um conjunto de professores cuja atuação está limitada ao ensino universitário e em especial aos cursos de educação física tomem para si a tarefa da crítica política e sociológica que envolve as relações entre esporte e sociedade. Os professores cumprem, assim, um duplo papel. Em primeiro lugar recolocam o tema para os profissionais da cultura física, estabelecem os nexos e evidenciam os princípios e consequências, em que a divisão social do trabalho requer o silêncio, produto óbvio da alienação. Em segundo, espetam a sociologia dominante que se nega a tratar como uma prioridade um tema relevante para milhões de pessoas, vinculados tanto ao desenvolvimento das sociedades nacionais quanto ao mundo dos negócios em escala planetária. É curioso e revelador que os estudos sociológicos, políticos e econômicos sobre o esporte, sob a forma de mercadoria, diminuam na medida em que este cresce em importância social, política e econômica.

É possível subverter o esporte? Os ensaios aqui reunidos indicam uma resposta positiva para a pergunta. Indicam também que tanto na França e Alemanha quanto na Venezuela ou na Argentina, o esporte está em disputa; disputa teórica e política! Onde alguns o valoram como fator de coesão social outros o revelam como fenômeno típico da alienação necessária à sociedade capitalista. Não deveríamos manifestar surpresa diante deste conflito, pois, ironicamente, é da natureza do esporte a disputa!

No Brasil, a consolidação de uma linha crítica sobre o esporte em geral, e o futebol em particular, tem nos escritos aqui reunidos uma contribuição importante para que a prática ou a paixão pelo esporte não impliquem em maior dose de alienação. Nesse contexto, não deveria ser realmente espantoso que a atenção de um torcedor qualquer o leve a conhecer em detalhes todos os aspectos do esporte – situação do clube, disputas internas entre os dirigentes, contratação de jogadores, táticas adotadas na última partida – ao mesmo tempo que ignora a mesma dinâmica na trama entre os partidos políticos e sua relação com o estado, as alianças do governador e as prioridades do presidente da república. Também não deveria intrigar ninguém o fato de que as emissoras de rádio ou TVs e os jornais dediquem um tempo extraordinariamente precioso para acompanhar cotidianamente os detalhes de cada nova situação em um determinado clube ou modalidade esportiva. É preciso manter ocupada a atenção das maiorias de tal forma que ela mantenha sua atividade intelectual nos marcos da “produção do consenso” que as escraviza socialmente enquanto potencializa seu gozo efêmero. O fenômeno é mundial, sem dúvida; mas no contexto da América Latina, marcada historicamente pelo subdesenvolvimento e pela dependência, a situação se agrava e ganha conteúdo dramático. Em nossa região,

o esporte, especialmente o futebol, cumpre funções de legitimação da ordem dominante que não podem ser desprezíveis. Na mesma medida, permite e exige um esforço de politização destinado a superar sua condição atual nos marcos da alienação social e política.

O avanço na direção crítica fortalecida por estes ensaios permitirá, mais cedo do que tarde, a transformação do esporte de tal forma que ele também se inscreva no movimento global de luta contra a alienação e a dominação política que caracteriza nossa sociedade.

9 Apresentação

A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio?

Jaime Breilh

Edgard Matiello Júnior

Paulo Capela

15 Uma Outra Cultura Esportiva é Possível: críticas e alternativas ao movimento olímpico internacional

Uma Outra Cultura Esportiva é Possível: críticas e alternativas ao movimento olímpico internacional

Arlindo de Souza Coelho Júnior

Antônio Jorge Chadud

Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Marcelo Guina Ferreira

42 Responsabilidade Social, ONGs e Esporte: o caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil

Responsabilidade Social, ONGs e Esporte:
o caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil

55 Juliano Silveira

Estado, Esporte e Ideologia na Venezuela:
“Hacer deporte es hacer Revolución”

Nilso Domingos Ouriques

Dagmar Mena Barreto

71 Estado, Esporte e Ideologia na Venezuela: “Hacer deporte es hacer Revolución”

Brasil e Argentina: estudo comparativo sobre conteúdos
da educação física escolar e questões de gênero

Suéllen Rogelin

Maria do Carmo Saraiva

Verónica Alejandra Bergero

94 _____

A Capoeira é do Brasil? A Capoeira no contexto da Globalização

114 _____ José Luiz Cirqueira Falcão

O Esporte e a Educação na Contemporaneidade: ambiguidades,
contradições e tensões sociais na França

140 _____ Fábio Machado Pinto

Sobre o Sistema de Complexos Homem-Esporte-Saúde:
reflexões a partir de contribuições da Alemanha

159 _____ Celi Zulke Taffarel

184 _____ Declaración de Cuenca

199 _____ Nosso manifesto pelo direito ao esporte no Brasil

Apresentação

Em diferentes regiões do planeta, através da mercadorização do esporte, são sustentados ideais de soberania de nações sobre outras nações; são propostas alternativas mágicas de prevenção ao uso das drogas e da prática de violências; e aventadas possibilidades de fuga da pobreza com rápida ascensão à riqueza, dentre tantos outros discursos simplistas e vazios de sentido, mas que são bastante úteis para reprodução das ideologias de dominação.

Contudo, observadores atentos percebem facilmente o quanto o discurso já mundialmente consagrado – “esporte é saúde!” – tem seus limites, e mais que isto, percebem que este discurso faz parte de uma estratégia de inculcação de valores e práticas sociais que alienam, exploram e verdadeiramente destroem a saúde dos praticantes, pois na lógica do esporte, mais do que o “tempo de fazer amigos” (*slogan* da Copa do Mundo da Alemanha 2006), o importante mesmo é exigir rendimento desumano e superar os limites de realização de negócios multimilionários de empresas de capital transnacional.

Nem sempre os poderes que organizam esses negócios são perceptíveis aos trabalhadores do esporte (atletas). Nem sempre essas ações ficam claras também para os que assistem aos espetáculos esportivos. Também nem sempre os próprios profissionais da área do esporte, no caso os professores de educação física, são capazes de perceber o que está para além do espetáculo.

No Brasil, há cerca de trinta anos, teve início um movimento nacional de professores de educação física que assumiu o compromisso de esclarecer a sociedade sobre esses tipos de manipulação que anunciamos linhas acima. Ao longo desse processo, muitos deles foram buscar apoio para suas formações acadêmicas em outros centros de produção de conhecimento científico, destacadamente na Alemanha, mas também em outros países da Europa, como Portugal, Espanha e França. No retorno, encontraram na América Latina companheiros preocupados com os mesmos problemas científicos e profissionais, sendo então possível impulsionar coletivamente um movimento que, apesar das limitações históricas, promoveu nos últimos anos uma rede de solidariedade e de trocas de conhecimento suficientes para articular diferentes perspectivas do pensamento crítico no campo da Educação Física, do Esporte, do Lazer e Saúde, com grande representatividade e repercussão principalmente nos meios acadêmico, escolar, e sobretudo na gestão pública em todos os níveis.

Apesar do esforço coletivo e dos avanços conquistados, isto ainda não é suficiente para se contrapor de forma contundente a toda essa dominação anunciada. Pois, perante os graves problemas sociais, as imensas distâncias geográficas e as condições desiguais de financiamento das chamadas ciências duras em relação às humanas, os poucos centros de produção democrática de conhecimento ainda não conseguem apresentar amplamente suas idéias e seus trabalhos concretos de prática revolucionária neste terreno chamado esporte.

É neste cenário que este primeiro volume dos *Ensaio Alternativos* se apresenta. Tendo em vista a pouca visibilidade que as críticas ao esporte têm alcançado em âmbito mundial, ao mesmo tempo em que o esporte tem inúmeras relações com a saúde dos povos (incluindo os trabalhadores do esporte),

pensamos ser importante trazer de forma consistente alguns conhecimentos que ajudem a expandir essa rede de articulação solidária.

Partindo de nossas experiências com companheiros brasileiros que transitaram por outros países da América Latina e Europa, pensamos ser possível apresentar novas contribuições para alicerçar esse movimento internacional de luta pela saúde através do esporte e de outras manifestações próprias ao campo da Educação Física. Dessa forma, esta produção científica com vocação militante caracteriza-se como estratégia inicial de trabalho do recém criado **Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde**.

Constituindo-se como um dos projetos que integra o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, o **Vitral** vem buscando gradativamente identificar, aproximar e disseminar os pensamentos críticos nas suas áreas de interesse, tendo como referência a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva de consolidação de um pensamento emancipador nos campos da Educação Física em suas múltiplas e contraditórias relações com a Saúde. Assim, em termos gerais, crítico refere-se à capacidade de análise sobre os processos políticos, sociais, culturais e econômicos que limitam ou impedem a plena realização das potencialidades humanas e condenam a preservação da natureza.

Para tanto, os organizadores desta produção buscaram reunir autores/as que representem alternativas ao isolamento característico de setores, grupos e pesquisadores/as em países da América Latina cujo colonialismo científico impera ao lado da escassez de recursos. Como alternativa de escoamento de produção científica para além das amarras institucionais, espera-se que esta publicação – *Ensaio Alternativo* – seja re-

representativa das aspirações coletivas de diferentes segmentos que lutam em defesa da Saúde e da democratização ao acesso às práticas corporais.

Por recomendação dos organizadores, os textos contêm linguagem de fácil compreensão porque não se destinam exclusivamente ao meio acadêmico, nem somente ao universo da Educação Física, ao mesmo tempo em que, apesar de serem escritos em linguagem simples, foi resguardado o devido rigor teórico e metodológico em suas elaborações.

É preciso mencionar o caráter pluralista desta obra, pois nela confluíram trabalhos de especialistas brasileiros das práticas corporais com os de um especialista da epidemiologia crítica que trabalha a determinação social da saúde e do esporte, na Universidade Andina Simón Bolívar, do Equador. Esta entidade equatoriana coordena a Rede para o Direito à Saúde, que juntamente com o MPS do Equador, impulsionou a luta pela nova constituição deste país, consagrando uma visão integral do direito a modos de vida saudáveis, dos quais fazem parte as práticas corporais. Dessa forma, a partir desta parceria internacional que se inicia com um projeto editorial, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidad Andina Simón Bolívar estarão impulsionando, no futuro, uma integração de esforços do Vitral brasileiro com os do Observatório Andino da Determinação Social da Saúde.

Além dos organizadores da obra, os quais também se empenharam na produção de um dos capítulos, foram chamados a colaborar pessoas de cinco universidades brasileiras localizadas em quatro macro regiões do país. Eles e elas são doutores/as, mestres, especialistas e professores/as da Rede Pública de Ensino de três estados brasileiros, os/as quais atuam em diferentes campos do conhecimento.

Gostaríamos de destacar também o contínuo apoio político e financeiro do Ministério dos Esportes e sua Rede CEDES, bem como da FINEP, dentre tantas outras entidades e pessoas com as quais assumimos parcerias consistentes e duradouras.

Para finalizar, como neste trabalho buscamos conteúdos diferenciados, optamos pela criação de capa que representasse artisticamente esse movimento coletivo, sensível e militante que tem, nas palavras do autor da capa (e do logotipo do Vitral),

A pedagogia da imagem composta – que é uma frase sem fim que convida ao diálogo – passeia pelos territórios institucionalizados e instituídos pelo poder/saber/fazer da sociedade, da academia e das ruas [...] Brincadeiras e brinquedos, criança e América Latina brincam juntos nas trajetórias do pião das relações que estabelecemos e se (r)estabelecem num outro modo de ser, de saber e de fazer uma outra cultura, corporal, humana, de identidade própria latino-americana. Em suma, transformam. Porque desinstalam, brincam, bailam e manifestam uma outra condição de vida e para a vida [...].

Registramos que foram inseridos ao final dos trabalhos mais dois textos, sendo um deles a *Declaração de Cuenca*, produzida coletivamente por ocasião da *Segunda Assembléia Mundial de Saúde dos Povos*, no Equador, em julho de 2005, representando uma proposta para revitalização das ações no campo da saúde para impulsionar vigorosamente um projeto planetário em defesa da vida em sua plenitude. É também uma declaração de intenções, de convite à participação integrada dos diferentes povos e organizações do mundo, e que, ao recuperar a concepção de saúde como direito humano fundamental, reconhece a educação como forte aliada na construção de um projeto emancipador. Quanto ao segundo texto menciona-

do (*Nosso manifesto pelo direito ao esporte no Brasil*), trata-se da transcrição da narrativa de vídeo produzido especialmente para essa Assembléia Mundial, e que devido à sua mensagem contundente e direta, de forte apelo à sensibilidade, tem sido bastante requisitado para fins didáticos em diferentes oportunidades de formação acadêmica e de educação popular.

Esperamos que os conhecimentos, o esforço solidário e fraterno que cada autor/a trouxe nos textos sirva de pequena contribuição para a qualificação científica das lutas populares por uma Educação Física, esporte, lazer e saúde em favor da vida.

Fica aqui, portanto, nosso mais sincero desejo de que esta série de publicações que agora se inicia seja sempre honestamente avaliada pelos movimentos sociais, para que tenhamos luzes para nos orientar na permanência como intelectuais orgânicos e intelectuais públicos aliados às suas causas legítimas.

Com admiração pelos autores/as e dedicação aos leitores/as

Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela & Jaime Breilh

A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio?

*Jaime Breilh**

*Edgard Matiello Júnior***

*Paulo Capela****

Introdução: o exercício e o esporte como agentes determinantes da saúde

Apesar de haver uma imagem ideal na qual o esporte é sinônimo de saúde, a relação entre ambos é um processo socialmente determinado, cujas características dependem das correlações de poder que operam em uma determinada formação social.

Portanto, embora as práticas do esporte e os seus espetáculos sejam considerados bons recursos de desenvolvimento humano, sob condições históricas e modos de vida típicos de certas classes e grupos sociais, essas atividades podem perder o caráter protetor da saúde e se tornar práticas destrutivas.

* Doutor e Diretor da Área de Saúde da Universidade Andina Simón Bolívar, Equador; Coordenador do Global Health Watch para a América Latina; E-mail: jbreilh@uasb.edu.ec.

** Doutor e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde e pesquisador do Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva e Instituto de Estudos Latino-Americanos – UFSC. E-mail: degaufsc@gmail.com.

*** Mestre em Educação e Professor do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde e pesquisador do Grupo de Estudos de Cultura Popular e de Movimento e do Instituto de Estudos Latino-Americanos – UFSC. E-mail: pcapela@bol.com.br.

Esse caráter surpreendente e contraditório do esporte regido pela lógica capitalista se manifesta de diversas formas. A mais dramática é a tensão crônica que acarreta lesões permanentes em desportistas de elite induzidos à competição extrema. Tal processo deteriora o fenótipo do atleta, afetando seus sistemas físicos, como o osteomuscular e sua saúde mental.

Por outro lado, a pressão para o consumo de artigos esportivos submete a maioria dos praticantes de esportes a padrões alienantes e nem sempre saudáveis, através dos mais diferentes mecanismos, alguns deles impulsionados pelo poder da mídia. Assumindo papel-chave de alienação, a mídia afirma as ideias hegemônicas sobre esportes e *fitness*, promovendo cenários de competições extremas, de modo a reproduzir a falta de solidariedade e o estilo de vida que permanentemente contribuem para a expansão do mercado, cuja expansão também a beneficia.

Nesse sentido, quando o esporte passa a ser controlado pelo monopólio das corporações transnacionais, as regras violentas da sociedade capitalista terminam por transmutar as práticas corporais de caráter recreativo e lúdico em mais uma das formas típicas de violência, convertendo os bens humanos (como o esporte, no caso) em mercadorias, subsumidas à sua lógica e condicionadas pela estrutura técnica e dependente do valor de troca delas, ao invés de os bens humanos serem conservados como bem de valor de uso para a saúde humana (ECHEVERRÍA, 2006).

Dados esses elementos introdutórios, neste trabalho, serão discutidos alguns aspectos do esporte que o caracterizam como importante patrimônio cultural da humanidade e como um imenso potencializador da formação educacional e da saúde humana, buscando demonstrar que, apesar disso, ele tem servido como mais um forte instrumento de alienação a servi-

ção de poderosas engrenagens do capital transnacional, as quais têm se utilizado de diferentes meios de propagação e controle de suas ações, inclusive no interior das estruturas do Estado.

Desenvolvimento do fenótipo e sua historicidade

Quando caiu o véu determinista das pesquisas sobre o corpo e suas funções, ficou evidente que não havia nenhum processo puramente biológico no desenvolvimento humano. A determinação social do rendimento físico-desportivo, assim como de todo o processo da vida humana, é um produto de relações entre alguns processos sociais amplos e outros de ordem individual, os quais condicionam a lógica global do negócio esportivo.

Na primeira categoria está a cumplicidade entre a política e as instituições; a contribuição dos padrões culturais alienantes; os processos ou padrões coletivos que correspondem a modos de viver próprios de classes ou grupos sociais diferentes, com seus modos típicos de trabalhar, seus padrões de consumo e de lazer, e até mesmo suas condições espaciais. E na categoria individual tem-se a “livre” escolha, na qual o estilo de vida pessoal expressa as possibilidades concretas dos modos de vida de todo o sistema para os membros de cada grupo, e suas condições biológicas e psicológicas (BREILH, 2003).

O potencial físico e psicológico com que se pratica exercício ou esporte é, conseqüentemente, o produto de um processo complexo de determinação. Esse potencial pode ser representado pelo tônus muscular; capacidade de reação e coordenação; mobilidade; capacidade de articulações para resistir às cargas e demandas funcionais; pela qualidade da calcificação óssea; desempenho cardiovascular e respiratório; potencial metabólico; respostas do sistema imunológico para proteção

contra resíduos metabólicos e agentes externos, ou seja, representa todo o conjunto de recursos fenotípicos para a realização das práticas corporais. O conjunto desses recursos, por sua vez, indica as limitações e as potencialidades dos praticantes de esportes, as quais são induzidas pela condição de classe e modo cultural de vida, e pelas práticas de estilo de vida pessoais determinadas pelo grupo social pertencente (Quadro 1).

Daí a importância em esclarecer como os mecanismos históricos gerados pelo mercado do esporte agem sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e classe média, impondo, com pouca ou nenhuma liberdade de escolha, o estilo de vida que adotamos. Por isso a importância em aplicar o conhecimento sobre a historicidade do corpo humano e suas funções para a luta contra a mercantilização e o mercenarismo desportivo. Esses são assuntos-chave para a luta por vida e saúde.

Para tanto, é necessário revisar algumas características cruciais da historicidade biológica que fazem parte da historicidade da vida humana. De maneira geral, podemos sintetizar tais conhecimentos da seguinte forma:

- 1) a determinação social das funções corporais está profundamente arraigada nas relações sociais amplas e se expressa no genótipo e no fenótipo, incluindo o psiquismo. As pesquisas oferecem muitas evidências sobre a determinação social das características físicas (biológicas) e do fenótipo: variações entre classes sociais na idade da primeira menstruação – menarca – (TANNER, 1962); as modificações históricas da cultura somática (BOLTANSKI, 1975; 1989); a mudança histórica de vulnerabilidade à tuberculose (MCKWEON, 1976); a transformação histórica das normas genéticas de reação (LEWONTIN; ROSE;

KAMIN, 1984; LEVINS; LEWONTIN, 1985); ou os estudos incontáveis sobre as variações históricas seculares das tendências das medidas antropomórficas. Resumidamente, trata-se de evidências da influência profunda que os processos sociais têm sobre a constituição genotípica e fenotípica para a prática de exercícios e atividades esportivas;

- 2) em segundo lugar, a determinação histórica do caráter biológico ocorre tanto como fenômeno atual quanto pretérito, causado por determinações cumulativas que podem ser ligadas à hereditariedade (BREILH, 2003); e
- 3) Finalmente, a determinação social do caráter biológico nem sempre produz mudanças ascendentes, estando sujeita a avanços e retrocessos, os quais dependem das condições sociais de cada período histórico.

Nível Coletivo				Nível Individual	
Relações estruturais gerais	Lógica dominante na prática desportiva	Modos de vida (grupos sociais)	Estilo de vida e cotidianidade individual	Condições Genotípicas	Condições Fenotípicas
Econômica: Modelo de Acumulação por expropriação	* Monopólio e mercantilização dos negócios esportivos e setores afins * Trabalho escravo na confecção de roupas esportivas e equipamentos * Práticas comunitárias	* Trabalho explorado e alienado * Consumismo	* Sobrecarga laboral * Sedentarismo	* Características genômicas e normas genéticas de reação que determinam a capacidade de atividade física * Tônus muscular * Capacidade de movimento articular * Qualidade de calcificação * Condição cardiovascular * Condição respiratória * Capacidade metabólica * Sistemas corporais: imunológico, nervoso, etc. * condição mental (psíquica)	

Quadro 1. Matriz de processos críticos na determinação social da prática desportiva e na aptidão física. (continua)

Fonte: Breilh (2005).

Nível Coletivo				Nível Individual	
Relações Estruturais Gerais	Lógica dominante na prática desportiva	Modos de vida (grupos sociais)	Estilo de vida e cotidianidade individual	Condições Genotípicas	Condições Fenotípicas
Política	<ul style="list-style-type: none"> * Políticas clientelistas * Paternalismo * Políticas emancipatórias 	<ul style="list-style-type: none"> * Debilidade do sujeito-social * Carências Organizativas e de auxílio coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> * Competitividade * Ausência de segurança social 		
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> * Cultura colonizada e dependente * Cultura da competição * Ciência esportiva lucrativa * Elitização das práticas e espetáculos * Desigualdade social, étnica e de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> * Modo de vida em que predomina: trabalhar para sobreviver sem tempo para práticas corporais e de ócio com qualidade; recursos e tempo mínimos para lazer; baixa qualidade dos recursos para lazer; padrões culturais sedentários; restrição do espaço do consumo; microambiente deteriorado. 	<ul style="list-style-type: none"> * Valoração social do esporte * Machismo * Cultura somática * Prática científica alienante: desconhece a igualdade * Debilidade de princípios de identidade e soberania 		
Principais contradições em cada dimensão	Monopólio, elitismo, competitividade vs. Práticas de desfrute solidário	Acesso vs. Exclusão Qualidade vs. Deficiência	Práticas sustentáveis e solidárias vs. práticas irregulares, inadequadas e alienantes	Sobrevida, aptidão e prática prolongada vs. envelhecimento e deterioração	

Quadro 1. Matriz de processos críticos na determinação social da prática desportiva e na aptidão física. (continuação)

Fonte: Breilh (2005).

***Mercantilização e monopólio do esporte:
hegemonia e periculosidade***

Pode-se dizer que assim como o capitalismo histórico produz o espaço que necessita (LEFEBVRE, 1991), a sociedade capitalista atual também produz os cenários esportivos que requer para um duplo propósito: acumulação de riqueza e construção da hegemonia.

A “sede de lucro” também captura a alma do esporte, envolvendo-o em sua busca de aceleração econômica e controle de mercado. Seu crescimento exponencial ultrapassa as barreiras territoriais e aumenta a necessidade de apropriação dos recursos de outros países. As empresas de espetáculo esportivo são capazes de transformar a prática de esportes e de *fitness* em artigos que circulam sob engrenagens industriais de imensa lucratividade² (SILVA, 2001).

Os complexos transnacionais esportivos podem realizar seus processos globalizados de acumulação de capital porque eles dominam os seguintes elementos-chave: os meios de comunicação de massa; o monopólio sobre grandes e únicos eventos mundiais (espetáculos esportivos); clubes esportivos e equipes; organizações desportivas mundiais (encabeçadas pelo COI – Comitê Olímpico Internacional); propriedade ou acordos econômicos com companhias que produzem equipamentos e infraestrutura desportiva para competições sofisticadas; equipes multidisciplinares de investigação sobre alto rendimento desportivo; a cumplicidade dos Estados em países organizadores de mega-eventos; a propriedade do passe de atletas e de recursos para seus treinamentos; e o controle social dos consumido-

² Só para mencionar, a indústria desportiva norte-americana gerencia 213 bilhões de dólares a cada ano, o que corresponde ao dobro do lucro da indústria automotiva e sete vezes o da indústria de cinema (AFP, 2007).

res convertidos em uma massa acrítica ou passiva (ALTUVE, 2002), dentre outros.

As corporações desportivas conseguem construir esta hegemonia e sua aceitação graças também ao fetichismo do *fair play*, uma vez que os espetáculos desportivos representam um suposto igualitarismo e um modelo ideal de coexistência humana, em que o esporte se apresenta como sinônimo de tranquilidade, paz, harmonia e competição leal (ALTUVE, 2002).

O esporte, quando tratado como mercadoria, relega a maioria das pessoas a um papel eminentemente passivo de consumidores do espetáculo e de sua propaganda. Além disso, ele se organiza e se desenvolve sobre os ombros da força de trabalho dos esportistas e demais trabalhadores envolvidos nessa prática, criando uma estratificação de imensa desigualdade. Ou seja, os desportistas com melhor desempenho, que compõem tal força de trabalho, e que são em última instância o imã do espetáculo desportivo, fazem parte de uma estrutura de trabalho altamente injusta, na qual o exultante sucesso econômico de uma elite minoritária mascara a situação de trabalho desfavorável da vasta maioria dos desportistas. Uma lacuna social, conforme demonstrado pela estratificação de classe de jogadores de futebol brasileiros (Quadro 2).

RENDA MENSAL (dólares americanos)	%
até 75	44,9
75 a 150	41,6
150 a 375	5,0
375 a 750	2,8
750 a 1.500	1,5
mais que 1.500	3,3% (402 jogadores)

Quadro 2. Estratificação de renda mensal de jogadores de futebol brasileiros (800 clubes com 12.000 jogadores).

Fonte: Altuve (2002, p. 104).

O esporte, quando considerado como negócio, reproduz uma profunda desigualdade social nas práticas corporais. Ocorre, por um lado, desigualdade entre os que têm acesso a uma prática desportiva realmente saudável e entre aqueles que ficam à margem de práticas corporais seguras e que, na maioria dos casos, convertem-se em meros espectadores. Especialmente se suas condições social, étnica, de gênero, de geração ou incapacidade os discriminam ou lhes impõem passividade que reforcem as relações sociais injustas.

Neste ramo de negócios, é reproduzida a disparidade entre o valor que se paga à maioria da força de trabalho desportiva, e os benefícios econômicos de uma elite, que é capaz de produzir feitos espetaculares que podem se tornar produtos comerciais altamente lucrativos, e que geram um rápido acúmulo de capital para as grandes empresas.

E, finalmente, é preciso considerar que o negócio desportivo raramente permite que atletas profissionais possam tomar suas decisões contratuais com liberdade, devido a regulamentos e limitações severos que controlam com mãos de ferro as suas

atividades e provocam em seus espíritos a situação de subordinação permanente. Nesse forte esquema de controle, as tentativas de protesto isolado e rebeliões eventuais são imediatamente reprimidas e desqualificadas.

Por tais razões se observa acesso decrescente dos pobres aos bens e recursos necessários para a prática desportiva adequada, e se constata o abismo existente entre as enormes ganâncias e privilégios desportivos de elites minúsculas e a exclusão massiva dos pobres, que arrancam de seu modo de vida empobrecido alguns minutos de ócio de má qualidade, ou por vezes se entretêm assistindo ao circo do esporte montado como forma de uma perfeita globalização alienante.

Companhias esportivas, mercado global e saúde

A mega iniquidade imposta pela transnacionalização do esporte

Empresas transnacionais podem ser definidas como as corporações que exercem suas atividades além das fronteiras do país de origem. Elas buscam manter contratos internacionais tanto com suas filiais e sucursais espalhadas ao redor do globo, como também com empresas estranhas ao seu grupo econômico e com os Estados aos quais dedicam suas atividades e que lhes provêm cobertura (SCHMITT; SANTORO, 2006).

Com o objetivo de reduzir seus custos (de mão de obra, impostos, acessos a financiamentos), as grandes corporações têm se utilizado cada vez mais desse recurso, pois isso significa maior competitividade e ampliação de mercados, permitindo, por exemplo, no caso das transnacionais do esporte, projetar novos modelos de calçados esportivos na Inglaterra; extrair do

Brasil a matéria prima; enviar o produto ao Equador para ser industrializado; recolher todas as partes e montar o calçado na Indonésia; exportar o produto final para todo o mundo e, então, acumular o lucro das vendas em bancos de diferentes países.

Como observado anteriormente, o esporte é um mega-negócio que integra o mercado global e envolve poderosas corporações capitalistas transnacionais. Nesse contexto, não é exagero afirmar que a base para a aceleração do negócio esportivo global é, em grande extensão, o resultado de operações fraudulentas e acordos. Essa é uma das conclusões a que chegaram os jornalistas Simson e Jennings (1992).

Ao investigarem os dirigentes do COI (Comitê Olímpico Internacional), os jornalistas mostraram a corrupção que envolve os Jogos Olímpicos Modernos, os quais se tornaram altamente lucrativos, de modo a ser a ferramenta favorita de certas empresas. Eles também denunciaram que o COI mobiliza quantias imensas como patrocínio para seus eventos internacionais. E que enquanto são disseminados os valores do *fair play* e a ética do bom relacionamento esportivo, são reproduzidos os círculos aristocráticos de uma oligarquia que vive em condições extremamente luxuosas, as quais transformaram o esporte internacional e os Jogos Olímpicos em empreendimentos de lucro privado. De fato, apesar da grande experiência dos jornalistas mencionados, cuja fama como tal resultou em estudos prósperos sobre a Máfia italiana, o caso Irã-Contras, o terrorismo e a corrupção na Scotland Yard, eles revelaram que o caso de corrupção no esporte Olímpico foi o mais difícil de ser investigado.

Dentre as várias possibilidades de discutir o poderio empresarial que comanda o esporte em âmbito global, analisar o futebol é dissecar o caso mais emblemático. Considerado o

Esporte Rei pela FIFA (Federation International of Football Association), envolve quase 250 milhões de pessoas diretamente na forma de praticante, debatedor ou espectador, e outros 1,4 bilhões com algum outro tipo de interesse. Para ilustrar a magnitude de sua influência, pode-se mencionar que a audiência de jogos finais de Copa do Mundo chega a ser de 3 bilhões de espectadores, ou seja, o equivalente à metade da população planetária (HAAG, 2005).

Em um “País do Futebol” típico como o Brasil (recordista em títulos da Copa do Mundo da FIFA), sua principal confederação de futebol, CBF (Confederação Brasileira de Futebol), tem se transformado em uma empresa de caráter transnacional. Porém, o mais contraditório e curioso nesse processo, é que um dos efeitos mais importantes desse fenômeno é o de que, tendo o Brasil se transformado num exportador de craques, os torcedores brasileiros só reverenciam seus mais valiosos jogadores quando eles atuam pela Seleção brasileira.

Se, por um lado, isso é motivo de orgulho nacional, pois aqui são produzidos craques reverenciados no mundo todo, por outro, isso caracteriza o Brasil como um país pobre que não pode manter seus jogadores em seu território.

Um jogador que se destaca, jogando por um clube brasileiro, tem seu destino selado: em muito pouco tempo estará jogando num clube europeu (GUEDES, 2004, p. 8).

Em síntese, essa é uma combinação entre nacionalização e transnacionalização, pois se os jogadores têm pátria, ao serem transformados em mercadoria, já não têm!

Jacobs e Duarte (2006), no livro *Futebol Exportação*, indicam que a venda da “mercadoria jogador de futebol brasileiro” para outros países cresceu 392% entre 1992 e 2005. Somente

em 2005 foram 804 transferências, predominando mercados como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, mas também figurando lugares antes impensáveis de se interessarem pelo “produto”, tais como países da África e Ásia. O Quadro 3 demonstra claramente a evolução histórica desse importante negócio.

Ano	Número de transferências	Ano	Número de transferências
1992	235	1999	658
1993	322	2000	701
1994	207	2001	736
1995	254	2002	665
1996	381	2003	858
1997	556	2004	857
1998	532	2005	804

Quadro 3. Transferências de jogadores de futebol brasileiros para o exterior entre 1992 a 2005.

Fonte: CBF/Folha de São Paulo (citado por JACOBS; DUARTE, 2006).

A administração da Seleção brasileira de futebol ilustra essa transformação do jogador em “*commodity*” do esporte. Desde as primeiras demonstrações de talento dos jogadores, fato que pode ocorrer antes mesmo de alcançarem o profissionalismo, os atletas são negociados preferencialmente com clubes do exterior, geralmente da Europa. Como eles são valiosas mercadorias, seus clubes europeus, que são empresas transnacionais ou são ao menos patrocinados por elas, exercem forte pressão para que ocupem um papel de destaque no cenário mundial, ganhem visibilidade e agreguem valor. Nessa lógica, se uma estrela de futebol consegue jogar pela seleção cinco vezes campeã mundial pela FIFA, é bem provável que seu valor aumente consideravelmente.

Evidências dessa situação podem ser notadas facilmente pela convocação da Seleção brasileira de futebol para o jogo das eliminatórias para a Copa do Mundo, em 2010, contra o

Equador: dos 22 atletas, apenas dois jogavam em equipes brasileiras. Aqui é importante analisar os depoimentos de dois deles (Quadro 4) que vinham sendo convocados regularmente para esta Seleção. O primeiro é do goleiro Doni, contratado por um clube italiano, e o segundo é de Vagner Love, atacante do CSKA, da Rússia.

Jogador/data da entrevista	Depoimento
Doni, entrevista fornecida em 24/07/2007 e obtida em 23/11/2007	Quase todo clube europeu está procurando goleiro brasileiro. (...) Antes era só atacante, hoje a imagem do goleiro é muito boa aqui na Europa, isso desde o Taffarel, o Dida, o Júlio. Hoje tem o Gomes, o Elton, eu na Roma, então, acho que abriu mercado para o goleiro brasileiro e eu fico feliz com isso porque anos atrás falar de contratar um goleiro brasileiro era quase impossível.
Vagner Love, entrevista fornecida em 14/06/2007 e obtida em 23/11/2007	Repórter: O atacante Vagner Love está há 3 anos no futebol russo, fato que é pouco visto, pouco comentado, mas ainda assim conseguiu chamar atenção do treinador Dunga e tem sido presença constante nas listas feitas pelo treinador. Vagner Love: Fico feliz por isso e o objetivo era esse, estar na Seleção e graças a Deus o Dunga está dando oportunidade aos jogadores que jogam na Itália, Espanha, Inglaterra...jogadores que estão jogando em Moscou, na Rússia (...)

Quadro 4. Depoimentos de jogadores convocados pela Seleção Brasileira de Futebol (principal).

Fonte: <www.cbf.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2007.

O que foi chamado de “poder da oligarquia” no futebol é demonstrado pela indicação do Brasil como o único candidato para sediar a Copa do Mundo em 2014. De acordo com Athayde (2007), a CBF, diretamente, manipulou essa decisão, graças a seus vínculos com o Estado brasileiro, as companhias transnacionais e a FIFA.

A análise das decisões político-econômicas de Athayde (2007, p. 32) mostram que:

Teixeira {o Presidente da CBF} tem pela frente compromissos políticos e comerciais com os quais está largamente habituado. O acordo com a NIKE garante 12 milhões de dólares por ano e prevê bônus de 6 milhões caso o Brasil vença as Copas de 2010, 2014 e 2018. A exclusividade de transmissão pela Rede Globo na tevê aberta rende outros 600 mil dólares, por jogo, à entidade. Ele também transformou a venda de jogadores da seleção e a negociação de amistosos em um grande negócio. Em 2006, a federação russa pagou 1.5 milhão de dólares para ver a seleção da CBF em Moscou. [...] a CBF recebeu 500 mil dólares para realizar um amistoso da seleção brasileira contra a Líbia. O jogo nunca aconteceu e o dinheiro nunca foi devolvido [...].

No caso da análise do futebol em nosso país (Brasil), uma investigação sobre a corrupção foi iniciada pela Câmara dos Deputados (órgão do Legislativo brasileiro). Muitos fatos obscuros e não esclarecidos envolvendo a NIKE e seus contratos com a CBF indicaram problemas graves. Seguem alguns destaques dos documentos oficiais (BOUDENS, 2002a):

- Fazer do futebol um grande negócio e da FIFA uma grande potência econômica que se sustente com rendas próprias tem sido a tarefa que se propôs João Havelange, que foi presidente da entidade por 24 anos.
- Assim, hoje, praticamente todas as entidades desportivas ligadas ao futebol profissional estão rendidas à lógica do mercado [...] que se alimenta do produto da compra e venda de jogadores, da participação no comércio de produtos e marcas e das diversas modalidades de patrocínio intermediadas por bancos de investimento.
- O contrato regula detalhadamente o uso do chamado “Kit” da NIKE pela CBF [...] assegura, em síntese, a onipresença da marca [...] a seleção masculina ficará à disposição da NIKE para um

mínimo de 50 jogos ou exibições internacionais, a serem organizadas sob a responsabilidade da empresa, com direitos exclusivos de comercialização, patrocínio e licenciamento [...]. A NIKE tornou-se também co-patrocinadora das escolas, clínicas e quaisquer programas juvenis de futebol diretamente operados pela CBF.

Nesse contexto, como já observado, o protesto dos jogadores de futebol contra o abuso e a exploração por parte de seus líderes é firmemente controlado. Tais regras tão claramente opressivas garantem a imposição de relações de poder para subordinar os *trabalhadores do esporte* aos seus “donos” nacionais e transnacionais. A própria FIFA determinou que os *trabalhadores do futebol* não devem manifestar suas opções políticas em jogos. Eles também são praticamente obrigados pelos patrocinadores de clubes e pelos detentores de seus passes (empresários) – devido a condições contratuais –, a estampar as marcas de empresas em seus uniformes de treinamento e de jogos, reforçando claramente a disseminação de suas imagens públicas ligadas à propaganda.

É bem sabido que os atletas são permanentemente advertidos de que, se querem “sobreviver” nesse mundo de negócios, eles têm que cuidar bem de sua imagem pública. Assim, eles são “fortemente aconselhados” a controlar suas emoções nos casos polêmicos e que impliquem em conflito de interesse econômico. Aqueles que não seguem as regras e desviam-se do comportamento passivo têm sido, frequentemente, acusados de conduta rebelde. Rebelia que lhes custa caro, sendo utilizados castigos simbólicos que visam domesticar diretamente suas consciências, bem como, indiretamente, amedrontar a todos os seus companheiros de profissão.

O controle de rebeldia é realizado por meio de vários mecanismos. As principais medidas utilizadas para operar essa

manipulação são as punições que envolvem: não convocação para as seleções nacionais; isolamento dos atletas com treino separado das equipes; elevadas multas e interrupção dos contratos; cancelamento do calendário de publicidade; inclusão em lista de indesejáveis disponibilizadas para outros clubes. Assim, considerando que a carreira de atletas profissionais tem vida curta, um único descuido frente aos poderes instituídos pode ser de difícil recuperação, fazendo com que o reinado dos poderosos permaneça garantido.

Esporte como cultura e lógica da competição e alto rendimento: pseudorrecreação, periculosidade e reforço da hegemonia

Sendo o esporte moderno um formidável patrimônio da humanidade, controlado na atualidade por interesses privados, as análises sobre ele não podem mais se restringir apenas ao campo de jogo, pois muito do que aí acontece é devido a pressões externas difíceis de serem percebidas quando observadas superficialmente. Enfim, já não cabe mais a análise ingênua e romântica. É necessário chamar a atenção para a apropriação econômica oportunista do mundo dos esportes e também para os desvios culturais decorrentes, tais como os apelos machistas e elitistas que manipulam e também contribuem para a lógica do mercado e para a deterioração das práticas corporais como uma fonte de saúde e conduta protetora.

Portanto, para além dos muitos bons ensinamentos do esporte, é preciso reconhecer também seu imenso potencial de alienação política, e um dos aspectos dessa alienação que mais incomoda é a naturalização dos acontecimentos sociais. Sobre o futebol, avaliamos ser extremamente perigoso considerar natural que:

- O sonho da excelência esportiva seja disseminado como possível de ser alcançado por todos, quando absolutamente não é!
- Em nome desse sonho se permita o investimento dos escassos recursos públicos na perspectiva do esporte de rendimento, bem como sejam estimulados de forma irresponsável os esforços de famílias miseráveis na aposta do talento de suas crianças, sendo estas muitas vezes confiadas a pessoas/instituições no mínimo despreparadas para mediar a formação das crianças atletas e suas relações de sucesso/fracasso com o esporte.
- Seja permitido colocar em situação de exploração qualquer ser humano que, não tendo outra opção, se submeterá a pressões e treinamentos desgastantes que aviltam sua dignidade, provocam lesões por vezes irreversíveis e que podem ampliar a chance de morte.
- Seja feita vista grossa ao esvaziamento e desqualificação das organizações de classe – a exemplo de sindicatos – para defesa dos interesses dos atletas – trabalhadores do esporte.
- Até mesmo as escolas (uma das poucas instituições que ainda se pode esperar que contribuam para o esclarecimento dos sujeitos quanto à realidade do esporte e do trabalhador dessa área) sejam apropriadas como órgãos formadores do consenso que levam à reprodução desse sistema, já figurando na atualidade como verdadeiros centros de detecção de talentos e de treinamento desportivo; dessa forma, isto impede o aprendizado dos jogos, brincadeiras e es-

portes orientados por outra perspectiva de emancipação humana.

- No esporte oferecido para os pobres e destituídos de poder de toda ordem, se desenvolva a chamada *tecnologia da improvisação (pedagogia do conformismo)*, com o argumento do estímulo à criatividade, quando o que acontece em geral é a enganação, com aproveitamento de locais e materiais de péssima qualidade, que não oferecem atrativos e que representam insegurança para seus usuários.
- No esporte sejam concedidos espaços cada vez maiores a valores e atitudes imorais. Numa atividade humana educativa por excelência, não é possível acreditar ser natural a corrupção de atletas, árbitros e dirigentes; uso/abuso de recursos ergogênicos; agressões verbais e físicas contra etnias, classes sociais e gêneros; estabelecimento de normas, campeonatos e legislações/tribunais orientados pelos interesses do capital.

Retornando ao Brasil como referência para as análises, este país, a exemplo de outros países da América Latina, tem conquistado avanços importantes em termos políticos, econômicos, sociais e culturais nas últimas décadas. Apesar disso, ele permanece extremamente desigual, com grande parcela da população vivendo em condições de pobreza e miséria absolutas. Dessa forma, ao invés de serem provocadas mudanças significativas nas relações de poder e nas condições de vida da população, as virtudes do esporte, por serem muito sedutoras, têm sido disseminadas como algo mágico, associadas de forma simplista à resolução de problemas muito sérios da realidade brasileira, tais como o desemprego, a marginalidade e o uso das drogas.

Com esses elementos, é possível compreender que em muitas situações o esporte é a tábua de salvação daqueles que, além do esporte, nada têm, nada podem, nada esperam!

Nesse contexto, as crianças talentosas para o futebol passam a ser alvo preferencial de especuladores. De acordo com um documento da investigação parlamentar referente às transações entre CBF/NIKE, existe uma Associação Internacional de Agentes de Jogadores. Tal atividade é regulamentada pela FIFA e, no Brasil, “os critérios de avaliação da aptidão para atuar como intermediário são livremente estabelecidas pela CBF”. Tratado como caso de “tráfico de seres humanos”, o documento oficial (BOUDENS, 2002b) da Câmara dos Deputados do Brasil traz informações assustadoras que ajudam a esclarecer a lógica de empresa transnacional e mercadorização de atletas desenvolvida por essas instituições:

- O empresário viaja pelo país em busca de crianças que demonstram bom potencial esportivo, mas ainda não têm vínculo contratual com algum clube. Daí entra em contato com a família, que geralmente se encontra em estado de ignorância e miséria, oferecendo dinheiro em troca de uma procuração pela qual consegue autorização para, em nome dos pais, assinar um contrato de trabalho com um clube estrangeiro.
- No exterior, a criança é entregue ao clube que o “contratou”, cuja primeira providência é retirar da criança o passaporte. A criança passa a jogar futebol em competições onde o estilo de jogo é diferente daquele a que estava acostumado no Brasil e, por ser estrangeiro (e, principalmente, por ser sul-americano), é socialmente discriminado. O empresário encerra sua missão e o abandona à própria sorte.

- As condições de trabalho são tão miseráveis (salário de fome, comida ruim, inexistência de plano de saúde, comunicação difícil) que não há como viver fora do alojamento do clube. E se quiser retornar para casa, terá muitas dificuldades, pois não pode romper o contrato e não sabe como fazer contato com sua família.
- Nessas transações comerciais, portanto, há sérias violações da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e do Estatuto (brasileiro) da Criança e do Adolescente

Para concluir, nós temos que sublinhar o fato de que não há nenhuma dúvida quanto ao tipo de esporte explorador e lucrativo idealizado pelo COI, pela FIFA e por algumas das mais destacadas comissões nacionais de esporte, bem como quanto aos interesses que controlam empreendimentos transnacionais e se reproduzem pelos Estados por meio de suas políticas públicas nas áreas de saúde e educação. Essas práticas são impregnadas de valores e princípios que atentam contra a dignidade humana e os modos de vida saudáveis.

Alternativas saudáveis para Educação Física e esporte democráticos

O argumento de construir saúde é a melhor desculpa para multiplicar as vendas e ampliar o mercado de bens esportivos. Listas longas foram desenvolvidas para promover o consumismo: produtos desportivos (bicicletas e tênis sofisticados, por exemplo); serviços (de médicos, nutricionistas, psicólogos e treinadores) e mega-estruturas desportivas, estas quase sempre construídas e mantidas pelo Estado (como complexos aquáti-

cos e estádios de futebol). No outro extremo, ou seja, para os desprovidos de recursos financeiros e historicamente afastados do acesso aos seus direitos, também é incentivada a prática de esportes. Mas, em geral, essa prática é realizada com produtos, serviços e estruturas em condições precárias, gerando falta de estímulo; dificuldade de acesso; perda de continuidade e muita insegurança.

Apesar desses obstáculos históricos e da dificuldade para construir alternativas para eles, há propostas interessantes desenvolvidas em muitos lugares, análises desportivas alternativas e pesquisas sobre experiências concretas que estão abrindo o caminho para o esporte emancipador e saudável. Claro que mudanças profundas não ocorrerão sem lutas sociais e organização, mas é preciso construir alternativas críticas e contra-hegemônicas que anunciem e sustentem tais possibilidades. Assim, devido à impossibilidade de resumir toda essa experiência rica e já disponível em extensa literatura desportiva crítica, serão destacadas aqui três linhas básicas de ação.

Primeiramente, deve-se fazer referência à necessidade em aprovar leis (nacionais e internacionais) que impeçam o mal uso do sistema esportivo como um monopólio privado, e que promovam a proteção das políticas públicas. Também temos que lutar pela institucionalização da responsabilidade e dos mecanismos de monitoramento da comunidade. É preciso realizar uma auditoria social que facilite a pesquisa e que controle permanentemente os negócios desportivos, envolvendo instituições ligadas ao esporte e às práticas corporais em todos os níveis. Leis que coloquem a soberania do Estado e os direitos humanos e dos trabalhadores acima de toda a exploração daqueles que vivem do esporte (trabalhadores do esporte e não simplesmente atletas) e daqueles que vivem com o esporte (aprendizes em nível recreativo e espectadores/torcedores).

O segundo eixo se refere às políticas públicas voltadas para o esporte. Não se pode aceitar que dinheiro público, principalmente de países empobrecidos, seja investido no esporte Olímpico com toda sua natureza elitista. É preciso ter certeza que os recursos públicos serão aplicados no desenvolvimento de programas que visem a democratização do acesso ao esporte.

Para ilustrar o que significa a prioridade nesse processo de investimento, basta lembrar os resultados dos Jogos Pan-americanos organizados no Rio de Janeiro, em 2007. Com o *slogan* repetido de que esse mega-evento esportivo atrairia investimentos novos e estimularia a economia do país, o evento representou uma verdadeira quebra financeira do Estado brasileiro: mais de 2 bilhões de dólares de investimentos públicos. Ou seja, essa quantia poderia ter sido usada na construção de mais de 15 mil estruturas esportivas diversificadas e de qualidade, o que significa aproximadamente três constituições em cada cidade brasileira.

Arruda (1997) diz que o maior desafio dos educadores é lutar pela emancipação e libertação dos trabalhadores. Assim, a terceira linha de ação é a realização de uma profunda análise crítica do ensino de esporte, uma vez que este é baseado predominantemente em teorias que priorizam a busca do alto desempenho e a competição.

Então, seria possível acreditar no esporte movido por princípios democráticos e de solidariedade e por valores que contribuiriam com a saúde para além das possibilidades orgânicas. Isso não significa descartar o treinamento e a técnica, e sim trazer novos significados e assumir outros objetivos, que não reduzam as práticas corporais a metas utilitárias e imediatas. Isso implica em superar as perspectivas centralizadoras do processo educativo no qual o professor define *a priori* o que é

melhor para os estudantes e cria suas próprias estratégias para alcançar os objetivos verticalmente assumidos em instituições internacionais detentoras e centralizadoras de poder, seguindo cegamente as regras desportivas e relações sociais predeterminadas, ao invés de motivar o uso criativo do corpo e valorizar a sabedoria popular, a organização coletiva e a subversão das normas impostas, frequentemente violentas, ilegítimas e imorais.

Nessa nova perspectiva³, as escolas podem se caracterizar como importantes centros de disseminação do esporte para libertação humana. Para isso ser possível, elas precisam ser transformadas em espaços que alimentem tais experiências, o que necessariamente não requer equipamentos ou instalações de custo elevado. É perfeitamente possível realizar esporte para libertação humana a partir de equipamentos e instalações simples e econômicas, desde que estimulantes e de boa qualidade.

Seguindo essa lógica, considera-se que o espaço escolar e sua estrutura podem constituir o que denomina-se como Centros de Cultura Popular e de Movimento, criados e produzidos em parcerias entre comunidades, movimentos sociais, Poder Público e centros de formação científica com claras opções democráticas e revolucionárias.

³ Esta discussão foi apresentada anteriormente em outra publicação do GHW (CAPELA; MATIELLO JÚNIOR, 2005).

Referências

AFP. Maneja 213 mil mdd anuales la industria del deporte estadounidense. *La Jornada*, México, Distrito Federal, ano 23, n. 8065, fev. 2007. Caderno de Economia. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/02/04/index.php?section=economia&article=022n1eco>>. Acesso em: 15 out. 2009.

ALTUVE, Eloy. *Deporte: modelo perfecto de globalización*. Maracaibo: Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos, Universidad del Zulia, 2002.

_____. *Juego, Historia, Deporte y Sociedad en América Latina*, Maracaibo: Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos, Universidad del Zulia, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemony Unraveling. *New Left Review*, Londres, n. 32, mar./abr., 2005.

ARRUDA, Marcos. A formação que interessa à classe trabalhadora. *Revista Forma e Conteúdo*, São Paulo, v. 1, p. 23-27, 1997.

ATHAYDE, Phydia. Oligarquia do futebol. *Carta Capital*, País, n. 7, p. 30-35, nov. 2007.

BREILH, J. Conferência de Abertura do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e I Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Universidade Federal de Rio Grande do Sul; 5 de setembro de 2005.

BOUDENS, Emile. O contrato CBF/NIKE/TRAFFIC. In: *CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto I*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002a.

_____. Medidas de prevenção à saída do país de atletas menores de idade. In: *CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto IV*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002b.

BOLTANSKI, Luc. *Los Usos Sociales del Cuerpo*. Buenos Aires: Periferia, 1975.

_____. *As Classes Sociais e o Corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BREILH, Jaime. *Epidemiología Crítica: Ciencia Emancipadora e Interculturalidad*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003. (Edición en português por Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006).

CAPELA; Paulo; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. El Deporte y la Liberación Humana. In: BREILH, J. (Org.) *Informe Alternativo sobre la Salud en América Latina*. Quito: Somos Punto y Línea, p. 270-275, 2005.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Vuelta de Siglo*. México: Ediciones Era, 2006.

GUEDES, Simoni Lahud. *Mercado X pátria: a transnacionalização do esporte e os europeus do futebol brasileiro*. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra, Portugal, 2004.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE. *Um Outro Mundo é Possível e Nele Uma Outra Cultura Esportiva*. Goiânia: Manifesto ao II Fórum Social Mundial do Grupo da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, 2002.

HAAG, Carlos. A pátria pendurou as chuteiras? *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 117, nov. 2005. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=2798&bd=1&pg=1&lg=>> . Acesso em: 15 out. 2009.

HARVEY, David. *New Imperialism*. Oxford: The Oxford University Press, 2003.

JACOBS, Claudia Silva; DUARTE, Fernando. *Futebol exportação*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

LEVINS, Richard; LEWONTIN, Richard. *The Dialectical Biologist*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LEWONTIN, Richard; ROSE, Steven; KAMIN, Leon. *Not in Our Genes*. New York: Pantheon Books, 1984.

MACHADO, Juan; ESTRELLA, Lucia. Efectos de la Globalización Neoliberal en el Deporte: El Caso del Baloncesto. *Revista Cuba Socialista*, Habana, n. 12, p. 12, 1999.

MCKWEON, T. *The rise of modern population*. New York: Academic Press, 1976.

RICHTER, Nathan. U.S. College Basketball and the Missing Social Contract. *The Globalist*, Washington, 05 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.theglobalist.com/StoryId.aspx?StoryId=6094>>. Acesso em: 15 out. 2009.

SCHMITT, Leandro de Mello; SANTORO, Valéria Figueiro. O fenômeno das empresas transnacionais. *Boletim Jurídico*, Uberaba, 09 out. 2006, seção Fique por Dentro. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/fiquepordentro/materia.asp?conteudo=95>>. Acesso em: 15 out. 2009.

SILVA, Ana Márcia. *Corpo, Ciência e Mercado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SIMSON, V. Y. V.; JENNINGS, Andrew. *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas*. São Paulo: Editora Best Seller, 1992.

TANNER, J. *Growth at Adolescence*. 2. ed. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1962.

THOMAS, A. *Esporte: introdução à psicologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, v.10, n.11, p. 31-46, jul. 1998.

Uma Outra Cultura Esportiva é Possível: críticas e alternativas ao movimento olímpico internacional

*Arlindo de Souza Coelho Júnior**

*Antônio Jorge Chadud***

*Hugo Leonardo Fonseca da Silva****

*Marcelo Guina Ferreira*****

Introdução

Este texto foi produzido originariamente como manifesto apresentado ao Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil. A pertinência do assunto, as repercussões da produção, durante e após o evento e sua atualidade motivaram sua publicação, com poucos ajustes, junto a este *Ensaio Alternativos*, somando-se a tantos outros trabalhos que lutam por um outro mundo. Acredita-se que neste novo cenário mundial que se forja em diferentes nações e áreas de conhecimento e intervenção, também uma outra cultura esportiva é possível e necessária. Uma cultura esportiva que se materialize como

* Graduado em Educação Física/UFG, Professor de Educação Física das Redes Estadual de Educação de Goiás e Municipal de Educação de Goiânia.

** Especialista em Educação Física Escolar, Graduado em Educação Física e Ciências Sociais pela UFG e Professor de Educação Física Rede Municipal de Educação e Cultura de Palmas.

*** Mestre em Educação, Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. E-mail: hgleofonseca@hotmail.com

**** Doutor em Educação, Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás.

expressão de uma nova sociabilidade sensível às necessidades humanas, includente, dialógica e comunicativa.

As olimpíadas são a grande referência do fenômeno esportivo no mundo contemporâneo e globalizado

O esporte se constitui como um dos fenômenos mais complexos e abrangentes das sociedades contemporâneas, tornando-se inclusive uma das práticas sociais de maior unanimidade quanto a sua legitimação social. Os **jogos olímpicos** são uma das expressões mais típicas desse fenômeno, à medida que reúnem, num grande evento, povos e culturas de todo mundo sob a hegemonia dos países capitalistas centrais. Portanto, a maioria dos países participantes encontra aí mais uma forma de manutenção da sua posição subalterna no quadro geral da “globalização” que, a rigor, tem sido muito mais um sustentáculo ideológico do imperialismo político e econômico, e no caso das olimpíadas, revela sua face de imperialismo cultural.

A instituição esportiva se expandiu tão rápido quanto o capital pelo mundo

A ideia da constituição de um *impérium mundi* não é nova, remonta mesmo às origens do mundo ocidental, sendo inclusive parte essencial de sua tradição intelectual. O fenômeno esportivo tem contribuído decisivamente para o processo milenar de ocidentalização do mundo. Basta ver que o esporte, de sua origem à sua “globalização”, percorre basicamente o mesmo processo de expansão da modernidade, surgindo em meio aos

processos relacionados às Revoluções Industrial, Científica e Política ou Burguesa. É nesse contexto que tanto a instituição esportiva, quanto o capitalismo alastram-se tão rápido e ferozmente, a partir da Europa para o mundo todo, refletindo hegemonicamente as características da sociedade burguesa.

O esporte possui características hegemônicas que são funcionais à ordem burguesa

O esporte sob essas condições se desenvolveu com base em características que refletem os valores mais funcionais para a manutenção do *status quo*. Entre outros, é possível citar: racionalização, cujo pensamento técnico e científico predomina sobre qualquer pensamento místico, tradicional ou religioso, fatos visíveis no esporte pela ênfase dada, cada vez mais, à quantificação dos feitos atléticos, numa maior especialização dos papéis a serem executados pelos atletas e pelo desenvolvimento de táticas e estratégias de jogo cada vez mais “frias” e calculistas; secularização, que podemos definir como processo pelo qual as representações sociais não estão atreladas a explicações religiosas, e sim calcadas na razão científica e nas técnicas dando-lhes um certo caráter “profano”; por outro lado, o esporte enquanto promotor da força de trabalho, nos moldes do sistema capitalista, reproduz em seu interior a divisão social do trabalho e sua alta complexidade, o que reflete na especialização de papéis, que limita as potencialidades humanas, pois do conjunto de aquisições e habilidades técnico-esportivas que, em tese, estariam disponíveis a atletas, restringe-se a apenas algumas exigidas pelos modelos de *performance* e desempenho hegemônicos; regulação em alta escala que se caracteriza por uma forma de controle social exercida não só desde cima

pelo MOI (Movimento Olímpico Internacional), mas também desde baixo, por exemplo, pelas famílias e clubes que fomentam uma determinada “obsessão” pelo resultado máximo. Isso sem falar que os códigos (regras, estruturas hierárquicas, etc.), criados pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) e pelas confederações, são reguladores do funcionamento da prática esportiva através de instrumentos como, por exemplo, a Carta Olímpica. Assim, os envolvidos com o esporte (atletas, dirigentes) ficam submetidos a um controle hierárquico do qual não são sujeitos ativamente implicados em sua construção. Outras características do esporte, como os condicionantes econômicos, o treinamento esportivo e os resultados técnicos, se tornam importantes no processo regulador de identidades e consciências individuais e coletivas; a burocratização traz um novo modelo de organização para o esporte, em que nascem as federações, as grandes promotoras dos torneios de “alto nível” (altamente comerciais). As novas organizações formam as ligas profissionais que adéquam o esporte à lógica do capitalismo industrial, por sua vez essa nova lógica faz com que várias práticas corporais sejam esportivizadas, fortalecendo ainda mais um determinado modelo burocrático. A comercialização e consumo exacerbado e a prática do *doping* são outras características do esporte moderno já bastante conhecidas e assunto que, de certa forma, será abordado mais adiante.

O movimento olímpico é a mola propulsora da “ocidentalização esportiva do mundo”

Juntamente com a expansão do modelo de sociedade ocidental para o restante do mundo, o esporte se torna uma das estruturas difusoras da nova organização social, e o MOI é a

mola propulsora dessa difusão. Desde sua origem, o MOI tem a cúpula formada por Barões (a começar pelo Barão Pierre de Coubertain), Príncipes e Aristocratas. Nos atuais dias, eles foram sucedidos por toda sorte de ricos e endinheirados “homens de negócio”. Nunca houve espaço nessa cúpula para a “classe que vive do trabalho”. Nesse sentido, como poderia o MOI deixar de ser um grande difusor da visão social de mundo a que pertenciam e, ainda, pertencem aqueles que, na acepção do pensador Antônio Gramsci, lhe conferem a devida direção moral e intelectual? Aqui basta um único exemplo: a própria noção de **internacionalismo** do MOI nada tem a ver com aquela outra, construída pelo movimento operário internacional. A verdade é que os conflitos centrais da sociedade burguesa geraram, à época, duas organizações (não instituições) esportivas paralelas e rivais. A classe trabalhadora europeia é fundadora, inclusive, de uma Associação Internacional Socialista para o Esporte e a Cultura Corporal. A primeira

[...] constrói (*sic*) uma rede de clubes ginástico-esportivos reunidos em federações nacionais (e internacionais), que procura dar um sentido “proletário” à prática da ginástica e do esporte, criticando o individualismo e a competição, considerados valores burgueses, enfatizando a solidariedade (de classes). Este movimento chegou a organizar três grandes olimpíadas especificamente da classe trabalhadora. Esta organização estava ligada à luta mais geral da classe trabalhadora, sofrendo inclusive a divisão própria da internacional bem socialista e comunista e após a Segunda Guerra Mundial não pode mais ser recuperada. O argumento central para se constituir apenas uma organização esportiva, congregando os interesses “exclusivamente esportivos”, foi o de que um dos males e equívocos ocorridos havia sido a instrumentalização política do esporte (no caso o da olimpíada de Berlim por Hitler), devendo permanecer neutro (BRACHT, 1997, p. 104).

Um espetáculo de racismo, terrorismo, boicotes, bloqueios, etc.

Sabe-se de vários episódios de uso político-ideológico do esporte. O exemplo mais famoso ocorreu na Olimpíada de Berlim em 1936, quando o regime nazista pretendia fazer do evento a vitrine da suposta superioridade da raça ariana. Felizmente, o negro norte-americano Jesse Owens, ganhador de duas medalhas de ouro, provou, já naquela época, que um outro mundo é possível.

Durante os anos de bipolaridade e da Guerra Fria, as olimpíadas se tornaram um palco privilegiado para o confronto entre as superpotências e suas respectivas áreas de influência, exemplo disso foram os boicotes às Olimpíadas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984). Mas com o colapso dos regimes do Leste Europeu, as olimpíadas passam a ser um palco privilegiado para os países capitalistas centrais expressarem sua supremacia. Símbolo desses novos tempos é a admissão, a partir da Olimpíada de Barcelona em 1992, dos atletas da liga profissional de basquetebol dos EUA, a NBA. Numa estratégia de *marketing* a imprensa logo se encarregou de batizá-los de *Dream Team*. O fato de que é praticamente impensável algum outro país do mundo vencê-lo, simboliza a hegemonia norte-americana atualmente, ainda mais pensando que tal fato só se tornou possível com o fim da URSS, o que permitiu aos EUA impor sua vontade soberana ao COI (como já se faz na ONU, FMI, Banco Mundial, etc.) sem qualquer resistência.

Como esquecer ainda dos protestos dos Black Panthers, estadunidenses negros que, em sintonia com as lutas raciais em seu país, erguiam os punhos fechados quando subiam ao pódio durante a olimpíada do México em 1968? Em tempos de

terrorismo há de se lembrar dos atentados contra a equipe israelense na Olimpíada de Munique em 1972.

De novo em Barcelona, em 1992, torcedores cubanos, aproveitando o elevado prestígio internacional de seus atletas participantes do evento, realizaram uma manifestação contra a atual situação política de Cuba, portando um cartaz com os seguintes dizeres: “Rompe o Bloqueio”.

Por tudo isso não se pode ignorar que as olimpíadas modernas refletem os conflitos e contradições do mundo em que se vive atualmente. Se realmente um outro mundo é possível, é necessário superar o atual.

Neoliberalismo, desigualdade, exclusão e políticas públicas de olimpismo

Com o avanço do neoliberalismo no mundo, as condições de desigualdade e miséria extremas são agravadas. Assim, o mito da igualdade de oportunidades nas competições esportivas cai por terra, bastando uma passada de olhos pelo quadro de medalhas olímpicas, para ver o abismo econômico, político, cultural e tecnológico que separa os países ricos (ganhadores da quase totalidade das medalhas) dos países africanos e latino-americanos, pode-se citar apenas dois exemplos.

Mas há também o exemplo de Cuba, que, mesmo sem o poderio econômico da Europa Ocidental e dos EUA, ganha um número expressivo de medalhas, reflexo da justiça social e dos avanços que o socialismo possibilitou a seu povo.

Apesar disso, em países como o Brasil, as autoridades, ligadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao próprio governo e seus órgãos responsáveis pelo esporte nacional continuam considerando que o desenvolvimento e a promoção do

esporte podem ser realizados “apesar de”, “por cima de”, ou “mesmo com” uma sociedade estruturalmente desigual e excludente, bastando para tanto políticas públicas pontuais, que incidem na especificidade do fenômeno esportivo. Depois do “vexame” brasileiro na olimpíada em 2001, na Austrália, o Governo de Fernando Henrique Cardoso resolveu apostar numa versão “pós-moderna” da velha política da escola como base da pirâmide esportiva, já implementada sem sucesso nos anos de 1960 e 1970. Para tanto, anunciou verbas e recursos para Programas de Esporte Educacional, o que despertou críticas e resistências por parte das entidades científicas e movimentos sociais progressistas vinculados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Em tempos de neoliberalismo é bom lembrar que isso significou mais recursos do (já tão escasso) Fundo Público para atender a fins privados/particulares estabelecidos pelo COI. Na verdade,

[...] se instalou uma parceria entre poder público e organização esportiva. Essa organização esportiva é hoje um grande *lobby* econômico internacional, um verdadeiro governo internacional do esporte que usa (e abusa) do poder (e do dinheiro) público. O sistema esportivo é um parceiro dos governos federais que oferece como retorno, basicamente, um produto simbólico que é o prestígio – reconhecimento internacional com repercussões internas de caráter legitimador, e, secundariamente, um retorno econômico. Aliás, esta dimensão, a econômica, tende a assumir a posição central na questão dos motivos da intervenção do Estado. Assim, uma primeira indicação a uma política pública para o setor de cunho democrático é superar finalmente a idéia da pirâmide e sua perspectiva implícita de que o sistema esportivo teria como finalidade a produção de atletas campeões, idéia que, por incrível que pareça, permanece firme na mente dos políticos, no senso comum político e é usada e afirmada pelo sistema esportivo nacional e internacional, porque lhe é fundamental. Não para recrutar melhores praticantes,

como é o discurso, mas para a socialização do exercício de consumidores de seu produto e seus subprodutos. (BRACHT, 1997, pp. 82-83)

O olimpismo não é filosofia, é ideologia – o verdadeiro ideal olímpico se tornou o lucro

O olimpismo se confirma como uma ideologia e não como filosofia, já que não forma uma ideia seguida de uma prática concreta. Os jogos olímpicos modernos, através de uma audiência monumental e com o desenvolvimento dos acontecimentos olímpicos, criam esponsorização ou principal referência econômica da comunicação aos jogos olímpicos. As grandes empresas (Coca-Cola, Nike, Reebok, IBM e outras) são anunciantes que destinam recursos elevados para conseguirem chegar aos telespectadores dessas manifestações esportivas. Os jogos olímpicos são objeto de apropriação em regime do monopólio por parte do COI, que atua como uma empresa multinacional, cujo risco decorre do sistema de economia de mercado e de livre empresa privada sem sofrer seus inconvenientes. Os atletas são os artifícios da espetacularidade esportiva, e se convertem em agentes publicitários das grandes empresas, caracterizando-se como um símbolo atrativo, fazendo do esporte um indutor do consumismo.

Com altos salários os atletas se transformaram em verdadeiros produtos industriais que são comercializados através dos *managers*, que constituem uma nova categoria de profissionais incorporada ao mercado de trabalho na área do esporte. Um exemplo disso, foram os rumores sobre o iminente retorno de Michel Jordan, em março de 1995, à liga NBA, que dispararam as ganâncias dos investidores em Wall Street e a bolsa novaiorquina. As ações das companhias que utilizam para sua

promoção comercial a imagem de Air Jordan haviam aumentado suas cotas, desde o arranque do rumor, em mais de dois pontos. Foram 300 milhões de dólares, desencadeando esse incrível fenômeno pelas companhias: o estoque dos sapatos esportivos NIKE aumentou em 3,3%, as ações da multinacional McDonald's ascenderam 4,4% nas últimas jornadas, os produtos alimentícios General Mills, 4,8% e até a marca de cereais Quaker Oats aproveitou o ruído com 1,12% de aumento. (CARRAVETA, 1997, p. 47).

Rumo a uma outra cultura esportiva

No Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia do Esporte da FEF/UFG acredita-se que uma nova cultura esportiva será produto e produtora e será fruto de uma nova sociedade. Deseja-se aqui encerrar este manifesto socializando um pouco das discussões que têm ocorrido no Grupo, com o objetivo de ampliá-las e enriquecê-las com outras contribuições, sugestões e críticas.

Pensamos que uma outra cultura esportiva terá que, necessariamente, romper com a forma-mercado de organização econômica de nossas sociedades. No mercado capitalista internacional sabemos bem quem serão os detentores – “sob regime de monopólio” – da mais moderna tecnologia esportiva, quem reunirá as melhores condições de desempenho esportivo; e quem ficará, mais uma vez, excluído do acesso a equipamentos, instalações, conhecimentos, etc.

Pensamos que uma cultura esportiva alternativa poderá ser fruto de variados modos de planejamento econômico. Rompendo com a lógica de mercado, e ao mesmo tempo com os modelos de planejamento econômico centralizados e burocráticos que acabaram por fazer predominar no “socialismo realmente exis-

tente” uma economia planificada, permitirá que a “riqueza esportiva” (tecnologia, equipamentos, conhecimentos e pesquisa, instalações, etc.) produzida e acumulada pela humanidade deixe de sofrer apropriação privada, para que todos possam ter acesso e dela usufruir, num processo de apropriação social democrático e coletivo em escala mundial.

Pensamos que uma nova cultura esportiva terá que, necessariamente, romper com o imperialismo cultural. Ora, sob as condições acima aludidas do mercado, as olimpíadas acabam por se tornar um grande espetáculo de imperialismo cultural, cujo melhor símbolo parece ser o Dream Team dos EUA. Aos povos do dito terceiro mundo, África, Ásia (à exceção, por exemplo, da China e do Japão) entre outros, que não estão totalmente excluídos, resta pouco espaço numa olimpíada para a expressão de suas culturas, que não seja de maneira subalterna.

Pensamos que uma cultura esportiva alternativa terá que ser multidimensional. Tratar os povos e suas culturas apenas como uma questão de diversidade e diferença, sem analisar radicalmente as relações de poder material e simbólico, que privilegiam uns em detrimento de outros, em suma, dar tratamento igual para desiguais, como historicamente faz o COI, é um sustentáculo poderoso do olimpismo hegemônico. Assim, uma nova cultura esportiva terá que necessariamente realizar esse exame radical das condições históricas objetivas que possibilitam tanto a manutenção quanto a transformação do imperialismo também na sua faceta cultural. Quando os povos realmente puderem usufruir com mínimas condições de igualdade de oportunidade, e segundo seus costumes e tradições escolher aquilo que desejam usufruir, ou não, então poderemos pensar num esporte que respeite o multiculturalismo como contraponto ao imperialismo cultural.

Pensamos que uma cultura esportiva alternativa terá que, necessariamente, romper com a razão

instrumental que anima o ideal olímpico burguês.

Como sabemos, a ideologia do olimpismo cria uma falsa necessidade de recordes e resultados esportivos, exigidos pelos patrocinadores, espectadores, mídia, etc. Surge então a indústria dos meios artificiais – doping – para obtenção desses resultados. As indústrias de fármacos se tornaram poderosas e influentes junto a atletas, equipes esportivas e até mesmo junto ao COI. Esse exemplo do doping é bastante ilustrativo da (ir)racionalidade que anima o olimpismo moderno e seu sistema de produção de meios para alcançar os fins desejados, mas sem uma discussão ampla e aprofundada destes mesmos fins. As consequências, no caso do doping, podem ser (como ocorrem inúmeras vezes) a morte do atleta que fez uso de substâncias químicas. Assim, o que esperar de uma racionalidade que instrumentaliza o corpo humano (mulheres que perdem suas características femininas, como o timbre de voz e acentuado crescimento de pêlos pelo corpo; homens que ficam estéreis, câncer do fígado em ambos os sexos, etc.) em nome de um sistema produtivo que coloca o lucro antes e acima das pessoas?

Pensamos que uma outra cultura esportiva poderá basear-se numa razão mais comunicativa, aberta e dialógica.

Este espaço é um bom exemplo da capacidade comunicativa que possuem os povos do mundo para, com diálogo, refletirem sobre seus problemas comuns, pensarem democrática e radicalmente em soluções antissistêmicas diante de um capitalismo que se revela cada vez mais senil, decadente. Pensamos que uma nova cultura esportiva poderá enraizar-se a partir de um **novo internacionalismo**, bem distinto daquele preconizado pelo COI; defendemos um internacionalismo de novo tipo, no qual a melhor tradição do movimento operário continua bem viva, como no caso de muitos sindicatos combativos, militantes socialistas e comunistas e de certas correntes de extrema esquerda (anarquistas e trotskistas), assim como na ala esquerda dos movimentos autonomistas e de libertação nacional. Ele pode, em

certas condições, exercer uma influência de massa. Por outro lado, novas sensibilidades internacionalistas despontam em certos movimentos sociais planetários (feminista, ecológico), nos movimentos europeus da juventude antirracista, nas mobilizações de solidariedade com o Terceiro Mundo, em algumas ONGs cristãs ou laicas (Anistia Internacional). É da fusão entre a tradição classista, socialista, anti-imperialista dos primeiros e das novas exigências humanistas, ecológicas e democráticas dos segundos que poderá surgir o “internacionalismo de amanhã”. E é nessa possibilidade utópica que depositamos nossas melhores esperanças, porque o esporte hoje hegemônico é o esporte da pré-história da humanidade, enquanto que o nosso sonho é uma cultura esportiva cuja construção apenas começará, quando começar verdadeiramente a História da Humanidade.

Referências

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

CARRAVETA, Elio Salvador. *O Esporte Olímpico: novos paradigmas de suas relações sociais e pedagógicas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

Responsabilidade Social, ONGs e Esporte: o caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil

*Juliano Silveira**

Introdução: os novos mecenas da questão social?

Há muitos fenômenos do final do Século XX que ainda carecem de uma melhor teorização. Um deles é o vertiginoso surgimento e proliferação das chamadas Organizações não-governamentais – ONGs. Embora o termo ONG tenha sido utilizado primordialmente no início dos anos de 1950, tais organizações se expandem e ganham visibilidade apenas no final do Século XX e início do Século XXI, principalmente, por meio de eventos internacionais e pelo destaque de algumas organizações em campanhas filantrópicas ou mesmo instituições de grande presença na mídia, como é o caso do Greenpeace. Nesse contexto mais recente, elas são concebidas como componentes do chamado “terceiro setor”.

As ONGs tendem a assumir funções ou desenvolver ações que, num momento anterior, eram exclusivamente responsabilidade do Estado. Portanto, a sua expansão também está ligada ao processo crescente de agudização das contradições capi-

* Mestre em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: juliano_silveira@yahoo.com.br.

talistas, que culminam em índices assombrosos de miséria e degradação humana, caminhando juntamente com o citado “descaso estatal” referente às políticas públicas chamadas sociais. Dessa maneira, constata-se um processo no qual foi aberta uma via de comunicação entre a sociedade civil e o Estado justamente num momento em que se desencadeava

[...] um processo de ajuste estrutural que previa transferir responsabilidades do Estado para a sociedade e inserir as ONGs no projeto de colaboração de políticas compensatórias (TEIXEIRA, 2002, p. 107).

Como consequência, a constatação da ineficácia estatal, fortalecida e divulgada especialmente pela onda neoliberal, incentiva o surgimento dessas instituições na sociedade civil. Problemas crônicos ou mal resolvidos pela administração estatal são assumidos voluntariamente pelas ONGs.

O terceiro setor é apresentado como outra esfera da vida em sociedade, como um novo elemento a incorporar tudo o que não é estatal ou mercantil. O Estado seria o local da política e o mercado seria o local da economia, enquanto que a sociedade civil ou terceiro setor seria o espaço do social, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da comunidade (MELO, 2005). Esse discurso que visa à fragmentação dos setores como universos isolados, ou talvez em coatuação, difunde a ideia de que caberia à sociedade responder pela questão social. Assim, os cidadãos, valendo-se de iniciativas individuais, deveriam unir-se para enfrentar seus problemas, num processo de despolitização e repolitização pelo não conflito.

Esta proposta de responsabilidade social individual substitui a concepção de direitos sociais pela concepção de serviços

sociais, configurando-se como concessão ou ainda mercadoria a ser consumida. E, para além disso, produz uma separação das esferas política, econômica e social, como realidades independentes, o que conduz a uma espécie de despolitização do social, como se esse âmbito não fosse dependente do econômico e também do político. Assim, as lutas pelo social perdem de seu foco as contradições de classe, o movimento do mercado, o desemprego, as orientações políticas conjunturais, as reivindicações junto ao Estado; e passam definitivamente para o campo da autoajuda, da solidariedade funcional ao capital, das soluções engendradas dentro da própria comunidade, da economia informal, etc.

São necessárias algumas ressalvas acerca das ONGs e de seus objetivos. Com toda certeza não se pode tratar essas organizações como entidades homogêneas, com os mesmos fins e inseridas numa mesma lógica. Não se pode negar a existência de organismos que ainda preservam em suas ações um papel de questionamento e cobrança das ações do Estado, a luta contra a expansão capitalista à custa da degradação ambiental e da saúde, a mobilização social pela cidadania e respeito aos direitos sociais, etc. No entanto, como trata-se especificamente da vertiginosa expansão das ONGs como responsáveis pela questão social, isto é, pelo desenvolvimento de ações junto às principais vítimas do capitalismo, entendemos que a crítica tecida anteriormente não perde sua validade em vista da citada heterogeneidade dessas organizações.

É nesse contexto e com essas advertências que este trabalho se insere. Trata-se de um ensaio que tem como principal objetivo discutir o “papel social do esporte” na contemporaneidade. Tal discussão leva em consideração as ações do Estado frente à adoção de um ideário neoliberal e à proliferação de “agentes” no âmbito da “sociedade civil”, que, por meio do discurso da

corresponsabilidade, sugerem saídas para os problemas sociais através do esporte.

Como forma de ilustrar esse tipo de apropriação, ao final serão apresentados alguns dados parciais e preliminares de pesquisa realizada sobre uma ONG brasileira – o Instituto Ayrton Senna. Tal ONG se apropria do nome de um ícone do esporte mundial, estabelecendo parcerias com o Estado, mas também com a iniciativa privada, visando desenvolver projetos na área da educação com crianças e jovens em situação de risco social.

Esporte e políticas públicas no Brasil

Em termos de Brasil, pode-se dizer que a trajetória política do esporte tem início no Século XIX, quando o esporte chega ao país por meio da imigração europeia. Desse momento até o início da década de 1930, observa-se uma efetiva autonomia da sociedade para se organizar esportivamente. Com a Revolução de 1930 e o Estado Novo, é demarcada de forma mais consistente a entrada do Estado no setor esportivo.

De acordo com Linhales (1997, p. 220),

[...] no Estado Novo, o modelo de institucionalização do esporte baseava-se em princípios tutelares, corporativos e arbitrários. Um modelo que apenas perpetuava as desigualdades no processo de distribuição dos recursos públicos.

Em virtude dessa má distribuição de recursos, o Estado afastava-se da possibilidade de construção de um projeto institucional para o setor esportivo que fosse capaz de atingir todas as diferentes camadas da população e, assim, consolidar o esporte como direito social.

Com o passar do tempo o setor esportivo burocratizou-se nos planos, nas diretrizes e nos projetos que compunham o planejamento centralizado no Estado; o esporte aparece como um direito social, a partir de uma perspectiva liberal-funcionalista. Em outras palavras, deveria ser oferecido a todos, como um bem moderno e capaz de atuar como elemento de compensação e equilíbrio dos efeitos do mundo industrializado e urbano.

Para além da lógica liberal-funcionalista, a política esportiva brasileira foi influenciada por outros projetos políticos e esportivos que aconteciam para além das fronteiras brasileiras. De fato,

[...] o modelo corporativo adotado no Estado novo, a massificação nos anos 60, a reprodução do modelo escandinavo do “esporte para todos”, dentre outros, são exemplos a serem considerados sobre a influência externa (LINHALES, 1997, p. 221).

No que tange à realização do direito ao esporte, que pressupõe uma intervenção pública de natureza social, percebe-se um comprometimento de tal perspectiva devido à clara opção do Estado em reconhecer o esporte preponderantemente em sua forma-mercadoria. Essa situação confusa acontece devido aos incentivos aos interesses produtivos que atuam no setor, e também por sua omissão ou contemplação passiva. Assim sendo, o Estado torna-se conivente com um mercado de concorrência desigual, próprio do sistema capitalista.

Essa opção reflete um contexto no qual a localização das prioridades do Estado, seja no âmbito do esporte de lazer ou no de alto rendimento ou espetáculo, pode ser um indicador dos motivos ou “serviços” (benefícios) que o Estado espera do esporte. E, desse modo,

[...] a política social brasileira precisa ser compreendida não em termos assistencialistas, mas sim, em termos econômicos e políticos, como um instrumento usado pelo Estado para manter as bases do funcionamento do sistema de acumulação (BRACHT, 2003, p. 70).

Seguindo esse percurso, convém destacar que, no surgimento do pensamento neoliberal, nos últimos 20 anos do Século XX, descortinou-se outra realidade, na medida em que o novo eixo político-econômico implicou em redução do tamanho do Estado (Estado Mínimo) e correspondente ampliação dos espaços para mercadorização de ações que eram, até então, atribuições das suas políticas públicas (PIRES, 2004). No limiar dessa lógica, então, cada vez mais, as atribuições do Estado parecem se tornar atrativos de investimentos da iniciativa privada e também de ONGs, isto é,

[...] parece ter restado para a Educação Física e esporte escolar, enquanto políticas públicas, o desenvolvimento de ações compensatórias e de inclusão para populações desfavorecidas e/ou em situação de risco social (PIRES, 2004, p. 11).

Enfim, com base no pensamento neoliberal, o Estado, tendo em vista o desinteresse pelo esporte como um direito social a ser assegurado a todos, acaba abrindo possibilidades para que o mercado e outras instituições possam lucrar com o mesmo numa perspectiva privada de oferta de atividades esportivas e de lazer.

“Esporte social” e esporte como direito social

As diferentes tarefas atribuídas ao esporte adquiriram visibilidade perante a sociedade por meio do exemplo de diversos atletas e ex-atletas bem-sucedidos que passaram a atuar em

nome da transformação da realidade de crianças e jovens “carentes” por meio de projetos esportivos (SILVEIRA, 2006). Somente com fins de ilustração desse panorama, pode-se citar como exemplo: Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Instituto Dunga de desenvolvimento do cidadão, Instituto beneficente Romário de Souza Farias, Instituto bola pra frente, Fundação gol de letra, Fundação Cafu, Instituto Jackie Silva, Instituto Rexona de esporte e Instituto Canhotinha de ouro¹.

No entanto, a citada associação entre “esporte social” e transformação social vem sendo realizada predominantemente sem levar em consideração uma série de questões de ordem conceitual e, logicamente, de ordem social. A abordagem que reveste o esporte na presente perspectiva pode ser considerada como utilitarista ou, ainda, como salvacionista.

A atribuição esportiva que parece ter se legitimado há mais tempo na sociedade foi o velho discurso entre a sua prática e a “promoção da saúde”. Esse é um discurso muito sedutor, ainda hoje, mesmo no âmbito da Educação Física, mas o seu grande destaque está no consenso produzido pela frase “esporte é saúde”, com presença marcante nos meios de comunicação de massa. Tal discurso carrega consigo uma perspectiva de saúde ligada a fatores comportamentalistas, isto é, afirma que a saúde é resultado da mudança de hábitos individuais.

Ao esporte também foi atribuída a função de manter as crianças e jovens afastados do mundo das drogas e da

1 Instituto Ayrton Senna (Tricampeão mundial de Fórmula 1), Instituto Guga Kuerten (Tenista tricampeão do torneio de Roland Garos), Instituto Dunga de desenvolvimento do cidadão (Dunga é ex-jogador de futebol, Campeão mundial pela seleção brasileira em 1994, atualmente técnico da seleção brasileira de futebol), Instituto beneficente Romário de Souza Farias (Romário é jogador de futebol, campeão mundial pela seleção brasileira em 1994), Instituto bola pra frente (Sob responsabilidade de Jorginho e Bebeto, ex-jogadores de futebol, campeões mundiais pela seleção brasileira em 1994), Fundação gol de letra (sob responsabilidade de Raí e Leonardo, ex-jogadores de futebol, campeões mundiais pela seleção brasileira em 1994), Fundação Cafu (Jogador de futebol, campeão mundial pela seleção brasileira em 2002), Instituto Jackie Silva (Jaqueline é ex-jogadora de vôlei de praia, campeã olímpica em 1996), Instituto Rexona de esporte (sob responsabilidade de Ana Moser, ex-jogadora de voleibol), Instituto Canhotinha de ouro (sob responsabilidade de Gérson, ex-jogador de futebol, campeão mundial pela seleção brasileira em 1970).

criminalidade, responsabilizando-o pelo disciplinamento da juventude ociosa, uma vez que predomina em nossa sociedade uma visão preconceituosa de que jovem pobre é sinônimo de criminoso em potencial. Assim,

[...] o esporte seria o “antídoto” perfeito para coibir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social (MELO, 2005, p. 82).

Uma das atribuições que também assumiu grande destaque no senso comum foi a caracterização do esporte como passaporte para a ascensão social. Isso se concretiza, sobretudo, no exemplo dos milhares de meninos que sonham em ser jogadores de futebol profissional e, assim, adquirirem estabilidade financeira. Isso se dá, provavelmente, porque o esporte moderno traz consigo a ideia do “igualitarismo” inerente à prática esportiva, por ser uma “ordem social fundada em regras universais aplicadas a todos” (ZALUAR, 1994, p. 88); e, além disso, a promessa de “integração social”, alimentando, assim, nas crianças e jovens das classes sociais empobrecidas o “sonho” e a ilusão de se converterem em atletas de alto nível e, conseqüentemente, de “ascensão social” para saírem do quadro de vulnerabilidade e risco social a que são submetidas cotidianamente pela lógica destrutiva do capital. Em síntese, a promessa de ascensão social através do esporte pode criar nas crianças e jovens o mito da possibilidade ilusória de um melhor lugar no “*podium*” da divisão social de classe.

Outra tendência diz respeito ao esporte como promotor da inclusão social. Mas, primeiramente, quando se fala de inclusão, é preciso se perguntar onde se quer incluir os excluídos. Nesse caso, apesar de se ter conhecimento que no mundo neoliberal não há lugar para todos, é interessante, aqui, incluir

as pessoas desde que elas não alterem o quadro de dominação existente. Dessa maneira, percebe-se como a inclusão social não supera os limites de uma expressão vazia de sentido, devido a sua fragilidade teórica e por ter se tornado um “jogo de palavras” que promete muito e nada pode cumprir.

Acerca da promoção da cidadania, contempla-se um cenário bastante próximo do que foi tratado na inclusão social. Ou seja, tal termo também passa por um processo de banalização. É possível constatar claramente o esvaziamento de seu sentido, uma vez que a cidadania engloba cada vez mais um número maior de ações de ordem social. Nessa lógica, cidadania é sinônimo de ações que tirem as crianças e jovens da rua; é sinônimo também de qualquer ação solidária, de filantropia empresarial, etc. De acordo com Melo

[...] este termo se tornou auto-explicativo (*sic*). Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento à ordem desigual e o seu processo de conquista, que sempre implicou lutas por direitos de diversas ordens, foram mimetizados a um discurso sem sentido (MELO, 2005, p. 80).

O que parece esmorecer neste processo de banalização é a desconsideração do esporte como direito social, conquistado a duras penas como dever de Estado e direito do conjunto dos cidadãos. Cidadania perde o seu caráter de conquista e passa para a esfera da assistência ou mesmo do consumo. As políticas esportivas estatais são minimizadas, abrindo espaço para a atuação do chamado “terceiro setor”, para por meio do “esporte social” atender a tal prerrogativa de crianças e jovens.

Assim, pode-se destacar que, por meio de tais ações na esfera da responsabilidade social e das ONGs, o esporte chega a ser utilizado como atividade de substituição a outros direitos sociais, dos quais as populações atendidas encontram-se desti-

tuídas. De acordo com Zaluar (1994), a emergência de programas e projetos esportivos endereçados às populações de menor poder aquisitivo guarda estreita relação com os graves problemas que afetam a sociedade brasileira.

É necessário compreender que programas que utilizam o esporte como carro-chefe da questão social, por si, jamais serão capazes de resolver todos os problemas sociais. Isso porque o mesmo não pode ser tratado como solução para problemas que requerem ações de ordem política muito mais incisivas do que realmente a criação de tais programas. E mais, tal tendência apenas contribui para o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, se tenta enfrentar (MELO, 2005).

O “esporte social” no Âmbito do Instituto Ayrton Senna

A principal proposta socioeducativa pautada pelo esporte no Instituto Ayrton Senna é o Programa “Educação pelo Esporte”. Tal Programa, assim como todas as atividades do Instituto Ayrton Senna, tem um objetivo primordial: o desenvolvimento humano. Nesta proposta pode-se notar, por exemplo, o intuito de preparar crianças e jovens “para enfrentar com competência os desafios presentes em sua vida pessoal, social e profissional” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2004, p. 13). Para além de tal objetivo, destacam-se pretensões subliminares referentes à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cidadania, à inclusão social e à apropriação crítica do esporte na vida de crianças e jovens.

Assim, observam-se dois principais pressupostos político-pedagógicos em suas ações: o desenvolvimento humano e a corresponsabilidade social. Com relação ao primeiro, suas raízes

estão ligadas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como meta investir no desenvolvimento humano dos países, almejando um ótimo desempenho em indicadores como educação, poder de compra e expectativa de vida. Pode-se inferir, então, que a concepção de educação presente no Instituto Ayrton Senna é referente à proposta da UNESCO, juntamente com os quatro pilares da educação para o Século XXI (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer). De acordo com o Programa, foi identificado nos

quatro pilares da educação do relatório da UNESCO um referencial teórico fundamental para orientar a elaboração de caminhos e propostas com base no desenvolvimento de competências indispensáveis à vida pessoal, social e produtiva (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2004, p. 47).

O trabalho com essas competências pode ser visto como o caminho para o proposto desenvolvimento humano.

Todavia, é importante ressaltar que esse pressuposto é inerente a uma proposta de educação que finca raízes na lógica neoliberal. Dessa maneira, ao voltar o olhar para os quatro pilares da educação para o Século XXI, depara-se com uma proposta que visa adequar os sujeitos ao projeto neoliberal de sociabilidade, ou talvez, moldar as consciências de acordo com a lógica do capital e sua perpetuação. Individualismo, autorresponsabilização, pluralismo indiferente às diferenças de classe, insensibilidade para com as questões sociais inerentes ao atual mundo do trabalho, são características latentes na proposta de desenvolvimento humano adotada pelo Instituto. Sendo assim, a proposta de desenvolvimento humano defendida carrega consigo elementos que proporcionam uma leitura mais crítica, destacando que esse tipo de desenvolvimento humano, inerente à

lógica do capital, está longe de ser considerado o “desenvolvimento do gênero humano” (HELLER, 1994). Ou seja, a proposta do Instituto Ayrton Senna, que parte do desenvolvimento humano como um processo individual, que se dá por meio das conquistas individuais, resultantes dos esforços também individuais, está muito aquém de ser concebida como o desenvolvimento do gênero humano, isto é, de todos os indivíduos, ou talvez, da humanidade. Desenvolvimento que não é compatível com o atual modo de produção; apontando, portanto, para a necessidade de uma realidade “para além do capital”.

Sobre a “corresponsabilidade social”, é clara a tendência do Instituto em defender a ação conjunta do Estado, de empresas privadas e de organizações da sociedade civil, no enfrentamento da desigualdade social expressa na realidade brasileira. Sua parceria estratégica com a AUDI² é um exemplo de tal ação corresponsável. É possível ver, então, um quadro no qual uma empresa privada, simpatizando com os serviços sociais prestados por uma ONG, estabelece uma aliança com repasse de recursos, visando uma suposta “transformação” de uma dada realidade, ou quem sabe, a construção de “um mundo melhor” para todos.

Entretanto, é possível afirmar que esse pressuposto, aparentemente com ares de inocência, carrega consigo um projeto que, concomitantemente, justifica o descaso estatal no que tange às políticas sociais e corrobora para que, gradativamente, as questões sociais³ pertençam mais ao campo das empresas privadas e das organizações da sociedade civil. Isso leva à com-

2 Empresa automobilística alemã com fábrica no Brasil.

3 De acordo com Castel, “a questão social deve ser tratada pelo filtro de sua historicidade, como dimensão que se constrói a partir de um equilíbrio frágil entre coesão e conflito, não pode ser vista como puro efeito mecânico, quer do ponto de vista de sua longa constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas” (2001, p.13). No entanto, quando alocadas na esfera do Terceiro setor ou mesmo da “caridade privada”, tais características da questão social parecem ser, em muitos momentos, desconsideradas.

preensão de que, cada vez mais, os direitos sociais a serem assegurados pelo Estado passam a ser serviços prestados no âmbito da sociedade civil organizada ou, talvez, mercadorias a serem consumidas. Dessa maneira, a cidadania acaba banalizada, os direitos deixam de ser conquistas dos cidadãos frente ao Estado e o discurso da cidadania pregado por ONGs e “empresas cidadãs” não passa de um discurso vazio.

Tomando como base o exemplo do Instituto Ayrton Senna, entre outras Organizações não-governamentais, pode-se dizer que as relações entre ONGs e esporte se constituem em um fenômeno em ascensão, sobretudo, quando levamos em conta o chamado “papel social do esporte”. Os objetivos sociais do esporte alocados nas mãos das organizações não-governamentais e mesmo do Estado estabelecem relações de causa e efeito de uma maneira linear, deixando de considerar uma série de questões pertinentes no que se refere à cidadania, saúde, profilaxia ao uso de drogas, inclusão social, entre outras. Tais discursos, na maioria das vezes, acabam encobrendo fatores de suma importância para a compreensão de como, efetivamente, crianças que praticam o esporte passam a ser incluídas socialmente; passam a ser cidadãs, a ser saudáveis, a abandonar o crime e o mundo das drogas, etc. A hipótese é a de que tais projetos contribuem, mais, para mistificar os processos sociais e banalizar os mesmos, e, efetivamente, menos para seus objetivos propostos. A questão não é desconsiderar a importância de tais projetos na vida das pessoas, mas sim, compreender os aspectos político-pedagógicos dessas ações esportivas e a real capacidade em cumprir com as metas propostas.

Enfim, ao levar em consideração as contradições inerentes à lógica do capital e a produção da miséria humana pelos quatro cantos do mundo, sobretudo em contextos como a África, a Ásia e a América Latina, é possível ver o quão funcional

podem ser os projetos esportivos desenvolvidos por ONGs. Aspectos como a desigualdade social, a falta de oportunidades, o não acesso a direitos como a educação, a saúde, o lazer e o esporte apontam deficiências na condução das políticas públicas – responsabilidade do Estado. Sendo assim, as Organizações não-governamentais assumem destaque em tal panorama, propondo ações que visam, ao menos, amenizar os problemas de ordem social que afligem a sociedade. Nessa perspectiva, adotar o esporte como ferramenta para propor respostas para os problemas sociais parece constituir uma tendência em permanente expansão. Porém, como frisado acima, muitas das responsabilidades atribuídas ao esporte, de maneira alguma podem ser cumpridas, a menos que as questões de ordem social que o envolvem sejam desconsideradas e os objetivos propostos, banalizados. Resumir a questão da saúde, da cidadania, da inclusão social, do combate ao crime e do desenvolvimento humano ao esporte, apenas contribui para que os processos mais amplos que levariam à conquista dos mesmos sejam obscurecidos, percam o foco das lutas sociais. Portanto, as saídas para problemas sociais, estritamente vinculadas ao esporte, são funcionais ao capitalismo e somente encobrem a miséria com ares de esperança, uma vez que mantêm afastada qualquer perspectiva de luta por uma educação e por uma sociedade, como nos ensina Mészáros (2005), para além do capital.

A educação pelo esporte no Instituto Ayrton Senna, por mais bem alicerçada e fundamentada que se constitua, ainda deve ser considerada como uma alternativa de cunho reformista, ou seja, que pretende, no máximo, mudanças que não afetam em nada a lógica da educação capitalista. Como afirma Mészáros (2005, p. 26),

[...] mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, permaneciam estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica.

Dessa maneira, as mudanças visando o desenvolvimento do gênero humano devem ocorrer sim na educação, mas sem abrir mão de mudanças no modo social de produção do qual, geralmente, as propostas educacionais não podem se desvincular.

Referências

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. 4. ed. Barcelona: Península, 1994.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Educação pelo esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte*. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUSA, E. S. de; VAGO, T. M. (Orgs.) *Trilhas e partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997.

MELO, M. de P. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na vila olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIRES, G. de L. A Escola, a Educação Física e as Políticas Públicas: quais são os projetos para o esporte escolar? In: *Revista metropolitana de ciências do movimento humano*. São Paulo, ano 5, n. 1, pp. 9-15, 2004.

SILVEIRA, J. Reflexões preliminares acerca das finalidades atribuídas ao “esporte social”. In: Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte, 3º, 2006, *Anais*, Santa Maria – RS, 2006. (1 CD-ROM).

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das Organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. pp. 105-142.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta/Campinas – SP: UNICAMP, 1994.

Estado, Esporte e Ideologia na Venezuela: “Hacer deporte es hacer Revolución”

*Nilso Domingos Ouriques**

*Dagmar Mena Barreto***

Apresentação

O esporte, por sua força convocatória, ação educativa e importância na área da saúde, na correção dos aspectos sociais do ponto de vista da inclusão social, assim como no desenvolvimento da qualidade de vida, é identificado como relevante fenômeno social. O fenômeno esportivo moderno construiu gradativamente a sua teia de relações por meio de organizações de clubes, ligas, federações, confederações e demais estruturas, a ponto de se dizer com muita frequência, ser o esporte o fenômeno cultural mais importante da sociedade contemporânea (GONZÁLES, 1993).

Durante o processo de desenvolvimento esportivo, outros aspectos da ação esportiva não poderiam ser desprezados, principalmente aqueles que são criados e recriados com o Estado nas suas relações políticas e ideológicas.

* Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: nilso.ouriques@unoesc.edu.br.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor da Universidade do Meio Oeste de Santa Catarina.

Na expectativa de contribuir com a iniciativa internacional de consolidação de um projeto alternativo de saúde dos povos, apresenta-se aqui uma interpretação do ponto de vista sociológico sobre as transformações que estão ocorrendo nas relações internacionais entre o Estado, o esporte e a ideologia, analisando a proposta já consolidada de criação da Universidade Iberoamericana do Esporte (UNICADE-Universidad Iberoamericana y Caribena de la Actividad Física e Del Deporte), bem como os motivos para a implementação dessa proposta pelo governo de Hugo Chávez, na Venezuela.

Esse debate é recente e sobre ele recaem as mais diversas visões, e somente com o passar do tempo poderá ser possível estreitar os posicionamentos. Inicia-se a análise observando as relações que o esporte, por meio do grande espetáculo esportivo (principalmente os Jogos Olímpicos), e o futebol, através da FIFA, estabeleceram com os Estados.

Salienta-se a importância de compreender os aspectos estruturais dessa relação, determinada ao longo do tempo pela correlação de forças existentes na sociedade capitalista. Para efeitos deste texto optou-se por analisar tais relações a partir de exemplos concretos entre Estado e esporte. Em um segundo momento, procurou-se, por meio da descrição de Cardenal (2006), sob o título de *A revolução silenciada*, demonstrar o que vem acontecendo na Venezuela e que a grande imprensa procura esconder. Após apresentar alguns indicadores sociais desse país, pretende-se localizar a proposta de criação da Universidade Iberoamerica nos seus aspectos sociológicos, com a intenção de verificar o que existe de conservador e inovador nessa proposta, principalmente nos seus aspectos políticos e ideológicos.

Estado, esporte e ideologia: um pouco de história

Ao longo da história, a relação entre Estado e esporte tem demonstrado a constante utilização do esporte como instrumento de dominação e manipulação ideológica e de disputa política. Esse entrelaçamento é inevitável. Sua utilização se dá do ponto de vista da política interna do país, assim como, também, de sua função política e ideológica internacional. Prieto (1979), ao analisar a função do esporte na sociedade soviética, afirma que da noite para o dia o esporte se transformou em uma arma para atacar o mundo capitalista. A ideia do enfrentamento entre blocos transformou-se em instrumento político e ideológico da guerra fria. E assim afirma textualmente: “La consigna en los albores de los anos cuarenta era: Hemos de batir todas las marcas de los desportistas burgueses. Se puede pedir mayor politización?” (PRIETO, 1979, p. 200).

Ao adentrar no Século XXI, poucas alterações podem ser percebidas. Assim, para discutir melhor a expressão “*Hacer deporte es hacer Revolución*”, proferida por Hugo Chávez em um de seus pronunciamentos, visando à construção da Universidade do Esporte e suas repercussões políticas, naquilo que o presidente determina como Revolução Bolivariana, é necessário observar um pouco a história das relações entre Estado, esporte e política internacional. Nessa análise, os exemplos históricos tornam-se da mesma forma explícitos, quando ganham a envergadura do espetáculo esportivo. Guy Debord (1997) criou a expressão da sociedade do espetáculo como instrumento ideológico e mercadológico intenso. Tal espetáculo fica imensamente visível quando se observa os Jogos Olímpicos.

Em uma breve retrospectiva, é possível salientar alguns elementos importantes do ponto de vista histórico. A Olimpíada-

da de 1936 em Berlim, na Alemanha, possuiu a marca da organização e da competência alemã e foi também o marco que evidenciou a eterna relação entre o esporte e o racismo. A política do Estado alemão em querer mostrar a superioridade da raça ariana ficou encravada na história do esporte.

Por sua vez, a Olimpíada de Londres, em 1948, reforça os vínculos históricos entre política e esporte. A Alemanha e o Japão, derrotados na guerra, não foram convidados para participar. Em 1956, na Olimpíada de Melbourne na Austrália, a política mais uma vez interferiu no andamento da competição. A delegação chinesa se recusou a participar das Olimpíadas porque os jogos teriam a participação da inimiga Taywam.

Em 1968, no México, a Olimpíada foi marcada por grandes recordes nas provas de saltos e velocidade no atletismo. No mundo, havia todo um campo de mudanças acontecendo. Os protestos contra o racismo entravam em momento de efervescência política. Martin Luther King e Mohamed Ali nos Estados Unidos e Nelson Mandela na África do Sul se manifestavam de maneira contundente contra o racismo. É em meio a essa crescente pressão política, em uma situação explosiva, que surge no seio do grande espetáculo esportivo o movimento Black Power, que encontra em Tommie Smith e John Carlos seus protagonistas. Após suas vitórias nas provas do atletismo, ambos fazem um gesto, que marcaria para sempre a história daqueles jogos e da luta contra o racismo.

Durante a cerimônia de premiação, o inesperado. No momento da execução do Hino dos Estados Unidos,

[...] os dois norte-americanos, já usando broches do movimento negro em seus agasalhos, abaixam a cabeça e erguem um punho cerrado, devidamente vestido por uma luva negra. O gesto do movimento Black Power era feito diante de todos, sem que

ninguém pudesse impedir. Não naquele momento (LEAL, 2006)

Na Olimpíada de Munique, em 1972, a presença dos elementos políticos aflorou fortemente. O atentado terrorista organizado pelo grupo “setembro negro” exigia a libertação de 234 prisioneiros árabes em prisões israelenses.

No período de Guerra Fria, em que estavam de um lado os países socialistas aliados à URSS e de outro os países capitalistas liderados pelos EUA, aconteceram diversas situações envolvendo esporte e ideologia. Em 1976, na Olimpíada de Montreal, no Canadá, ocorreu o boicote por questões políticas vinculadas à exclusão da África do Sul no evento, como punição ao processo de segregação racial determinado naquele país. Já em 1980, em Moscou, o esporte apresenta-se como arma ideológica na Guerra Fria. O boicote dos países capitalistas comandados pelos EUA envolveu 61 países. No centro da disputa, Jimmy Carter, presidente norte-americano da época, exigia a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, o que acabou não acontecendo.

Em 1984, em Los Angeles, foi a vez dos países socialistas comandarem o boicote aos Jogos como represália aos EUA. Essa Olimpíada é marcada pela intensa comercialização dos Jogos e pela interferência mercadológica e política das grandes multinacionais no espetáculo esportivo. O mesmo processo já havia sido iniciado no final da década de 1970 no futebol, através de João Havelange, então presidente da FIFA.

João Havelange e Adolfo Dassler, proprietário da multinacional Adidas, construíram juntos as regras econômicas do novo espetáculo esportivo que seria o futebol nos anos de 1980. Os acordos econômicos passavam antes pelos acordos políticos e pela necessidade de dominar as instituições es-

portivas criadas ao longo do Século XX. Aproveitando-se do domínio que exercia sobre a entidade maior do futebol mundial, a FIFA, João Havelange criou uma rede de poder internacional, utilizando-se da expansão do espetáculo esportivo e dos exemplos econômicos de seu sucesso. Essa teia de poder político se expande para os demais setores do meio esportivo internacional, como as federações internacionais, confederações, federações nacionais, chegando ao seu núcleo central, o COI (Comitê Olímpico Internacional). Jean Marie Faustin Godefroid Havelange é um homem que convive com o poder do Estado. Tem inúmeras condecorações e títulos, por onde ele passa é recebido por reis, presidentes, governadores e outras lideranças políticas. É Cavaleiro da Legião de Honor na França, Comandante dos Cavaleiros Portugueses da Ordem do Infante Dom Henrique; lhe foi concedida a Ordem da Grande Cruz de Isabel Católica da Espanha. Foi esse homem, conhecido simplesmente como João ou Havelange, que conseguiu os votos necessários para eleger Juan Antonio Samaranch ao COI. Dessa forma assumiu o controle do grandioso espetáculo esportivo que é os Jogos Olímpicos. Mas, quem era Samaranch? Bem, durante quase 40 anos foi um grande defensor de uma das maiores ditaduras da Europa, comandada por Francisco Franco. Desfilava pelas ruas fazendo a saudação fascista vestindo a sua camisa azul.

Llegó a ser parlamentario facista, miembro facista Del concejo municipal de Barcelona, presidente facista del concejo regional catalán y, durante algún tiempo, ministro facista del deporte. Saramanch era, según él mismo afirmaba, "ciento por ciento" franquista. Se inclinaba y hacia reverencia al líder de un sistema político que las democracias occidentales rechazaron y aislaron (SIMSON; JENNINGS, 1992, p 153).

Havelange e Samaranch conheciam os caminhos do poder como poucos. Agora vinculados também a grandes multinacionais, comandavam um império. Porém, toda essa expansão econômica do espetáculo esportivo só encontra justificativa quando possui como elo a competição no plano internacional entre os Estados, o confronto e a disputa ideológica pela demonstração da superioridade de modelos de gestão esportiva e, assim, das sociedades em questão.

Nesse novo momento do desenvolvimento esportivo com forte presença do mercado, o controle esportivo internacional estava monitorado pelos países centrais e a sua dinâmica interna colocada nas mãos das grandes multinacionais com vínculos diretos com a FIFA, o COI e com as demais instituições esportivas, mantendo ótimas relações com o poder estatal. Empresas como Adidas, Nike e outras disputam espaço político e mercados em todas as partes do mundo, colocando suas mercadorias, patrocinando ídolos em todos os países e modalidades. Por sua vez, empresas como a Coca-Cola, Fuji Filme, Kodak e outras fazem fabulosos acordos comerciais com as instituições esportivas vinculadas a grupos políticos por eles patrocinados. Ocorreu um jogo de poder intenso dentro de instituições conservadoras que criaram ao longo do tempo castas de dirigentes esportivos que espalham seus tentáculos pelo mundo todo, em países de caráter capitalista ou socialista. As diferenças políticas entre os vários Estados-Nação pouco interferem nas relações esportivas entre essas estruturas e seu controle político internacional. O que determina o movimento esportivo internacional é o crescimento do espetáculo esportivo enquanto mercado, cujo lucro e controle político são mais importantes do que as diferenças ideológicas, muito embora elas existam.

É evidente que em tempos anteriores, a queda do muro de Berlim e a desagregação, o declínio do socialismo real, repre-

sentado pela URSS e as normas de mercado geradas pelo espetáculo esportivo encontravam resistências ideológicas, manifestadas como, por exemplo, nos boicotes aos Jogos. Esses elementos e o fortalecimento da dinâmica capitalista foram impulsionados pelas políticas de Reagan e Margaret Thatcher e pelo surgimento do neoliberalismo da década de 1980, na qual o receituário econômico dessa política determinava um novo avanço dos países centrais sobre as periferias do mundo. As novas relações internacionais, associadas aos avanços econômicos, implementados pela FIFA e pelo COI, criavam as condições ideais ao desenvolvimento do espetáculo esportivo mundial e suas novas relações de poder internacionais.

O domínio das políticas neoliberais na América Latina tornou-se hegemônico até o final do século, quando começa a dar sinais de declínio, devido, por um lado, às consequências danosas das políticas para as economias locais e suas desastrosas consequências sociais e econômicas. Por outro lado, a ascensão de forças populares em vários países como Brasil, Bolívia, Venezuela e outros mais, reforça a resistência à forte hegemonia norte-americana no continente. O discurso bolivariano do presidente venezuelano, seguido pela eleição de Evo Morales e sua associação a Hugo Chávez e Fidel Castro, demonstra a criação de um forte núcleo de resistência às políticas neoliberais, mesmo diante de posturas menos agressivas como a de Luiz Inácio Lula da Silva, Nestor Kirchner e a da política chilena.

Esse debate político, existente na América Latina, torna-se importante no plano da Educação Física e do desenvolvimento esportivo, pois é nos sinuosos campos da política e das relações macroeconômicas entre os Estados que se criam as condições estruturais para o desenvolvimento das políticas públicas no meio esportivo. O mundo acadêmico da Educação

Física, muitas vezes, prefere ignorar tais relações estruturais, produzindo análises feitas sobre bases metafísicas, distantes da realidade concreta.

O exemplo brasileiro, de desenvolvimento das políticas públicas na área do esporte, é uma resposta direta à situação que as políticas neoliberais determinam. A partir do momento em que os dois governos sucessivos de Fernando Henrique Cardoso aprofundaram as reformas neoliberais, utilizando-se do mecanismo das privatizações, das liberalizações, desregulamentação da economia, do discurso ideológico de um Estado menor, ao mesmo tempo tratavam de engessar o Estado dotando-o de uma legislação como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita a capacidade de investimento no campo social das políticas públicas para saúde, educação, esporte e outras áreas mais. Na impossibilidade de assim expandir a necessidade de atender às demandas sociais cada vez maiores, o Estado abre espaços enormes para essas necessidades serem atendidas através do mercado. Esse Estado, permeado por interesses empresariais internos e externos, deixa de cumprir suas obrigações com a sociedade, retirando-se da cena do jogo e reafirmando o discurso ideológico da maior capacidade administrativa dos setores e patrocinando o discurso da lentidão estatal, da burocracia corrupta e de tantas outras expressões que marcaram a vida do estado no Brasil nos últimos anos.

Esse processo fica claro quando são analisadas as posturas adotadas no final do governo do estado de Santa Catarina. A estrutura esportiva do estado, que demorou os últimos 20 anos para tomar contornos mais aprazíveis diante das necessidades esportivas estaduais, está sofrendo um longo e definitivo processo de desmanche. É um desmanche silencioso e decisivo rumo a um processo de privatização das atividades esportivas. O primeiro passo para essa nova situação das políticas públi-

cas na atividade esportiva é a extinção da FEESPORTE, entidade gestora do esporte catarinense. O segundo passo é o lançamento de editais públicos para que empresas de *marketing* esportivo realizem os eventos esportivos no estado. O estado de Santa Catarina foi gradativamente desfazendo-se da tarefa de pensar políticas para o desenvolvimento esportivo local, regional e estadual, transformando-se, simplesmente, em um realizador de eventos e reduzindo gradativamente as condições para a realização dos mesmos. Por outro lado, deixa que os interesses de grupos empresariais locais se desenvolvam nas suas próprias entranhas, contando, obviamente para isso, com a ajuda da imprensa local e de alguns setores da burocracia, e mesmo de entidades esportivas interessadas em ganhos maiores.

Talvez esse exemplo extremamente prático do que acontece na política de esporte de Santa Catarina, um estado de renome no esporte brasileiro, possa demonstrar a necessidade de fazer vínculos permanentes com a política macroeconômica adotada no país.

Descritos rapidamente os vínculos entre Estado, política e ideologia, o quadro político latino americano, as relações com a política neoliberal e suas consequências na participação do Estado como elemento determinante do desenvolvimento social e político e as necessidades desses vínculos nas análises, é importante analisar o tema que foi dado acerca da Venezuela, o esporte e a criação da Universidade Iberoamericana do Esporte sob a luz de sua base estrutural.

A Revolução Venezuelana segundo Cardenal

O primeiro elemento a ser destacado na criação da Universidade Iberoamericana do Esporte, que recebe a sigla

UNICADE (Universidad Iberoamericana y Caribena de la Actividad Física e Del Deporte) é o contexto em que o seu projeto se insere. Um cidadão comum no Brasil, que recebe as informações através da grande imprensa, tem pouca compreensão de como está o projeto de Hugo Chávez naquele país, ou seja, como é a Revolução Bolivariana de fato. Existe um bloqueio da mídia a esse processo. Mas não é possível bloquear tudo, é preciso noticiar, senão o que é a revolução, ao menos os resultados das últimas eleições. Isso, este cidadão comum acaba recebendo como informação. Essa informação confirmada, demonstra a vitória de Hugo Chávez com ampla maioria, mas não explica o porquê dessa vitória e nem entra em detalhes maiores. Trata-se apenas de criar um perfil de estadista atrasado, preso a ideais superados e ao mesmo tempo associar a imagem de um ditador ao seu amigo cubano Fidel Castro.

Para descrever um pouco o que é Revolução Bolivariana, será utilizado um relato do poeta mundialmente famoso e respeitado pelas causas que defende, Ernesto Cardenal, que recentemente esteve na Venezuela participando de um congresso de intelectuais e artistas em defesa da humanidade. Cardenal (2006) a princípio salienta o alto peso ideológico da revolução. Ao chegar em Caracas encontra frases: “Bolívar vive, la lucha sigue” e salienta que essa era uma expressão comum na Revolução Nicaraguense, ao destacar: “Sandino vive, la lucha sigue”.

Esses intelectuais foram convidados a conhecer os resultados da revolução e de maneira aleatória espalharam-se pela cidade de Caracas. Cardenal desejou conhecer as favelas que cercam a cidade. São cerca de 25 milhões de pessoas vivendo em favelas, conhecidas lá com o nome de “Cerros”. Sua visita estava centrada em uma favela com cerca de um milhão de habitantes. Para sua surpresa, descobriu em meio a essa fave-

la um sofisticado hospital que a princípio acreditou tratar-se de um hospital para ricos, mas ao contrário de suas suposições iniciais, era um hospital para todos e todos os serviços eram gratuitos. Perto dali iria encontrar uma farmácia em que os preços dos medicamentos eram 85% inferiores aos de mercado. Debatendo a questão saúde, descobriu que somente 15% dos venezuelanos são atendidos pelo setor privado e que o restante da população tem cobertura integral e de boa qualidade. O programa de saúde discute a saúde do ponto de vista integral, tratando educação, esporte e cultura como elementos estruturais dessa condição básica. Esse processo somente é possível na Venezuela de hoje pela ajuda dada por Cuba, através de 20 mil médicos preparados para lidar com situações como essa, e que os médicos venezuelanos não estavam acostumados, por estarem sempre com o olhar voltado para o mercado. Cada médico cubano cuida de 250 famílias, tanto na clínica no período da manhã como nas visitas domiciliares no período da tarde.

Ao visitar e debater o processo educacional na Venezuela, Cardenal descobre a existência em todo país das escolas bolivarianas, que surgiram para reparar uma dívida social imensa com os pobres das favelas ou dos lugares mais distantes, até mesmo na selva onde se ensina para os índios. Essas escolas já somam mais de mil e espalham-se em todo território nacional oferecendo três refeições. Nelas, os alunos dispõem de inclusão digital, esportes, Internet, psicólogos e atendimento médico. Os alunos da classe média começam agora a migrar das escolas particulares para o sistema estatal, pela qualidade dos serviços e porque são de graça. Cuba novamente assessora todo ensino na Venezuela fornecendo professores, vídeos e livros.

Cardenal afirma em várias partes de seu relato a existência de um espírito comunitário, na busca de uma nova sociedade. Na favela os vizinhos não se conheciam. Hoje, por desenvolverem trabalhos comunitários em inúmeros locais, acabaram criando uma nova mentalidade e rompendo com o individualismo próprio de outras sociedades. Hugo Chávez, por sua vez, recorreu ao mesmo artifício de Lula no Brasil ao criar bolsas no valor de 100 dólares para trabalhadores de projetos comunitários. Segundo depoimento colhido por Cardenal, essa foi uma das formas de socializar a riqueza vinda do petróleo, que antes só ficava nas mãos dos ricos. Salienta que intensificar a participação popular é uma das formas de democratizar e ao mesmo tempo vencer as dificuldades de um Estado lento, viciado e corrupto que procura, na medida do possível, por meio de seus funcionários, barrar os feitos da revolução ou criar dificuldades.

Outro elemento extremamente positivo colhido neste encontro, diz respeito à postura do exército venezuelano. Afirma-se que esse exército tem formação política e social, que leu Marx e outros autores clássicos, diferenciando-se assim de demais exércitos latino americanos. Tal exército, comprometido com causas sociais, é visto por todas as partes realizando concertos, reparos, pinturas, levantando obras e outras manifestações que demonstram o seu compromisso com o social.

Continuando sua descrição empolgada com a Revolução Bolivariana, Cardenal (2006) comenta sobre a questão do esporte e da educação física, elemento central da saúde e da educação corporal:

[...] cuento todo esto porque sé que se desconoce en el extranjero. El programa deportivo tiene vários miles de profesores deportivos comunitários. Ahora son comunes en los Barrios las actividades que antes eran

exclusivas de una minoría que podía pagar un lujoso gimnasio. Hay educación física y deporte en las escuelas, y también gimnasia básica para la mujer, gimnasia musical aeróbica y baile-terapia, actividades físicas para los obesos, para hipertensos, para embarazadas, y también para los del Club de abuelos (los de la tercera edad).

Os resultados da Revolução Bolivariana segundo Hugo Chávez

Seria possível ficar preso às declarações de Cardenal sobre os resultados da Revolução Bolivariana, mas pode-se solidificar essas afirmações com alguns indicadores sociais e econômicos, retirados do seu próprio governo¹. Essa análise rápida e superficial tem como proposta apenas demonstrar ao leitor a importância de verificar esses indicadores na versão de Chávez, não tendo aqui qualquer pretensão de fazer uma leitura profunda desses números, o que fugiria à intenção inicial deste trabalho. Feita essa explicação, destaca-se que, segundo Miguel Pérez Abab(2009, p. 10), presidente da Federação das Indústrias:

La economía venezolana navega en uno de sus mejores tiempos, 24 meses de expansión económica y un incremento de PIB no petrolero en el primer trimestre del año de 10,4%, muestran un empuje que trasciende y enrumban al país a las proximidades de una bonanza económica. El parque industrial venezolano en su conjunto exhibe un incremento notable de su capacidad instalada, por encima del 73%, valor que supera el promedio de 52%, y con ello se aproxima a su frontera de producción.

¹ Miguel Pérez Abab, presidente da Federação das indústrias da Venezuela.

Essa base econômica foi suficiente para impulsionar outros indicadores necessários à construção de um projeto de saúde para todos. Observando a proposta de gestão de uma educação intitulada: “educação de qualidade para todos” é possível ver que por meio do projeto “*Misión Robinson I*” a Venezuela declarou-se território livre do analfabetismo. Já o outro programa, “*Misión Ribas*”, incorpora ao sistema formal de ensino parcelas da população que sempre estiveram excluídas desse processo. Por sua vez, a intitulada “*Misión Sucre*” preocupou-se em duplicar a oferta de vagas nas universidades.

O que chama a atenção, além dos resultados expressivos em números do processo educativo, é a denominação profundamente ideológica da palavra *Missão*, que pode ser associada, do ponto de vista cristão, à fé, a um encargo religioso, ou ainda a palavras fortes como obrigação, compromisso e dever. Como algo que deve ser feito a qualquer custo com o compromisso de todos. Essas mesmas denominações ideológicas, que cobram um compromisso com todos, será utilizada no campo da saúde, e veremos a seguir.

Por sua vez, os indicadores oficiais do governo Hugo Chávez no campo específico da saúde, através do seu indicador de gestão, intitulado “*Salud y calidad de vida para todos*”, apresenta dois projetos que buscam a inclusão social e o desenvolvimento da justiça social. Tais programas, como descrito por Cardenal, possuíam a ajuda de 20 mil médicos cubanos num exemplo de solidariedade. O primeiro programa chama-se *Misión Barrio Adentro I* e o segundo *Misión Mercal*; esses dois programas conseguem incorporar ao sistema público de saúde 85% da população (INSTITUTO NACIONAL DE DEPORTO, 2006).

Os indicadores de gestão, quando analisada a questão da seguridade social comparada com o último presidente de oposição a Chávez, apresentam melhoras significativas. O comportamento histórico do índice de risco país é dos mais baixos; o desemprego mantém uma tendência à baixa; a inflação, que no período de Caldera atingiu a marca de 103,2%, hoje, encontra-se no patamar de 14,4%; o Produto Interno Bruto – PIB tem mantido nos últimos três anos uma taxa média de 10%, que comparada, por exemplo, ao índice brasileiro, é muito boa.

O sistema nacional Bolivariano Del Deporte

A estrutura esportiva montada por Hugo Chávez denomina-se “**Sistema Nacional Bolivariano Del Deporte**”. Esse sistema garante a atividade física, o esporte e a recreação como um direito social. Além de todas as funções dos sistemas esportivos de planejar, supervisionar e controlar programas. Salienta-se a necessidade da qualidade de vida da população e a busca por um esporte de alto nível extremamente competitivo.

Tem como objetivo a incorporação massiva da população e o fortalecimento do esporte escolar, buscando detectar e formar talentos para o esporte de alto rendimento. A base do programa esportivo bolivariano é um triângulo formado pelo esporte cidadão ligado ao esporte para todos. Esse programa busca a inclusão social de elementos antes distantes dessa prática, tais como o resgate cultural e o processo de humanização e, também, detecta valores esportivos. O segundo ponto é o esporte e a educação física escolar e a sua necessária massificação na busca novamente de valores rumo ao terceiro eixo, o esporte de rendimento, que é preocupação intensa do programa.

Ao analisar os indicadores da gestão esportiva, observa-se de maneira geral alguns elementos que devem ser tratados em separado. Primeiro, o intenso controle estatístico da estrutura de Estado; segundo, a utilização de uma terminologia de programas restrita ao padrão técnico do esporte e direcionada, à primeira vista, para o esporte de rendimento, mantendo-se assim extremamente conservadora e vinculada ao padrão esportivo internacional. Terceiro, no Brasil, o *Esporte para Todos* – EPT foi utilizado pelo regime militar com propósito de difundir a prática esportiva e os traços ideológicos que marcaram a época. Na Venezuela, ele toma contornos ideológicos interessantes quando rompe com o tradicional e utiliza novamente a palavra Missão, quando propõe o “*Misión Barrio Adentro*”. Esse programa é comandado por professores venezuelanos e cubanos e envolve mais de cinco mil professores em 169 municípios de 21 estados. O programa é o de maior repercussão social, incluindo a grande maioria da sociedade venezuelana. A ideia é municipalizar o esporte, fortalecer a sociedade civil e criar eventos esportivos de massa.

Feitas essas considerações iniciais, bastaria salientar de maneira geral que a pirâmide invertida da estrutura do esporte venezuelano possui quatro estágios. Em cima, uma grande base reservada à **massificação esportiva**, logo abaixo, uma faixa bem menor denominada de **modelagem** ou reserva esportiva, na qual encontra-se o campo das competições, ou seja, as ligas nacionais, campeonatos nacionais e escolares no sentido do alto rendimento. Em um terceiro plano, a parte destinada ao **aperfeiçoamento esportivo**, ou seja, a alta competição, e, por último, uma parcela restrita a um pequeno número destinado à elite esportiva, ou o que se denomina de **esperanças olímpicas e paraolímpicas**. Esse esporte de rendimento que

ocupa grande parte da estrutura oficial possui todo o aparato das ciências médicas e aplicadas ao esporte e joga na sua estruturação o sonho de subir no quadro de medalhas das competições mundiais do sistema esportivo internacional.

A Universidade Iberoamericana do Esporte

Chega-se ao ponto da análise em que se procura desvendar os objetivos políticos da criação da Universidade Iberoamericana do Esporte (UNICADE), suas limitações, avanços e retrocessos. Realizou-se um longo caminho até aqui, mas acredita-se ser plenamente justificável, do ponto de vista do Estado, da política e da ideologia, estabelecer os eixos destas análises dentro de uma linha que se preocupa em ser estrutural.

Um dos aspectos a ressaltar, de caráter essencial do ponto de vista do Estado e de suas preocupações políticas e ideológicas, é a proximidade de opiniões entre o governo de Hugo Chávez e o de Fidel Castro. O Diário Gramma, órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista Cubano, todas as vezes que se manifestou acerca da Universidade, referiu-se a ela com extremo entusiasmo. Segundo o jornal, datado de 3/11/2005, a Universidade é um passo importantíssimo no processo de integração regional impulsionado pelo presidente Hugo Chávez. Continuando, a reportagem, quando ainda se construía o projeto em 2005, diz que a Universidade representa um símbolo das mudanças que ocorrem na Venezuela e a consolidação da integração dos povos, como parte da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Assinalou ainda que a instituição terá como propósitos fomentar a cooperação internacional, o desenvolvimento da educação física e estabelecer o esporte como um direito para melhorar a qualidade de vida e a formação

integral. Para tanto, chegaram à Venezuela 120 estudantes graduados em Cuba em várias especialidades que se incorporaram ao projeto.

Por sua vez, em 30 de janeiro de 2006, quando se consolida o projeto, aparece na Gazeta oficial da República Bolivariana o Decreto nº 4.242, que cria legalmente a Universidade Iberoamericana e Caribenha do Esporte, onde se ressalta a sua importância para transformar a Venezuela em uma grande potência esportiva.

No mesmo diário Gramma, de 22 de novembro de 2006, Chávez anunciou a criação do Ministério do Esporte em seu país, afirmando que este é um ato de reconhecimento ao desempenho esportivo dos atletas que estão transformando a Venezuela em uma potência esportiva. O chefe de Estado entregou ainda aos atletas que conquistaram a medalha de ouro a Ordem do Libertador.

Não existem muitas surpresas na atuação de Chávez. Homem determinado a trazer à cena política o sonho de Simom Bolívar, lutou como poucos pela criação da República Bolivariana. Não se tratava apenas de um nome ou um exagero, como diziam alguns; tratava-se de reconstruir os nomes e os símbolos que marcaram uma época e que precisavam ser reconquistados, para a criação desse campo ideológico. Criou a Constituição Bolivariana e anda com esse documento por onde passa. Reconstruiu o discurso patriótico e os símbolos vinculados a Simom Bolívar, redesenhou o discurso ético de uma América Latina integrada, uma América Latina única lutando contra o seu pior inimigo, os EUA (e seus parceiros internacionais). Conquistou através da ascensão das esquerdas na América Latina relações sólidas e desenvolveu um discurso forte e sintonizado de defesa dos interesses latino americanos.

Utiliza-se do esporte para a reprodução do discurso bolivariano e o faz com extrema maestria. Obviamente essa prática não é nem um pouco inovadora, como pode-se perceber ao longo do texto. O Estado sempre se utilizou do esporte como instrumento ideológico de luta política. Chávez reproduz essa prática através da utilização dos símbolos, da bandeira, das homenagens aos atletas, do nome dado às ordens que homenageiam os grandes campeões, como a “Ordem do Libertador”. Do ponto de vista de sua política interna, Chávez trabalha com extrema maestria na relação esporte, Estado e ideologia. Através de sua política externa, ele implementa uma novidade no discurso ideológico do esporte ao trazer para o esporte o sonho bolivariano da integração latino americana. Utiliza o esporte como instrumento dessa integração e assim cria a proposta da Universidade Iberoamericana.

Dessa forma, Chávez cria um elo entre os países da América Latina antes inexistente. Numa mesma universidade estarão convivendo argentinos, brasileiros, guatemaltecos, nicaraguenses, cubanos, bolivianos, paraguaios e outros povos mais. São professores e alunos de diferentes regiões, com diferenças linguísticas e culturais na área esportiva e de cultura corporal, assim como de conhecimento científico da Educação Física. Realidades diferentes, diversidade cultural, todos monitorados pelo sonho de Hugo Chávez e seu discurso bolivariano. Essa é a grande novidade e o grande mérito da Universidade. Chávez produz aquilo que Darcy Ribeiro (1995) definiu como “choque cultural”. Através dessa diversidade cultural, busca um ponto de encontro, a unidade latino americana.

Por sua vez, na sua estrutura interna, a Universidade possuirá três cursos de formação em licenciatura: atividade física e saúde, treinamento desportivo e gestão tecnológica do esporte. Está claro que o primeiro curso trabalha com a intenção de

preparar professores para fazer o trabalho social da educação física que está sendo implementado na Venezuela com o propósito de inclusão social, desenvolvimento da saúde e qualidade de vida por meio do esporte. Já a prioridade da Universidade situa-se no plano externo da disputa política e ideológica através do esporte. Ou seja, no seu insistente discurso de fazer da Venezuela uma potência esportiva. Nesse aspecto, Chávez reproduz o discurso soviético dos seus parceiros socialistas do pós-guerra. Discurso conhecido e que causou grandes males ao esporte e à Educação Física desses países. A luta desesperada pelo recorde, pelas medalhas, a superação na tabela de classificação e do resultado geral dos jogos de caráter internacional.

Se esse é um grande mal, por outro lado, países periféricos que nunca tiveram a possibilidade de conquistar maiores índices de desenvolvimento esportivo, como Guatemala e Nicarágua, passarão a conhecer todo desenvolvimento desportivo cubano como, por exemplo, no discurso político e ético do esporte ligado à saúde e à cidadania; do esporte enquanto meio de coesão social e identificação das culturas do povo latino; da construção do esporte popular, enquanto elemento de educação dentro de uma nova orientação política; enfim, passarão a ter acesso ao conhecimento avançado desses países em treinamento esportivo e na gestão da tecnologia do esporte, o que é extremamente saudável para o desenvolvimento esportivo desses países.

Da mesma forma, na diversidade do encontro de diferentes estudantes e professores, cria-se um solo extremamente forte para o surgimento de uma educação física extremamente crítica, muito diferente da visão colonizada, ocidental que se possui hoje.

Por isso, quando Chávez afirma: “*Hacer deporte es hacer revolución*” ele resgata para América Latina a lógica histórica

que uniu Estado, esporte e ideologia, agora do ponto de vista da esquerda e não mais da direita. A Educação Física da América Latina colonizada pelo ocidente que, em suas várias fases, absorveu esse discurso ideológico da direita e somente mais tarde, quando surgiu uma Educação Física mais crítica e reflexiva, soube fazer a crítica a essa situação política, terá agora a oportunidade de observá-la criticamente pelo viés da esquerda, e procurar entender o que significa “*Hacer deporte és hacer revolución*”.

Referências

ABAB, Miguel Pérez. Disponível em: <www.ind.gob.ve>. Acesso em: 13 dez. 2006.

CARDENAL, Ernesto. *Venezuela: La revolución silenciada*. Adital, Nicaragua, 19 maio 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=ES&cod=22586>>. Acesso em: 26 ago. 2009.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GONZÁLES, José Ignacio Barbero. Deporte Y Clase Social In: BROHM, J.M.; BOURDIEU, P.; DUNNING, E. *Materiales de Sociología del Deporte*. Madrid: García-Rico, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE DEPORTO www.ind.gob.ve.

LEAL, Ubiratan. *História dos Jogos Olímpicos 1896-2004: de Atenas a Atenas-XIX Jogos Olímpicos, 1968 cidade do México (México)*. Disponível em: <<http://br.yahoo.com/olimpiadas2004/especiais/historia.php>>. Acesso 13 dez. 2006.

PRIETO, Luiz M. Cazorla. *Deporte y Estado*. Barcelona: Labor Politeia, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIMSON, Vyv; ANDREW, Jennings. *Los señores de los anillos: poder, dinero y doping en los juegos olímpicos*. Bogotá: ed. Norma, 1992.

Brasil e Argentina: estudo comparativo sobre conteúdos da educação física escolar e questões de gênero¹

Suéllen Rögelin Patrício²

Maria do Carmo Saraiva³

Verónica Bergero⁴

Introdução

Os problemas que envolvem as questões de gênero já foram ampla e profundamente analisados nos campos da saúde e da educação em âmbito mundial e continuam de extrema importância para os povos que lutam pela emancipação humana.

No entanto, apesar dos avanços já conquistados nesses campos a esse respeito, há muitos setores da sociedade em que ainda persistem o atraso teórico, os limites práticos e o conservadorismo político, dentre eles os que se relacionam ao

1 Pesquisa realizada no segundo semestre de 2006.

2 Graduada em Educação Física/UFSC. Realiza estudos e pesquisas sobre a dança e gênero no âmbito da educação física escolar. E-mail: surogelin@yahoo.com.br

3 Doutora em Motricidade Humana, especialidade Dança; professora do Programa de Pós-graduação do DEF/CDS/UFSC e membro do NEPEF/UFSC. Investiga nas linhas de pesquisa *Teorias sobre o corpo e o movimento humano e Teorias pedagógicas e didáticas do ensino da educação física*, em especial temas como Gênero, Coeducação e Dança. E-mail: marcarmo@terra.com.br

4 Mestre em Educação Física, pelo CDS/UFSC. Realiza estudos sobre Dança e Educação Física. Tem artigos publicados nas temáticas de Dança, Educação Física e mídia. Atualmente trabalha como professora no Projeto de Dança extracurricular na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis – SC. E-mail: verobergero@hotmail.com

esporte em todos os níveis e ao ensino da disciplina Educação Física nas escolas.

Em atenção a esses problemas, busca-se recuperar elementos da literatura especializada para analisar de forma comparativa a Educação Física desenvolvida em escolas de dois países da América do Sul – Argentina e Brasil – focalizando as atenções ao tratamento (e não tratamento) dado às questões de gênero. As análises foram realizadas sobre documentos oficiais que regem o ensino escolar nos dois países e sobre a prática pedagógica adotada por educadores(as) das escolas investigadas, bem como sobre a compreensão de esporte e gênero dos(as) estudantes envolvidos(as).

Na Argentina, foram realizadas observações de aulas de Educação Física em escola pública (vinculada à Universidade), na cidade de La Plata, em duas turmas de sétimo ano⁵ (11-12 anos), uma feminina e outra masculina. Na feminina havia 15 meninas, e na masculina, 14 meninos. No Brasil foram observadas aulas em um colégio público (também vinculado à Universidade), situado em Florianópolis, sul do país, envolvendo nove meninas e 14 meninos da sexta série (também 11-12 anos). No caso desta escola, a turma poderia optar por fazer aulas mistas ou separadas por gênero, tendo escolhido a primeira opção. Ambas as observações foram complementadas por respostas a questionários e entrevistas.

Para efeito de contextualização desta produção intelectual, é importante destacar que as reflexões são fruto, dentre tantas experiências, de trabalhos de formação profissional de educadores da Rede Oficial de Ensino do Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina – UFSC, Brasil, atra-

⁵ Que correspondem à sexta série do ensino fundamental do Brasil.

vés de Projeto desenvolvido em parceria entre o NEPEF (Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina) e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através de sua Secretaria de Educação. As reflexões decorrem, também, de diversas pesquisas realizadas nessa área; desde as que envolvem os universitários e as universitárias da UFSC, há algumas décadas, até aquelas que envolveram crianças de escolas de outros países como Portugal e Alemanha.

Para atender aos interesses de estudiosos e militantes da questão de gênero, identificados como integrantes desse movimento internacional alternativo do campo da saúde – *Global Health Watch* – foram trazidos alguns dos referenciais consagrados pelo campo crítico da Educação Física brasileira. Esses referenciais vêm se destacando no cenário mundial por sua contribuição relevante para práticas transformadoras quanto ao ensino da Educação Física e Esportes. Ao longo do texto, serão apresentados brevemente alguns dados da referida investigação como forma de dar materialidade a toda análise crítica aqui desenvolvida.

Em termos conceituais, neste trabalho, gênero refere-se ao sentido que foi atribuído a essa palavra, a partir da década de 1970, por estudiosas feministas, ou seja, é um conceito contemporâneo. Falar de gênero é atribuir a cada ser – homem e mulher –, determinadas características impostas pela sociedade e pela cultura, sendo o gênero, portanto, uma construção histórico-social. Para Jane Felipe (*apud* FELIPE; GUIZZO, 2004, p. 33):

O conceito de gênero procura se contrapor à idéia (*sic*) de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, enfatizando os processos

socialmente determinados. A constituição de cada pessoa deve ser pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos.

A alternativa educacional que permeia toda a construção deste texto é a Coeducação, proposta que vem sendo desenvolvida há, aproximadamente, duas décadas no interior da Educação Física brasileira, já com boa aceitação e experiências concretas no meio acadêmico e profissional da área, tanto no Brasil quanto em países com os quais o NEPEF mantém relações de colaboração, destacadamente Argentina, Portugal e Alemanha.

Contextualizando o gênero e a educação física: Brasil e Argentina

Acredita-se que independente do sexo, as pessoas têm os mesmos direitos de experimentar, nas escolas, diversas formas de manifestações da cultura de movimento durante aulas de Educação Física. Mas não é de hoje que a Educação Física escolar exerce papel distintivo, pois separa as pessoas por sexo, delimita os espaços e prepara as crianças para o mundo, visando um resultado sem preocupar-se com o processo e com as relações que nele ocorrem (LOURO, 1997).

Os conteúdos e as atividades na Educação Física têm um determinado objetivo. As crianças entram na escola com a ideia de que algumas coisas são exclusivamente para homens e outras, para mulheres. Em cada sociedade, a forma de ser homem e de ser mulher é ensinada às crianças desde que nascem pelas práticas culturais estabelecidas – no primeiro momento pela família e depois pelas diferentes instituições sociais. A partir

daí, constituem-se estereótipos de gênero que revelam em qual sociedade os sujeitos estão inseridos (RIBEIRO; SOARES, *apud* DEVENS, 2004). Essas relações de gênero também se estabelecem nas salas de aulas e essa realidade não é encontrada somente em nossos cotidianos e países.

Sobre a problematização do gênero na escola, Saraiva (2002) aponta que as práticas corporais implicam nos processos culturais de construção de estereótipos, como a masculinização e a feminilização de determinadas atividades. Estereótipos construídos pela história e confirmados pela mídia, que moldam os processos de ensino, gerando diferentes processos para homens e mulheres.

Frente a esse fato, a Educação Física deveria ter como objetivo a formação do “ser total”, a formação de sujeitos críticos e capazes de dar significado a esses movimentos (próprios da nossa área) para o seu cotidiano; seres aptos a construir e transformar a realidade. Porém, isso só é possível se a Educação Física conseguir estabelecer entre os sujeitos diferentes (que somos) um diálogo entre iguais, e para que isso aconteça, ela deve oferecer as mesmas possibilidades de desenvolvimento para ambos os sexos, e não se restringir aos valores das representações sexuadas, deixando de lado questões como homossexualidade, multiculturalidade e igualdade entre todas as pessoas. Na mesma direção, Sayão (2002) trata das questões de gênero e da sua relação com os sexos expondo a trajetória histórica e cultural dessa relação. Ambas as autoras dizem que o trabalho do gênero no âmbito escolar não está restrito às aulas mistas, mas o que realmente importa é a garantia de igualdade de oportunidade a todos.

Atualmente, nas aulas de Educação Física, algumas coisas mudaram e melhoraram, porém alguns professores e pro-

fessoras continuam reproduzindo a prática pedagógica através do treinamento esportivo, que ao seguir a lógica instrumental (orientada apenas pelo alto rendimento), não abre espaço para reflexão crítica e para as diferentes formas de experimentações da cultura corporal. Desse modo, a Educação Física continua assumindo forma de alienação e controle. Tais atividades afirmam questões das relações construídas entre homens e mulheres, e representam uma realidade que diminui as possibilidades de desenvolvimento das diferentes dimensões corporais das pessoas.

Isso também se deve ao fato de que, quando chegam à escola, as crianças trazem consigo imagens-padrão do que é ser um ou outro, sendo que podem ser apresentadas diferentemente, dependendo da sociedade em que estão inseridas. Sendo a escola definida também como meio que prepara para a vida, e se organiza a partir da noção de cultura, é nela em que se crê que cultivando o indivíduo e ensinando-lhe a cultura historicamente construída pela humanidade, é possível desenvolver o que há de “melhor” para a sociedade.

Assim, ao falar de Educação Física escolar, é preciso pensar em que contexto ela está inserida. É necessário também observar a sua expressão institucional, normatizada nos CBC (Contenidos Básicos Comunes da Argentina) e nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil). Aqui e ali, ambos os documentos objetivam organizar e orientar a prática pedagógica da Educação Física.

Na Argentina, os conteúdos da Educação Física na escola são apresentados em forma de jogos, expressão corporal e habilidades motrizes e corporais. A Educação Física é o espaço onde os cidadãos podem se apropriar dos conteúdos culturais da sociedade. As concepções de cultura encontradas no CBC estão relacionadas às questões políticas e de legitimação social.

Já no Brasil, nos PCNs, os conteúdos são apresentados em três partes: “conhecimentos sobre o corpo”, “esportes, jogos, lutas e ginásticas” e “atividades rítmicas e expressivas”. São trabalhados de maneira gradativa, seguindo uma lógica, conforme a dificuldade e é valorizado o ato de movimentar-se para desenvolver capacidades e aprender habilidades motoras. É necessária atenção para o que Caparroz (2003) alerta, o autor ressalta que a construção do PCN foi centralizada, tendo participado professores, especialistas contratados pelo Ministério da Educação, e que outros âmbitos da sociedade não influenciaram. Diz, ainda, que tal documento segue “orientações” do FMI, do Banco Mundial e da UNESCO, e que regras impostas pelo mercado conduzem a educação no país. Outra crítica é que, ao mesmo tempo em que é anunciado como um “parâmetro” (possibilidade), também é uma referência a ser necessariamente seguida.

Apesar das diferenças de conteúdos explicitados nos CBCs e nos PCNs, na essência, eles reproduzem as orientações de “velhos conhecidos” dos campos da educação, figurando como peças políticas das reformas neoliberais que se encontram em processo avançado de implantação na América Latina (CBCE, 1997). Assim, compreende-se que em ambos os países eles devem servir como referência, mas não necessariamente para estabelecer padrões de ensino. A ambiguidade e a contradição estão presentes nos textos. Nota-se também o ocultamento do feminino ao referir-se aos sujeitos (homens e mulheres) apenas como HOMEM, não como seres do mesmo gênero humano.

Sobre os conteúdos da Educação Física escolar

A área da Educação Física deveria tratar das variadas formas da cultura corporal, como os jogos, a dança, a ginástica e o esporte, através de inserções de conteúdos expressivo-corporais. Mas, será que realmente a Educação Física na escola abarca essa gama de atividades?

Percebe-se que o esporte⁶ ainda aparece como conteúdo principal da Educação Física e a própria escola cria uma expectativa nos alunos e alunas, reforçando o ensino de determinadas atividades. Nos primeiros anos de escolarização no Brasil, as crianças têm, em geral, a ideia de que quando alcançarem o quinto ano de estudo, tudo muda em termos de conteúdo das aulas de Educação Física: as aulas deixam de se caracterizar como meras brincadeiras para crianças e passam a se concentrar no esporte, assumindo valor primordial, pois afinal, todos querem “jogar” nas Olimpíadas escolares.

Assim, como falou a professora brasileira (2006) durante a entrevista:

Então, a princípio a gente está trabalhando, e também pela função que de 5^a a 8^a série, é mais voltado para o desporto no Colégio A; a gente está trabalhando com os esportes em si, as cinco modalidades (futebol, basquetebol, handebol, voleibol e atletismo), e também estamos trabalhando com os exames antropométricos, que também é uma norma já instituída na escola; que não é necessariamente o que eu e o PoI acreditamos, mas como já é isso há mais de anos assim, tem uma avaliação antropométrica dos alunos né, então assim, isso é entendido como conteúdo da Educação Física, e a partir daí, a gente explora da forma como pode. E, a gente espera trabalhar mais

⁶ O esporte possui características hegemônicas (a especialização, a divisão, a complexidade) que servem muito bem ao capitalismo. Segue a lógica do mercado, em que tudo vira mercadoria.

vinculado após as Olimpíadas com conteúdos mais voltados à experiência corporal, a dança, até eu tava conversando com o Po1, pra gente trabalhar agora após a entrada dos estagiários, com algumas atividades, até com expressão corporal, para explorar um pouco mais esses conteúdos que de 5ª a 8ª realmente ficam mais de lado.

Nas entrevistas com o professor e a professora brasileira⁷ percebeu-se que eles não concordam com isso, mas como estão em minoria, consideram difícil empreenderem alguma mudança.

No Colégio argentino, o esporte também é a atividade principal, no entanto a fala do professor é um pouco contraditória. Ao mesmo tempo em que evidencia a técnica esportiva nas aulas, ele também visa uma assimilação desses conteúdos para resolução de problemas da vida cotidiana. Isso expressa a maneira pela qual o esporte é tratado, valorizando a competição que leva a formas de dominação, e ao que parece, essa Educação Física tende a criar problemas de desigualdades e não resolvê-los.

Conforme a professora argentina (2005)

Con el 7º año, primero hacemos la observación, el diagnóstico, al comienzo y después empezamos con los deportes, así con los juegos recreativos y con la iniciación deportiva, para que los niños aprendan a respetar las reglas y cosas básicas como pasar, recibir, driblar, lanzar. Bueno, después iniciamos con el deporte pero con el reglamento reducido. En el tercer año ocurre el que llamamos de "muestreo", que sería como una muestra de algunos deportes, para que los alumnos elijan el que les gusta más, para elección del deporte para el Polimodal.

Em ambos os países o esporte continua sendo o principal conteúdo da Educação Física escolar. Outras possibilidades de

⁷ Os nomes dos(as) entrevistados(as) foram omitidos para preservar suas identidades.

práticas corporais não fazem parte dos planos de ensino, do currículo escolar. Mas, no Brasil, percebe-se nas falas dos professores a intenção de trabalhar outros conteúdos, como a dança, a ginástica, a capoeira e o esporte de aventura. Essas atividades podem levar à formação diferenciada das pessoas, pois estimulam a criatividade, a expressão, a comunicação e a liberdade de movimento (desvinculando-se dos movimentos estereotipados). Mesmo assim, esses outros conteúdos são inexistentes ou apenas eventuais.

A maioria dos(as) alunos(as), ao responderem aos questionários, apresentou um entendimento sobre os conteúdos da Educação Física que se reduz aos esportes. Quando questionados(as) sobre seu gosto pelas aulas, em ambos os países, a maioria respondeu positivamente – dizendo que gosta das aulas –, além de demonstrar preferência dizendo: “as aulas são legais” ou “adoro esportes”. Em relação à preferência por determinados conteúdos, o esporte aparece em mais de 90% das respostas, nos dois países. Mas também aparecem conteúdos como: o jogo, a dança, a ginástica, o taco e a ioga. Há uma maior rejeição por parte dos meninos argentinos pela dança e pela ginástica e, aparentemente, uma maior aceitação das meninas nos dois países em relação a esses mesmos conteúdos.

Sobre a eleição dos conteúdos da Educação Física

Segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 25)

Um projeto político-pedagógico representa uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão

sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações.

Nessa direção, o projeto político-pedagógico deve, também, propor ações que se vinculam com as metas do ensino – entre elas, a estruturação de bases sólidas para o conhecimento científico e o desenvolvimento da responsabilidade social e ambiental – e perspectivar a inclusão, tarefas que se espelham, sem dúvida, numa orientação coeducativa da prática pedagógica. Sendo assim, pode-se dizer que a maneira como tratamos o conhecimento reflete na organização e sistematização dos conteúdos escolares.

Sobre os conteúdos, o mesmo Coletivo de Autores (1992) afirma a existência de cinco princípios curriculares que norteiam o processo de definição dos conteúdos, são eles: a relevância social do conteúdo, a contemporaneidade do conteúdo, a adequação às possibilidades sociocognitivas do aluno, a simultaneidade dos conteúdos e a provisoriade do conhecimento. Infelizmente, esses cinco princípios dificilmente são pensados e trabalhados. Os conteúdos obedecem a uma certa estrutura do colégio, que está relacionada à construção histórica, dentro de um cenário político e econômico.

Apesar dos professores participarem da eleição das atividades, essa escolha é manipulada e segue determinados padrões da instituição de ensino. Para elaboração de seu plano, os professores se baseiam no Plano Político Pedagógico da escola. Mesmo assim, depois de pronto, ele ainda vai ser aprovado pela direção do colégio (na Argentina) e pela coordenação pedagógica (no Brasil), que deve formatá-lo para seguir o modelo institucional. Tal modelo limita a formação dos estudantes e restringe a autonomia e a criatividade dos educadores e das educadoras, pois prioriza as atividades que são mais inte-

ressantes para a instituição. Nesse contexto, percebe-se que nos dois países os conteúdos continuam sendo utilizados como elementos que podem servir a uma forma de controle e manipulação social.

Nesse “ciclo”, alguns professores e professoras assumem uma posição conformista, aceitando o que lhes é imposto e reforçam certos conceitos. Outros discordam dessa estrutura fechada; assim, há uma constante luta, dentro da própria escola, entre os professores e professoras que desejam uma mudança e os que não a querem. Estes alegam que as mudanças necessitam de um mínimo de esforço e para tanto é preciso um movimento por parte da escola como um todo, a fim de que se possa refletir sobre os conteúdos mais significativos.

Como dito anteriormente, a herança histórica ainda é muito “forte”. O professor brasileiro diz que os conteúdos já foram eleitos no final da década de 1960 e que até hoje prevalece essa estrutura, sendo que, as formas de intervir, então, ocorrem, não pela variação dos conteúdos, mas sim pela metodologia adotada por cada professor.

Ressalta-se que um conteúdo tem que possibilitar às pessoas a resolução de problemas de acordo com cada momento e, se os conteúdos daquela época eram pensados a partir daquela realidade histórica, hoje os conteúdos precisam atender às necessidades sociais mais atuais e urgentes. E para que isso ocorra, os conteúdos necessitam ser, constantemente, repensados. Ao professor e à professora cabe uma reflexão diária sobre a função dos conteúdos escolares e de sua ação na escola, respondendo para si mesmo “para que” quer ensinar. Isso significa que o movimento dos professores em direção à mudança dos conteúdos deve começar pela intervenção nos projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, pelo acompanhamento do cumprimento de suas determinações.

Sobre as aulas mistas

Ainda hoje, é complicado falar em aulas mistas na Educação Física. Essa divisão é ou não realizada tomando como base o sexo das pessoas e varia de escola para escola. No Colégio brasileiro ocorre a seguinte divisão: do primeiro ao quarto ano de estudos (1ª a 4ª séries), as aulas são mistas; do quinto ao oitavo ano (5ª a 8ª series), são separadas. No ensino médio, as turmas são mistas, porém divididas por modalidades esportivas. Na turma observada, o professor e a professora responsáveis resolveram fazer uma votação para saber das crianças o que preferiam: aulas mistas ou separadas. As crianças optaram por aulas mistas, pelo direito de aprenderem juntas e a garantia das mesmas oportunidades.

Na Argentina, a partir da 5ª série as turmas são separadas entre homens e mulheres, sendo que no “Polimodal” (ensino médio) ocorre divisão por modalidades esportivas também. Quando questionado sobre a não existência das turmas mistas, o professor argentino (2005) afirmou que: “*Sí, porque las aptitudes físicas no son las mismas y el desarrollo motor tampoco*”. Essa visão parece reforçar a ideia de uma corrente tradicionalista

[...] que concebe a Educação Física (e o estudo do movimento humano) no paradigma tecnicista-higienista do esporte de rendimento de atividade física como saúde, e que tende a adotar pontos de vista biológicos para explicar a diferenciação física e comportamental de homens e mulheres (SARAIVA, 2005, p. 31).

Sem dúvida, a construção histórico-cultural de comportamentos diferentes para homens e mulheres se fundamentou na concepção de um corpo masculino que representa poder e for-

ça física, e de um corpo feminino que é frágil e débil. As turmas estudadas na Argentina são separadas por sexo, além disso, o professor (sexo masculino) dá aulas para a turma masculina, e a professora (sexo feminino) para a turma feminina. Na maioria das turmas é assim, e não há, aparentemente, algum tipo de movimento por parte desses educadores e educadoras para uma possível mudança desse pensamento. Assim, professores e professoras

[...] acabam por reproduzir as desigualdades de gênero existentes na sociedade, a partir de concepções essencialistas, pautadas em uma “natureza” capaz de determinar, irremediavelmente, os comportamentos masculinos e femininos (FELIPE; GUIZZO, 2004, p. 32).

Sobre os conteúdos e atividades destinados para homens e mulheres

A história da Educação Física mostra que essa disciplina foi preconceituosa com a mulher, caracterizando comportamentos femininos e masculinos. Assim, algumas atividades eram e ainda são realizadas por determinado sexo. Para justificar essas diferenças, desenvolveram-se teorias pedagógicas, que influenciaram ao longo de décadas as práticas na área. Buytendijk (*apud* SARAIVA, 2005), por exemplo, desenvolveu uma “teoria geral do movimento humano”⁸ que nomeava gestos ou movimentos característicos para cada sexo. A influência disso pode ser um dos “porquês” de alguns esportes serem praticados por homens e outros por mulheres. Segundo Butendjik, ainda, o chute no futebol provoca um forte afastamento das

⁸ Esta teoria foi desenvolvida por Buytendijk nas décadas de 1950 e 1960, na Alemanha.

pernas, e por isso estaria em desacordo à saia feminina, que mantém as pernas juntas. Às mulheres não caberia o movimento de “abrir” as pernas, por ser expansivo.

Sabe-se que há uma corrente de professores e professoras que vão contra esse pensamento. Segundo o professor e a professora brasileiros entrevistados, não existe diferença entre os conteúdos para homens e mulheres. O professor acredita que a escola deve oferecer para as crianças as mesmas oportunidades de aprender, independente do sexo. A maneira, porém, com que cada pessoa vai se apropriar desses conteúdos, depende dela.

Na Argentina, tal diferença não está explícita apenas nas falas do professor e da professora. Nos próprios programas de ensino também pode ser encontrada essa divisão. Enquanto que no Colégio brasileiro encontra-se apenas um plano para a sexta série, no Colégio argentino são dois planos distintos, um para cada sexo; sendo que os conteúdos e as atividades são diferentes.

Os conteúdos comuns nos dois países são: atletismo, ginástica, voleibol, handebol. Na escola argentina estudada, as meninas fazem o “cestobol” e o “softbol”. Já os meninos aprendem o basquetebol que as mulheres não têm a possibilidade de vivenciar. Percebe-se que embora haja conteúdos comuns para ambos os sexos – que incluem, por exemplo, a ginástica e o atletismo – a maneira como tais esportes são abordados para homens e mulheres é diferente. Por exemplo, no esporte, para as meninas são evidenciadas as formas básicas – uma iniciação às modalidades esportivas. Para os meninos, o ensino é baseado na técnica esportiva. Na ginástica, as meninas trabalham exercícios com bolas, bastões (que remetem à ginástica rítmica desportiva). Para os meninos são explorados exercícios em que se utiliza força. Ainda no programa para as meninas

encontram-se palavras como expressão, comunicação e recreação, que não aparecem no plano para os rapazes.

Interpretando os processos empreendidos por alunos e alunas, nessas turmas em separado, pode-se inferir o desenvolvimento de interesses diferenciados por conteúdos da cultura de movimento. Isso, geralmente, circunscreve hierarquias do “saber-poder” nas práticas corporais e pode redundar em polaridades de ação e antagonismos na relação de gênero, nas práticas da Educação Física, restringindo, ainda, a ampliação do repertório de movimento dos/as educandos/as, no aspecto motor, com consequências para a construção da autoestima e da autonomia (SARAIWA-KUNZ, 1996).

Uma co-educação é possível para a superação do problema?

Os conteúdos escolares ainda hoje possuem muitos rasgos e heranças históricas de uma Educação Física higienista, tecnicista e militar, que exalta o valor da força física dos homens, e que atribui às mulheres exercícios delicados. Assim, é comum ver que determinados conteúdos são destinados às meninas e outros aos meninos.

No Brasil, quando fala-se de esportes, refere-se ao futebol, voleibol, basquetebol, atletismo e handebol. Na Argentina, além desses, há o “softbol” e o “cestobol”. Em ambos os países, são trabalhados o futebol, o handebol, o voleibol, o basquetebol e o atletismo. Já a dança, a ginástica e outras possibilidades de práticas corporais aparecem como atividades pontuais ou ainda são inexistentes. Ao que parece, isso pode acontecer por três motivos: pela falta de preparação dos professores e professoras escolares; porque os outros saberes são

considerados supérfluos por não corresponderem aos objetivos condizentes com o capitalismo; ou ainda, pela herança histórica e preconceituosa. Em relação à eleição dos conteúdos, eles obedecem a um plano da escola, que também está submetido a um projeto maior de ensino de cada país. Os professores e professoras de Educação Física participam da seleção dessas atividades escolares, porém têm que seguir uma estrutura de ensino pautada na instrumentalização técnica para o mercado. Essa estrutura, que separa competências, é a mesma que forja a desigualdade de competências entre meninos e meninas na escola, separando-os em todas as vivências.

Todavia, entendemos que as aulas mistas, se não são garantias de direitos e oportunidades iguais, podem ser uma possibilidade para problematização do gênero na escola, numa perspectiva coeducativa. Na Argentina, as aulas são separadas por sexo e os conteúdos são explicitamente distintos para mulheres e homens. No Brasil as aulas são mistas e separadas também, mas, como visto, existem situações em que as crianças podem escolher, disponibilizando os mesmos conteúdos para meninos e meninas.

A partir das indagações iniciais, foi constatado um “fator” fundamental e determinante para uma possível mudança na Educação Física: a atuação de professores e professoras. Para além das diferenças entre os dois países, tratando das diversidades, sendo elas culturais, de escolarização, de formação universitária e do momento da ação pedagógica, existe algo mais forte que os une: a intenção e o objetivo enquanto educadores e educadoras. O papel dos(as) educadores(as) da Educação Física na escola é proporcionar aos alunos e às alunas diferentes possibilidades de aprender. Propiciar aos homens e às mulheres as mesmas oportunidades de desenvolvimento e

aprendizagem. Segundo Paulo Freire (1987), a ação na escola deve estar baseada em certos princípios, como: a fé, a coragem, a esperança e o diálogo. Com isso, ensinar implica permanente reflexão e construção coletiva. A coeducação, como uma prática que procura o diálogo para discernir o que é estereótipo, preconceito e discriminação, torna-se um possível caminho para superação do problema, pois ela pode ser um processo de desconstrução da dominação, da solidariedade, da cooperação e da participação entre iguais (SARAIVA, 2005).

Mesmo estando ciente de que o momento de “denúncia” dessa realidade já foi encaminhado, não são verificadas muitas mudanças nas aulas de Educação Física. No entanto, a perspectiva coeducativa defende uma proposta concreta, oferecendo as mesmas possibilidades de desenvolvimento para todas as pessoas, independente do sexo, cor, etnia, etc. Ela pode proporcionar uma formação de pessoas mais críticas, sensíveis, conscientes e conhecedoras de si mesmo e do mundo.

Espera-se que as contribuições aqui oferecidas possam provocar reflexões e, principalmente, ações sobre o que tem sido – e o que se deseja que sejam – os conteúdos da Educação Física escolar. Por fim, talvez seja possível terminar com a máxima marcusiana, de que

[...] as verdadeiras necessidades são necessidades humanas, não masculinas e femininas. Elas devem ser descobertas e preenchidas em trabalho e alegria conjuntos por homens e mulheres (MARCUSE, 1978, 87).

Referências

BRACHT, V.; CRISORIO, R. (orgs.). *La Educación Física en Argentina y en Brasil*. Identidad, desafios y perspectivas. La Plata, Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2003.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. Parámetros Curriculares Nacionales de Educación Física: Algunas claves para discutir la identidad de Área frente al travestismo discursivo de las reformas educativas. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, Ricardo (orgs.). *La Educación Física en Argentina y en Brasil*. Identidad, desafios y perspectivas. La Plata, Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2003.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CBCE (org.). *Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

CRISORIO, R. (orgs.). *La Educación Física en Argentina y en Brasil*. Identidad, desafios y perspectivas. La Plata, Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2003.

DEVENS, B. R. *O Brincar na perspectiva do gênero e suas implicações nas práticas corporais das aulas de Educação Física escolar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Brasil e Argentina: estudo comparativo sobre conteúdos da educação física escolar e
questões de gênero

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCUSE, H. *Weiblichkeitsbilder*. In: MARCUSE, H. *et al.* *Gespräch mit Marcuse*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978.

SARAIVA, M. C. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da Educação Física, esportes e lazer? *Revista Motrivivência*. Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero, UFSC, n. 19, dez. 2002.

_____. *Co-Educação Física e esportes: quando a diferença é mito*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

SARAIVA-KUNZ, M. C. Educação Física e Coeducação. In: *Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC*. Grupo de Estudos Ampliados de Educação Física. NEPEF/UFSC – SME/Florianópolis, p. 120-130., 1996.

SAYÃO, D. T. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da Educação Física, esportes e lazer? *Revista Motrivivência*. Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero, UFSC, n. 19, dez. 2002.

A Capoeira é do Brasil? A Capoeira no contexto da Globalização

*José Luiz Cirqueira Falcão**

Introdução

Este texto analisa o processo de globalização da capoeira no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo.

Embora a mídia em geral ainda não tenha devidamente evidenciado esse fenômeno, é importante afirmar que ao longo dos últimos anos, a capoeira vem se inserindo vertiginosamente nos mais diferentes espaços institucionais das médias e grandes cidades do Brasil e em vários países do exterior, consolidando um avanço histórico controvertido. Se, por um lado a capoeira, na época da escravidão, era associada com as lutas de negros escravizados em busca da liberdade, por outro, atualmente, ela tem sido vinculada majoritariamente com a lógica do mercado.

A capoeira, criada pelos negros africanos escravizados no Brasil, a partir do Século XVII desenvolveu-se como um misto de jogo, luta e dança praticada ao som de instrumentos musi-

* Professor Adjunto III da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Coordenador do Núcleo da Rede CEDES da UFSC. Sócio Pesquisador do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Mestre de Capoeira do Grupo Beribazu. joseluizfalcao@hotmail.com.

cais criados com elementos da natureza pelos próprios negros, com auxílio de suas palmas e cantos, que eram praticamente os únicos recursos disponíveis naquela situação de cativo.

Apesar de conter lógica própria, a capoeira apresenta traços de conformismo e resistência muito próprios do campo das culturas populares. Ao mesmo tempo em que incorporou códigos e valores dominantes da sociedade, ela foi capaz de simultaneamente negá-los com sutileza, a partir de alguns componentes, como o exercício do lúdico, a irreverência gestual e as suas cantigas, que ao reatualizarem fatos históricos, aguçam a necessidade de reflexão crítica sobre eles.

Em seu desenvolvimento no Brasil, a capoeira consolidou, a partir do Estado da Bahia, duas vertentes distintas, mas inter-relacionadas: a Capoeira Angola e a Capoeira Regional. Segundo Vieira (1995), a Capoeira Regional insere-se numa lógica metódica e racional com vistas ao incremento da eficiência, em oposição à Capoeira Angola, cujos princípios estão calçados no improviso e na irreverência.

Se para Mestre Bimba¹, o criador da Regional, a capoeira surgiu na região do Recôncavo Baiano (daí a denominação Regional), portanto, brasileira, para Mestre Pastinha² – o principal representante da Capoeira Angola –, ela teria suas raízes em terras angolanas, a partir de uma dança-luta africana de iniciação sexual chamada *N'golo*, portanto, africana. A partir dessas diferentes visões dos principais líderes acerca da origem

1 Mestre Bimba - Manuel dos Reis Machado (1899 - 1974) era filho de Maria Martinho do Bonfim e Luiz Cândido Machado. Foi iniciado na capoeira aos 12 anos, pelo africano Bentinho, capitão da Companhia de Navegação Baiana. Fundou na década de 1930, em Salvador, a primeira academia de capoeira do Brasil.

2 Mestre Pastinha - Vicente Ferreira Pastinha (1889 - 1981) era filho de José Pastinha, um mascate espanhol, e Raimunda dos Santos, uma negra. Foi iniciado na capoeira aos 10 anos de idade pelo africano Benedito, natural de Angola. Aos 12 anos de idade, entrou para a Escola de aprendizes de Marinheiro onde permaneceu até os 20 anos. Fundou em 1941, em Salvador, o Centro Esportivo de Capoeira Angola e tornou-se o principal guardião da Capoeira Angola.

da capoeira, perfilam outras tantas tentativas de diferenciação que demarcaram profundamente os códigos simbólicos de uma e de outra³. Essas diferentes visões, que não são apenas de conteúdo, mas também ideológicas, demarcam o debate entre uma capoeira, cujos praticantes a definem como mais popular e de resistência, a Angola, e outra mais sintonizada com os valores dominantes, a Regional.

É importante considerar que essa divisão e suas diferentes defesas apresentam conflitos e ambiguidades, pois no contexto contemporâneo, a dinâmica cultural transforma cada capoeira praticante em um mosaico de códigos indecifráveis, dissolvendo identidades estáveis e criando produtores de identidades múltiplas. Isso pode ser facilmente verificado no próprio movimento dos grupos de capoeira. Tais grupos vêm demonstrando que, a despeito de cultivarem a “mesma” capoeira, produzem “múltiplas” capoeiras, evidenciando, assim, que identidade não é uma entidade absoluta, uma essência que tenha sentido isoladamente. A chamada “crise de identidade”, presente também nos grupos de capoeira, está abalando os quadros de referência que davam uma ancoragem estável ao mundo social. As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. É nesse cenário fragmentado que a capoeira se insere.

O desenvolvimento da capoeira apresenta contradições importantes que se expressam pela visível expansão e deslocamentos que ela vem operando no contexto nacional e internacional. Nos últimos anos, constata-se a saída de expressivo

³ Para saber mais a respeito da Capoeira Angola e Regional, ver, por exemplo: Abreu (1999; 2003); Moura (1993); Pires (2001; 2002); Rego (1968); Reis (1993); Vieira (1995).

número de praticantes (mestres e discípulos), para o exterior, em busca de melhores condições de sobrevivência que, além de contribuírem, efetivamente, com o seu processo de expansão no mundo, influenciam também na inversão dos fluxos migratórios, ou seja, se no início do Século XX europeus vieram em massa para o Brasil, neste início de Século XXI, é possível perceber um considerável número de brasileiros dirigindo-se ao continente Europeu. Exemplo disso é que somente para Portugal, na década de 1990, cerca de 110 mil brasileiros migraram para aquele país. Em relação à capoeira, são 35 professores, dentre eles 20 mestres, trabalhando com essa arte-luta em terras lusitanas.

O principal objetivo deste artigo é analisar o processo de internacionalização da capoeira, conforme trabalho de pesquisa realizado a partir do estágio de doutoramento em 2003, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa. Os dados relatados foram obtidos das pesquisas realizadas em seis países da Europa (Portugal, Itália, Espanha, Inglaterra, Polônia e Noruega), e, também, a partir de dados da capoeira em outros países do capitalismo central, como os Estados Unidos da América e a França.

Foram observadas aulas práticas e teóricas, intercâmbios, comemorações, exibições e confraternizações. Foram também entrevistados líderes de grupos que já desenvolvem trabalhos sistematizados no exterior há mais de três anos.

A Internacionalização da Capoeira: de símbolo de brasilidade a patrimônio cultural da humanidade

Quando muitos capoeiras⁴ brasileiros começaram a sair do país, a partir do início da década de 1970, para trabalhar em grupos folclóricos no exterior, em busca de apoio e reconhecimento, não tinham ideia da magnitude que esse fenômeno viria a ter três décadas mais tarde. No início, tudo era muito difícil e a rua era, frequentemente, o único espaço que eles encontravam para expressar sua arte ou para manter contatos com outros artistas do cotidiano, como palhaços e malabaristas das mais diversas origens.

O principal motivo da saída do Brasil de uma “avalanche” de mestres, professores e iniciados em capoeira para o exterior é determinado por fatores econômicos e está relacionado com a busca de melhores opções de trabalho, reconhecimento e prestígio. Se, no Brasil, a mensalidade para se fazer aulas de capoeira três vezes por semana oscila em torno de R\$ 30,00 (o equivalente a US\$ 10), nas principais cidades norte-americanas e europeias esse valor corresponde a apenas uma hora de atividade. Para fazer apenas uma aula de capoeira na Academia *Alvin Alley Ballet*, em Nova York, com a Mestre brasileira Edna Lima, o interessado tem que pagar US\$ 20 (SANTANA, 2001, p. 7).

Esse movimento de expansão, motivado por inúmeros interesses, alguns legítimos outros não, mesmo assim traz consequências inusitadas para a capoeira e é visto, por muitos,

⁴ Para designar os(as) agentes da capoeira (praticantes, mestres(as), professores(as), militantes, etc.), será utilizado o termo capoeira em detrimento do termo capoeirista, por entendermos que o primeiro tem na cultura o seu campo privilegiado de ação, enquanto que o termo capoeirista sugere uma intervenção mais específica, mais especializada, típica do(a) especialista.

como algo sedutor, embora venha causando inquietações por parte de pessoas preocupadas com a “manutenção” das suas tradições. Se, por um lado, muitos alegam que isso vem contribuindo para o distanciamento dos princípios e valores que delegaram à capoeira um emblema de “luta de resistência” contra a exploração, por outro, muitos consideram que esse processo está contribuindo para a valorização das referências culturais africanas e para despertar um interesse maior pelo Brasil e pela cultura brasileira.

Alguns analistas apregoam que, nos EUA, a capoeira tem contribuído, também, para revitalizar o elo entre os negros norte-americanos e a África, cuja relação foi abalada pelo processo violento de segregação desencadeado em séculos passados. Na busca desse “elo perdido”, muitos norte-americanos vêm para o Brasil com o objetivo de “beber na fonte” e procuram conhecer os mestres mais representativos dessa arte-luta.

Convém destacar que outro interesse marcante dos estrangeiros pela capoeira se desdobra imediatamente em dois desejos, conhecer o Brasil e falar o português. Esses interesses se originam do contato com mestres e professores que ministram aulas no exterior que, em busca de um apelo ao mais “tradicional”, fazem questão de se expressar no idioma português. Falar português nas aulas de capoeira é um requisito que opera como uma espécie de “selo de qualidade” e vem contribuindo para abrir campos de trabalhos antes impensáveis. Em decorrência da demanda provocada pela capoeira nos EUA, *O Hunter College*, uma das mais tradicionais faculdades de Nova York, já oferece cursos regulares de português (NUNES, 2001, p. 3).

O movimento de difusão da capoeira no contexto mundial é mais visível e intenso em direção aos Estados Unidos e à Europa. Com raras exceções, comprometidas politicamente em

desenvolver trabalhos de “retorno” dessa arte-luta à África, a maioria das iniciativas se destina aos países centrais do capitalismo.

Essa exportação não convencional (na forma de um símbolo étnico), que se expressa pelo movimento de saída de capoeiras do Brasil para trabalhar em outros países, assume dimensões complexas e controvertidas. Uma delas que convém referenciar é que há muitos capoeiras acompanhando a tendência de muitos jovens e trabalhadores de países empobrecidos, que buscam melhorias econômicas vendendo sua força de trabalho de forma precária em países de capitalismo central.

Nesse movimento complexo, a capoeira vem se inserindo de forma cada vez mais abrangente em vários setores da comunidade internacional. Como consequência, é possível identificar alguns traços culturais da capoeira, tais como a oralidade, o improviso e a “mandinga”, que são subestimados para dar lugar a outras categorias mais “sintonizadas” com o momento atual, tais como: “mercadoria étnica”, “folia de espírito”, “maiação” e “espetacularização”, etc. (VASSALLO, 2003).

O abandono de determinados rituais considerados “tradicionais”, os quais exercem um poder simbólico muito forte nesse contexto, é outro aspecto que desagradou experimentados capoeiras incomodados com alguns processos de transformação dessa arte-luta.

No momento presencia-se a expansão da cultura brasileira no mundo, e a capoeira insere-se como um dos componentes desse processo. O fato é que ela vem se expandindo em escala geométrica por todo o globo, e o incremento desse movimento de internacionalização tem ocorrido em comunhão com outros símbolos da cultura brasileira, como o carnaval, o samba, o pagode, etc. É possível afirmar que essa expansão da cultura brasileira se constrói sob os ditames da “globalização

econômica”, que produz uma brasilidade idealizada, construída por cima e ao largo das gritantes diferenças culturais e econômicas que moldam a realidade concreta do povo brasileiro. Nessa direção, observa-se a disseminação mundial da cultura brasileira, empobrecida de reflexão crítica frente à globalização econômica, em busca de novos mercados para seus produtos culturais.

Acompanhando e analisando experiências significativas de Capoeira pela Europa

Por ocasião das investigações, foram visitadas importantes instituições de ensino e pesquisa, em especial, faculdades de Educação Física em diferentes países. Em algumas delas, existem trabalhos sistematizados de capoeira que funcionam como projetos de extensão ou como atividades extracurriculares, em que professores brasileiros são contratados por tempo determinado para ministrar atividades aos que se interessarem. Geralmente, os discípulos pagam taxas que oscilam entre €20,00 e €50,00 por mês, (que corresponde entre R\$60 e R\$160,00), e é do montante dessas taxas que provém o pagamento do professor de capoeira, como é o caso dos projetos do Estádio Universitário da Universidade de Lisboa, da Universidade de Varsóvia e da Universidade de Oslo.

O primeiro trabalho de ensino sistematizado de capoeira na Europa foi empreendido pelo reconhecido Mestre Nestor Capoeira⁵. Embora alguns capoeiras brasileiros tenham reali-

⁵ Nestor Capoeira foi iniciado por Mestre Leopoldina e graduou-se corda vermelha pelo Grupo Senzala em 1969. É autor de vários livros e artigos de capoeira. Mestre e Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi ator principal do filme “Cordão de Ouro”, produzido pela Embrafilme (hoje disponível em vídeo pela Globovideo), sob a direção de A. C. Fontoura, em 1978.

zados espetáculos pela Europa desde 1951, foi Nestor Capoeira quem iniciou o processo de ensino sistematizado dessa manifestação na Europa, na *London School of Contemporary Dance*, Inglaterra.

A partir da experiência do Mestre Nestor Capoeira, milhares de *workshops* e oficinas se espalharam por toda a Europa. Em entrevista, o referido Mestre declarou que, embora tenha sabido da passagem de Mestre Artur Emídio pela Europa, para participar de shows e ministrar oficinas, foi ele que, em 1971, começou a ministrar aulas sistemáticas de capoeira no Velho Continente.

Ao longo dos últimos 30 anos, o movimento da capoeira na Europa intensificou-se significativamente, fazendo com que ela adquirisse expressiva densidade, mas no começo, tudo era muito difícil pela falta de informação sobre o que realmente significava esse misto de dança-luta-jogo.

O depoimento do Mestre Barão, que desenvolve um conhecido trabalho de capoeira em Porto, ao norte de Portugal, serve para ilustrar esse complexo e conflituoso movimento:

Eu nasci perto de Aracaju (capital do estado de Sergipe-Brasil), em Itaporanga d' Ajuda, lá no meio do mato, numa família humilde, mas honesta também. Depois fomos para Santos-SP, morar lá no Nova Sintra, no morro. A gente morava numa casinha humilde, morava num quarto onde todo mundo dormia junto. Depois eu ia estudar, depois das aulas eu ia vender doce no ponto final dos ônibus, em Santos. Vender bananinha para ajudar minha família, né. Depois eu parei de vender doce e fui trabalhar com um português, carregando lavagem nas costas de domingo a domingo. Depois fui trabalhar na oficina, aprender a função de mecânico. Aí, estudei. Depois fiz um concurso, entrei nas docas. Aí, ganhei uma passagem e vim cair aqui em Portugal. Cheguei aqui em 1994. Tenho nove anos

aqui. E faço também um trabalho social porque eu gosto de ajudar as crianças mais carentes porque é importante você fazer uma criança sorrir, não só no Natal, mas também no ano todo [...] (Mestre Barão, comunicação pessoal, 8 de junho de 2003).

Mestre Umoi, que há 13 anos reside em Portugal, destacou que, no início, teve que dar aula na rua para convencer as crianças a fazer capoeira. Dizia que iria ensiná-las a “dar pernadas”. Segundo ele, precisou utilizar dessa possibilidade para levar os “miúdos” a se interessarem pelas “pernadas do Brasil”:

Quando eu cheguei aqui, em agosto de 1990, pelo menos na região da Grande Lisboa, onde eu me instalei, não tinha capoeira. Ninguém tinha conhecimento do que era capoeira e, claro, eu vim pra cá na tentativa mesmo de ensinar a capoeira. Comecei a procurar as academias aqui e a primeira reação dos donos das academias geralmente era que não queriam nada com galinheiros aqui em Portugal, porque capoeira aqui em Portugal significa galinheiro. Então isso dificultou muito o início do trabalho aqui (Mestre Umoi, comunicação pessoal, 27 de junho de 2003).

Os trabalhos dedicados e ininterruptos de muitos mestres e professores deram continuidade à iniciativa implementada por Nestor Capoeira e contribuíram para que essa manifestação adquirisse grande densidade, diversidade, visibilidade e prestígio social.

Na Europa, a aceitação crescente pela prática da capoeira se expressa pelo rico acervo cultural presente nos seus gestos, cantos e história, que extrapolam as referências de sua “baianidade” e edificam uma “brasilidade” idealizada, à medida que não leva em consideração as evidentes diferenças culturais (e econômicas) presentes no Brasil, país de dimensões

continentais⁶. Essa “desbaianização” e “brasilização” concomitante da capoeira é resultado dessa mobilidade visível que se expressa pela saída de capoeiras das mais diferentes cidades brasileiras, em direção ao Velho Mundo e à América do Norte. Esse movimento contribui para ampliar as referências culturais dessa manifestação e ornamentar o carimbo de brasilidade. Um professor norueguês afirmou que: *hoje em dia, as pessoas já conhecem bem o que é a capoeira e querem a capoeira (...) Quem procura a capoeira já tem uma ideia que é uma coisa brasileira e querem isso!* (Professor Torcha, comunicação pessoal, Oslo, Noruega, 18 de agosto de 2003).

O fato é que a capoeira, com esse “carimbo” de Brasil, embutido em suas cantigas, comportamentos, ramificou-se e expandiu-se significativamente e tem servido, atualmente, como veículo de agregação de povos de vários cantos do mundo, adquirindo, assim, uma identidade supranacional. O Mestre Umoi, já citado, nos afirmou:

A capoeira está quebrando a barreira do oceano que divide o Brasil, a África, a Europa, a América do Norte. A capoeira é do capoeirista. E a gente já tem muitos bons capoeiristas aqui na Europa. Você vê muito angoleiro alemão jogando uma Angola tão boa e até melhor do que muito capoeirista que nunca saiu de Salvador, que nunca saiu do Brasil. Ai você fala. Ah! é por que é alemão? Não, é porque é capoeirista (Mestre Umoi, comunicação pessoal, Amsterdã, 18 de agosto de 2003).

⁶ Apesar de o Estado da Bahia (nordeste do Brasil) exercer forte influência na capoeira, o processo de internacionalização dessa manifestação relativiza essa influência e, ainda por cima, desconsidera a diversidade do país, como se o Brasil, de dimensões continentais, fosse um bloco cultural homogêneo.

O que movimenta milhares de europeus nas rodas⁷ de capoeira, em suas mais diversas formas, são os sistemas de representações significativas, construídos e usufruídos coletivamente em relação ao que se convencionou chamar de “fundamento”⁸ da capoeira. O alimento para esses sistemas de representações pode ser encontrado nos uniformes, nas estampas das camisetas, nos *sites* da Internet, nas cantigas ecoadas nas rodas, etc.

Ao fazer análise das experiências dos capoeiras em Paris, Vassallo (2003) afirma que esse fundamento está articulado com o que considera ser a cultura brasileira. Essa articulação incluiria “o domínio da língua portuguesa, bem como as danças, o ritmo e, sobretudo, a visão de mundo, característicos daqui” (VASSALLO, p. 8 e 9).

Sem considerar que muitos professores mudam de país com certa frequência, contabiliza-se, no primeiro semestre de 2003, a presença de 35 professores, entre mestres, contrames-tres e instrutores de capoeira, em atividade sistemática, somente em Portugal.

A maioria dos mestres e professores de capoeira que atuam na Europa é proveniente do Nordeste Brasileiro, em especial, das cidades de Recife e Salvador, mas existem professores

7 A roda constitui-se no momento mais importante das atividades de capoeira. Na roda o capoeira brinca, joga e luta. Os participantes de uma roda são potenciais jogadores, instrumentistas e cantores e se revezam nessas ocupações durante o seu desenrolar. Na roda de capoeira todos os golpes e contragolpes partem da ginga – a movimentação básica da capoeira. É ela que impede o confronto direto entre os jogadores. No jogo, esses golpes são mesclados com um número indefinido de movimentos que cada jogador improvisa a partir de suas possibilidades, numa espécie de dramatização do confronto direto. O jogo de capoeira na roda é metáfora do jogo e da roda da vida; é mais do que a execução de seus elementos técnicos ou fundamentos.

8 Toda prática cultural tem seus fundamentos. No caso da capoeira esses “fundamentos” são construídos e consolidados por grupos e mestres, mas eles não são unívocos nem, tampouco, harmônicos. Consiste no conjunto de conhecimentos relativos ao jogo da capoeira que pode variar de grupo para grupo, embora existam algumas referências consagradas por todos os seus praticantes, como por exemplo, o reconhecimento do berimbau como instrumento “mestre” da capoeira e a utilização das cantigas (interativas) na roda. Em geral, os fundamentos são passados boca a boca pelos mestres, embora, atualmente, seja possível constatar várias formas de acessá-los.

de praticamente todos os estados brasileiros trabalhando com essa manifestação no Velho Continente.

Desde o início da década de 1970, Paris vem recebendo muitos capoeiras de diversos grupos brasileiros. A professora Úrsula, há mais de dez anos radicada na França, argumenta que, quando lá chegou, poucas pessoas conheciam a capoeira. Atualmente, apesar de muitos “aventureiros” chegarem lá dizendo que são mestres, sem nunca terem passado por uma academia (de capoeira), a capoeira já é bastante difundida e, freqüentemente, “as mulheres são maioria nas aulas” (CARVALHO, 2002, p. 17).

É fato incontestável também, que os capoeiras, na Europa, caminham para uma espécie de profissionalização moldada por trabalhos frequentemente desregulamentados, instáveis, dispersos e ocasionais. Essa condição laboral precária, em geral clandestina, em que se inserem os brasileiros responsáveis pela disseminação da capoeira no exterior, diferencia-se, frontalmente, das carreiras previsíveis, de rotinas estáveis que, até pouco tempo, caracterizavam os postos convencionais de trabalho.

A luta pela sobrevivência e o desejo de reconhecimento a partir de novas experiências são os principais motivos que levam tantos professores de capoeira a deixar o Brasil e a se “jogar” em promessas incertas de “vida boa” no exterior. Entretanto, o que eles frequentemente encontram são opções de trabalhos dispersos, desregularizados, fluidos e “invisíveis”, tal como os *fiddly jobs* (expressão de MACDONALD *apud* MACHADO PAIS, 2001, p. 21), ou como *free lancer*, que se caracterizam como vias alternativas para “ganhar a vida”.

A chegada dos professores de capoeira na Europa, geralmente, é marcada por muita frustração e dificuldade. O depo-

imento do Mestre Matias, natural do Estado de Minas Gerais, que se mudou para a Suíça em 1989 e, atualmente, desenvolve trabalhos em várias cidades daquele país, faz coro com muitas outras experiências de mestres e professores que se “jogaram” em busca de melhores horizontes.

Foi muito dura a chegada na Suíça, ralei [trabalhei] muito, toquei berimbau na neve, nas estações de trem, entendeu, porque os capoeiristas que tinham lá não faziam roda de rua. Eu ia para a rua sozinho, às vezes tocava o meu berimbau, tentava saltar, às vezes fazia coisas malucas e também era um modo de me libertar. O berimbau era o meu companheiro. Era o modo de eu me livrar daquela angústia, daquela saudade, daquela vontade de estar no Brasil, no meio dos alunos, dos colegas. Aquele país frio, você chega e toma aquele choque, não conhece ninguém, porque a língua é outra. Então foi uma barra [dificuldade] enorme que eu enfrentei, mas, graças a Deus, eu superei tudo isso e hoje eu não vou dizer que falo perfeito o alemão, porque eu moro na parte alemã, mas falo bem (Mestre Matias, comunicação pessoal, Madrid – Espanha, 29 de junho de 2003).

Com as novas e severas leis adotadas pelo serviço imigratório dos países europeus, passar pela alfândega é uma vitória aclamada em conversas de bastidores de eventos. Geralmente, os professores imigrantes chegam aos aeroportos com vistos de turistas e muitos apetrechos de capoeira (berimbau, pandeiros, uniformes, etc.) que, via de regra, causam descon-fiança da polícia alfandegária.

Os que conseguem passar por essa primeira barreira, se deparam com outras dificuldades similares a do Mestre Umoi, cujo depoimento explicita uma atribulada realidade:

Então, foi assim. No início foi uma fase muito negativa que eu tive aqui em Portugal. Porque juntou tudo. O meu pai morrendo lá no Brasil, eu aqui desempregado,

*vivendo sem dinheiro e veio aquela fase que eu já te contei ontem – a do pãozinho com água. Que foi uma fase que hoje em dia eu conto isso com piada, com graça, porque, realmente, é uma escola, é um exercício de humildade. Mas, aqui em Portugal, eu comi **pão com água!** Não era água com açúcar porque não tinha açúcar. Era pão com água mesmo. Mas, assim... acreditando que essa bodega [atividade] podia um dia dar certo (Mestre Umoi, comunicação pessoal, Lisboa – Portugal, 27 de junho de 2003).*

O fato é que, a despeito de frequentes desesperos e até deportações, muitos professores de capoeira vislumbram a possibilidade de conquistar, no exterior, o *status* e o reconhecimento que provavelmente jamais conseguiriam no Brasil. “Eu sou um pássaro”, “ninguém me segura”, “já me sinto lá”, eram frases prontas, frequentemente proferidas por um dinâmico professor de Recife, que, apesar de ter sido deportado pelo serviço alfandegário de Portugal, retornou, via Espanha, para as terras lusitanas, e vem levando a vida como uma grande aventura mesclada de flutuações e incertezas nebulosas, mas com muita arte e alegria contagiante.

O que me tirou do Brasil foi a violência, não foi a falta de dinheiro. A violência da política, a violência da televisão, a violência das drogas, a violência da rua. Foi isso que me afastou do meu país. Não foi pra buscar dinheiro aqui na Europa não, porque o dinheiro você ganha lá também. Tem pessoas superfelizes com capoeira no Brasil dando aula que não precisaram sair do Brasil para ir a lugar nenhum. Hoje eu estou aqui, ando para todos os lados, não tenho preocupação com nada. Se eu vou acordar amanhã bem ou mal. Mas é isso aí... O que me fez vir pra Europa foi justamente isso. No Brasil, a gente anda muito inseguro, dentro do ônibus, dentro do cinema, dentro do shopping, numa praia. Aonde você vai, você tem insegurança. E aqui na Europa você tem total segurança e liberdade. É só isso. (Instrutor ET, comunicação pessoal, Lisboa – Portugal, 25 de agosto de 2003).

Na Europa, os capoeiras brasileiros “querem ser mais brasileiros do que são”. Assim afirmou uma capoeira italiana que fez intercâmbio no Brasil, “apaixonou-se” pela arte e está, atualmente, fazendo uma tese no campo da Antropologia, sobre o “espírito” da Capoeira Angola. É bem verdade que no exterior, os professores brasileiros mitificam o Brasil a partir da supervalorização de “fundamentos brasileiros” da capoeira, contribuindo, dessa forma, para promover, além das clássicas hierarquias já presentes no universo da capoeira (gradações), uma hierarquia entre os praticantes não brasileiros, baseada no domínio dos nossos símbolos. Em busca desses fundamentos, alguns são criticados por se arvorarem a falar sua língua nativa com sotaque abasileirado.

Para Vassallo (2003), essa naturalização da brasilidade da capoeira é discriminatória e o aprender capoeira se transforma num ideal inatingível, já que os brasileiros conteriam os seus “fundamentos” no sangue. A capoeira não seria, portanto, uma construção social, mas uma substância naturalizada nos corpos e no sangue dos brasileiros.

Como é possível observar, as dificuldades que enfrenta um mestre de capoeira para se estabelecer e ensinar essa arte no exterior são muitas: o preconceito por muitos deles não terem formação acadêmico-universitária; o estranhamento cultural; o desconhecimento da língua; as barreiras alfandegárias nos aeroportos e a vida levada na clandestinidade que os obrigam a exercer seu trabalho em condições precárias.

Porém, é importante destacar que os professores de capoeira que saíram do Brasil para trabalhar na Europa encontram-se numa condição menos desconfortável em relação aos demais imigrantes, já que não disputam com os “nativos” um posto de trabalho. Desfrutam de reconhecido prestígio, à medi-

da que são possuidores de uma habilidade, de uma especialidade “*made in Brazil*”, que funciona como um selo de qualidade muito requisitado pelos jovens europeus, em geral. São portadores, portanto, de saberes “exóticos” e “culturais” que, de certa forma, desafiam os modos tradicionais de entrada no campo produtivo e redefinem o sentido do trabalho, atualmente caracterizado como: instável, flexível e transitório.

Alguns poucos conquistam certa segurança, a partir de contratos com instituições públicas e privadas sólidas. Um mestre que trabalha em Portugal relatou, durante um evento na Noruega, que se sente muito valorizado como “professor de capoeira” de uma instituição pública. Na oportunidade em que ele demonstrava o seu orgulho, mostrando a carteira que lhe concedia essa habilitação, ele questionava: “será que no Brasil eu teria condições de ter uma carteira dessas?” Ele mesmo responde: “jamais!”. E complementa, ressentido: “no nosso país, a cada esquina, tem uma roda de capoeira, em cada esquina tem um mestre de capoeira, mas que, infelizmente, não tem valor. Morrem de fome, morrem na pobreza e são esquecidos” (Mestre Ulisses, comunicação pessoal, Oslo, Noruega, 17 de Agosto de 2003).

Outro aspecto a destacar a partir das experiências dos capoeiras brasileiros na Europa diz respeito ao fato dessa manifestação cultural aglutinar, por intermédio dos concorridos eventos, pessoas oriundas de diferentes camadas sociais em um mesmo espaço de convívio. Em geral, um mestre ou professor alterna trabalhos em espaços nobres com os chamados “trabalhos sociais”. Via de regra, nos finais de semana, ou nos eventos, os integrantes desses diferentes “espaços” encontram-se e se confraternizam em movimentadas rodas de capoeira.

O mestre Barão transita, com suas aulas de capoeira, em universos aparentemente inconciliáveis da Cidade do Porto.

Eu dou aula no bairro Lagarteiro, um bairro bem complicado. É um bairro social que o pessoal chama aquilo lá de inferno. Dou aula também para ciganos num outro bairro também complicado do Porto. Eu estou lá fazendo um trabalho social com eles. Saio desse bairro social e vou para um ginásio que treina só ricos, que é só empresários (Mestre Barão, Comunicação pessoal, 8 de junho de 2003).

Outro exemplo possível de citar se deu com o processo de inserção de um grupo de capoeira na Polônia. Durante algum tempo, um grupo de amigos interessados em conhecer melhor essa manifestação começou a praticá-la a partir de algumas referências conseguidas em fitas de vídeo e na Internet. Em 1998, um dos integrantes desse grupo encaminhou mensagem, pela rede, para vários professores de capoeira na Europa, solicitando material e sondando possibilidades de realização na cidade de Varsóvia. Um professor, que estava realizando curso de doutoramento na Universidade de Bristol, Inglaterra, respondeu a algumas mensagens e se colocou à disposição para colaborar com o grupo de interessados, a partir de oficinas que ocorriam mensalmente. Durante alguns meses, os contatos foram se intensificando e decidiram então constituir um grupo de capoeira em Varsóvia. Em síntese, o resultado é que três anos depois, tivemos a oportunidade de participar de um evento desse grupo (de 8 a 12 de maio de 2003) e foi constatado o envolvimento de mais de 400 poloneses de diferentes faixas etárias, completamente fascinados pela capoeira. Desde o início dos trabalhos desse grupo, as relações interculturais foram se intensificando, criando novas necessidades e despertando novos interesses por parte dos envolvidos. Tanto é, que nesse

intervalo de tempo, cerca de 20 integrantes aprenderam a língua portuguesa, muitos já realizaram viagens ao Brasil, e o evento do qual participaram pode ser comparado com os melhores festivais de capoeira realizados no Brasil. Atividades como palestras na Universidade de Varsóvia, batismos, graduações, formaturas, rodas, oficinas e a presença de renomados mestres brasileiros fizeram do acontecimento um expressivo festival acadêmico-cultural.

Convém destacar que a materialização desse movimento de inserção da capoeira na Polônia não se deu de forma imediata, improvisada, nem sob os auspícios de adequados suportes financeiros. Isso somente se tornou possível em decorrência das inúmeras articulações e deslocamentos de pessoas que efetivamente se inserem em aventuras, motivadas por sonhos e esperanças de construção de uma vida melhor, redefinindo e influenciando projetos pessoais e de outros, contribuindo, com isso, para a construção de outras possibilidades de existência. Nesse caso, em específico, um mestre brasileiro, juntamente com sua esposa, também professora de capoeira, decidiu assumir, há dois anos, a coordenação do referido grupo. Um detalhe é que seus dois filhos, pelo fato de terem aprendido a língua polonesa em curto espaço de tempo, atuam como intérpretes em ocasiões em que é impossível a comunicação através de uma língua comum aos interlocutores.

O fato é que nesse movimento, a capoeira, com todas as implicações que uma manifestação cultural engendra, afirma-se como manifestação de expressiva densidade à medida que mestres e professores “ensinam” os seus “fundamentos” para pessoas provenientes das mais diferentes origens e culturas e, com isso, vem contribuindo para a diminuição dos estereótipos construídos no interior do seu próprio movimento histórico. Se

a capoeira “é brasileira”, “se está no nosso sangue”, como ela pode ser ensinada a pessoas que não têm o sangue brasileiro nas veias? Travassos (1999, p. 266) questiona: “Como se poderia ensinar algo que está inscrito no sangue, nos corpos e nas mentes de uns e não de outros?” Respostas para essas questões exigem um necessário questionamento dos pressupostos que alimentam parte das “verdades” proferidas sobre as possibilidades dessa manifestação. A despeito da existência de uma profusão de áreas do conhecimento sendo utilizadas para explicar esse fenômeno cultural, ainda são constatados discursos oriundos de teorias evolucionistas, racistas e biologicistas transitando nesse contexto.

Talvez por isso, o movimento da capoeira na Europa tem sido alvo de algumas contraposições. A padronização, o autoritarismo e a formalidade vêm sendo questionados por alguns praticantes que tentam abordar a capoeira a partir de outras referências, como é o caso emblemático da Associação Maíra⁹, de Paris, França, analisado por Vassalo (2003).

Segundo Vassallo (2003), a Associação Maíra foi criada em 1989, é formada por capoeiras franceses e de outras nacionalidades, “descontentes com seus mestres brasileiros, considerados excessivamente autoritários” (VASSALLO, 2003, p. 2). Ela nasceu de um “desejo de emancipação” em relação à capoeira brasileira; e os seus dirigentes, provenientes dos subúrbios situados ao sul de Paris, consideram-se dissidentes da capoeira “à brasileira” e procuram desenvolver o que chamam de “trocas horizontais de saber”, em que cada um transmite seus conhecimentos aos demais, sem hierarquia e sem seguir padrão algum. Os capoeiras franceses acusam os professores e mestres

⁹ Maíra era um nome atribuído pelos nativos brasileiros aos franceses que residiam na costa do Brasil, durante o Século XVI, com o objetivo de criar, aqui, a França Antártica (VASSALLO, 2003).

brasileiros de imporem um modelo de organização social extremamente rígido e hierarquizado, no qual o discípulo teria que se submeter cegamente aos desejos e imposições do seu professor.

As críticas dos integrantes do Maíra não são, segundo Vassallo (2003), endereçadas apenas aos mestres e professores brasileiros, mas se estendem a toda sociedade capitalista neoliberal. A organização do espaço e das atividades expressa o ideal de “liberdade” individual que eles tentam cultivar. “As duchas e os vestiários são mistos, misturando corpos nus de homens e mulheres” (VASSALO, 2003, p. 3). Não usam uniforme, não participam das rodas quando querem, não são obrigados a usar “graduações”, não se “deixam contaminar pela mídia”, e “os papéis de professor e aluno são minimizados, e este último não é obrigado a realizar aquilo que o primeiro sugere” (VASSALO, 2003, p. 3).

Para a referida autora, a experiência do Maíra explicita uma contradição:

[...] os capoeiristas brasileiros, geralmente negros ou mulatos e originários das classes populares, saem de sua posição de oprimidos e se tornam opressores. Os franceses, na condição de alunos de mestres brasileiros, ocupariam o lugar dos oprimidos, invertendo as relações de dominação. Mais do que isso, a capoeira como um todo deixa de ser uma luta de libertação para encarnar um modo de exploração e dominação (VASSALLO, 2003, p. 8).

É importante considerar que a condição social, tanto dos mestres e professores brasileiros que eram “oprimidos” e se tornaram “opressores”, quanto dos franceses, supostamente “opressores” que se tornaram “oprimidos”, não implica numa mudança da condição de classe social da qual eles fazem parte. Todos estão inseridos numa dinâmica social mais ampla, e os

seus discursos situam-se na rede de contradições que permeia as representações que os sujeitos engendram nesse processo conflituoso de construção dos discursos e dos processos identitários.

Cumprir notar que, na luta pela sobrevivência, os professores de capoeira brasileiros na Europa, ao utilizarem essa manifestação como instrumento de trabalho, inventam formas atípicas de ganhar dinheiro e demonstram uma notável capacidade de improvisação, que se enriquece na pobreza aparente dos detalhes. Muitos se articulam em intrincadas redes de solidariedade, através da densa convivência que se materializa em eventos, *workshops*, festas, ou simples visitas aos “trabalhos” dos seus conterrâneos irmanados pela dupla condição de capoeira-imigrante. Muitos grupos considerados rivais no Brasil, ao se instalarem na Europa, minimizam e relativizam essa rivalidade para enfrentar os dissabores que a condição de imigrante frequentemente impõe a todos os portadores do passaporte brasileiro, indistintamente. Com isso, livram-se do fatalismo e da inércia, a partir de formas próprias e originais de “ganhar a vida”, ainda que em terrenos da informalidade, ou na chamada “economia subterrânea”, em que se pode trabalhar e ganhar dinheiro sem o declarar para efeitos de impostos. É importante destacar que essas redes de solidariedade, formadas pelos capoeiras no exterior, são tênues e, geralmente, se desmontam, transformando-se em redes de intriga quando um de seus integrantes beneficia-se de privilégios que, de alguma forma, não são ou não podem ser compartilhados.

Essas múltiplas alternativas de trabalho com capoeira materializam-se na forma de shows em casas de espetáculos, de oficinas em instituições educacionais, de orientação de jovens em situação de risco social. Frequentemente, o trabalho

do profissional de capoeira, na Europa, apresenta-se de forma eventual, temporária, aleatória, parcial e até ilegal. O comércio de apetrechos de capoeira – roupas, livros, CDs, DVDs, materiais e instrumentos, etc. – serve para incrementar o orçamento desses aventureiros abnegados, isso quando não constitui atividade principal de muitos.

Eventualmente, os contatos com pessoas importantes facilitam a conquista de melhores postos e melhores condições de trabalho, mas, em geral, esses estão vinculados a pequenas empresas ou instituições que militam em programas de reinserção social.

Mesmo de forma precária, mas com grandes pitadas de criatividade, esses “profissionais” se utilizam dessa manifestação cultural para manterem-se vivos e buscam as mais inusitadas possibilidades para escapar à sina daqueles que, considerados pela maioria como os grandes mestres da capoeira, morreram em situação de miséria absoluta. Mestres como Pastinha, Bimba, Valdemar da Liberdade e outros¹⁰, que “experimentaram a encruzilhada da fome com a fama” (ABREU, 2003, p. 14), apesar de se tornarem os grandes referenciais da “capoeiragem” no Século XX são, para as novas gerações de capoeiras, produtos de uma condição de exploração da qual tentam se esquivar.

10 Mestre Pastinha faleceu pobre, cego e esquecido em Salvador-BA. Mestre Bimba faleceu pobre, lutando por melhores condições de vida, em Goiânia-GO. Mestre Waldemar da Liberdade – conduziu nas décadas de 1940 e 1950, aos domingos, a roda de capoeira que se tornou o mais importante ponto de encontro dos capoeiras de Salvador, onde o escritor Jorge Amado e o fotógrafo Pierre Verger “se alimentavam culturalmente” (ABREU, 2003, p. 43). Mestre Waldemar morreu em 1990, em Salvador, na pobreza, como tantos outros capoeiras.

Conclusões

Da análise desse intrincado e rico movimento de internacionalização da capoeira, é possível formular três considerações fundamentais: a) a capoeira adquiriu, nos últimos dez anos, grande densidade, visibilidade e poder simbólico e se transformou em um dos principais cartões postais do Brasil no exterior; b) o significado que os sujeitos apreendem de suas práticas, emocionalmente compartilhadas, está vinculado com a intensidade das interações e com a plenitude da experiência. Nessas práticas entrecruzam as dimensões ético-políticas, históricas, culturais e econômicas da vida em sociedade; e c) a capoeira insere-se no modelo cultural capitalista e está sujeita, portanto, à estratificação social própria de uma sociedade dividida em classes, expressando-se em possibilidades diversificadas de acordo com as classes sociais em que está incluída.

Pode-se verificar que, tal como outras práticas significativas, a capoeira é condicionada por valores e regras sociais que podem transformá-la em heroína ou vilã. Como construção social, que permanentemente se manifesta, e como manifestação cultural que permanentemente se constrói, ela é influenciada pelo tempo histórico em que se situa, mas também, edificada a partir dos interesses e das ações dos sujeitos que, através dela, atuam e disputam poder na sociedade.

Embora uma parcela significativa da capoeira a trate como símbolo étnico (Capoeira é brasileira! Capoeira é africana! Capoeira é afro-brasileira!), tal análise nos leva a pensá-la como uma manifestação com *status* de patrimônio cultural da humanidade e, por esse motivo, um direito social inalienável de qual-

quer ser humano que se sinta atraído pelo seu “axé”¹¹. Nessa perspectiva ela não teria pátria, embora carregue símbolos de sua inquestionável brasilidade.

A análise aqui efetuada nos leva a depreender que os dilemas particulares engendrados numa determinada prática relacionam-se com os dilemas mais amplos presentes na sociedade. A principal luta do capoeira, nos dias de hoje, não deve ser contra um determinado opressor, como acontecia antigamente, nem tampouco contra outros praticantes de capoeira; a **luta** da capoeira deve ser coletiva e emplacada contra todo e qualquer tipo de opressão, discriminação e pela construção de uma sociedade universal efetivamente justa, livre e democrática.

Referências

ABREU, F. J. *Bimba é bamba: a capoeira no ringue*. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.

_____. *O barracão do mestre Waldemar*. Salvador: Organização Zarabatana, 2003.

CARVALHO, L. C. Na roda com a mulher. *Revista Praticando Capoeira*. São Paulo, ano II, n. 17, 2002.

MACHADO PAIS, J. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Âmbar: Porto, 2001.

MOURA, J. *Mestre Bimba: a crônica da capoeiragem*. Salvador: o autor, 1993.

¹¹ Termo bastante utilizado no contexto da capoeira para designar a energia contagiante resultante das ações dos jogadores.

NUNES, V. Capoeira made in NYC. *Correio Braziliense*. Brasília-DF, *Caderno Coisas da Vida*, p. 1 e 3, 13 mar. 2001.

PIRES, A. L. C. S. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)*. Tese (Doutorado em História). Campinas-SP, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. *Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana*. Tocantins/Goiânia: NEAB/Grafset, 2002.

REGO, W. *Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968.

REIS, L. V. S. *Negros e brancos no jogo da capoeira: a reinvenção da tradição*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

SANTANA, J. Velhos mestres. *Correio da Bahia*. Salvador: Caderno Correio Repórter, p. 1-7, 15 abr. 2001.

TRAVASSOS, S. D. Negros de todas as cores: capoeira e mobilidade social. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Orgs.). *Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador-BA: CEAO, p. 261-271, 1999.

VASSALLO, S. P. A transnacionalização da capoeira: etnicidade, tradição e poder para brasileiros e franceses em Paris. In: *Anais da Quinta Reunião de Antropologia do Mercosul*. Florianópolis-SC, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2003.

VIEIRA, L. R. *O jogo de capoeira: cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

O Esporte e a Educação na Contemporaneidade: ambiguidades, contradições e tensões sociais na França

*Fabio Machado Pinto**

Introdução

Há uma crise sistêmica promovida pelas reformas políticas neoliberais que afeta a todas as populações mundiais, inclusive os países capitalistas ricos, penalizando de forma drástica os jovens e trabalhadores. Frente a esse cenário, o esporte, como política de Estado, serve para tentar amenizar, amortecer e desmobilizar o ímpeto de auto-organização e luta dos trabalhadores e populações empobrecidas.

A possibilidade de desvelar as diversas facetas, as mazelas e as violências protagonizadas no esporte surgem na França em meados dos anos de 1960, estimuladas pelos textos de Brohm¹, os quais contribuem com o surgimento do pensamento crítico da sociologia do esporte nesse país. A partir desse

* Professor do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando em Ciências da Educação na Université Paris 8, e Bolsista do programa CAPES/MEC/Brasil. E-mail: fabiobage@yahoo.com.br

¹ Grande parte da produção crítica de Jean Marie Brohm se encontra na revista *Quels Corps* (1975-1997). A revista deixou de ser editada em dezembro de 1996. Desde seu primeiro número, "pour une nouvelle façon de percevoir le corps" se tornou uma referência do pensamento crítico Francês nos campos das ciências humanas e sociais. Destacariamos ainda, entre as principais obras do autor: *Sociologie politique du sport*, 1976 e *Le corps analyseur: essai de sociologie critique*, 2001.

marco é possível identificar os esportes como mercadorias oferecidas pela indústria cultural², como cultura de massa, às populações. Porém, também é possível perspectivar o esporte como cultura de resistência e como prática corporal de libertação e emancipação humana.

A França possui ótimas estruturas e equipamentos poliesportivos disponibilizados em bairros de periferia e, ainda, oferece à população possibilidades dela própria administrar suas áreas de lazer. Porém, mesmo sendo oferecidas ótimas estruturas de esportes e lazer que causam inveja a qualquer país pobre, como os da América Latina, essas são ações insuficientes para conter os protestos e insatisfações sociais manifestadas contra os desmontes promovidos pelas reformas neoliberais sobre seu território.

Neste texto, o objetivo é explorar os meandros da democratização ou massificação do futebol e dos esportes na França, através de sua disseminação como política pública, em escolas (atividades curriculares e extracurriculares) e em clubes e associações de bairros periféricos de Paris. Há também uma análise sobre o papel que desempenha o selecionado francês de futebol neste contexto. O olhar sobre esses temas é de um brasileiro que cursa doutorado residindo nesta cidade, fato que possibilita o engajamento na realidade de um bairro de sua periferia.

² O surgimento do conceito de indústria cultural e de cultura de massa está relacionado ao surgimento do Cinema, Rádio e Televisão e ligado organicamente ao poder econômico do capital industrial e financeiro. Portanto, seu objetivo é tornar todos em consumidores potenciais. Adorno e Horkheimer (1985) foram os principais arquitetos desse conceito, mostrando os mecanismos que levavam a manipulação das massas, seja na Alemanha nazista ou na América liberal. Ver Duarte (2003).

Esporte e sociedade francesa atual na perspectiva de um brasileiro residente

Nos últimos dois anos, o brasileiro mencionado viveu como residente estrangeiro num bairro popular do subúrbio parisiense. Nesse período presenciou três acontecimentos marcantes: em outubro de 2005 eclodiu a “*Crise des Banlieues*” (conflitos nos bairros pobres³), em abril de 2006 o movimento contra a CPE⁴ e os impactos na sociedade francesa e no departamento 93⁵ da Copa do Mundo de 2006 realizada na Alemanha, na qual a França conquistou o vice-campeonato.

Revoltados, sem perspectivas de um futuro melhor do que aquele para o qual as escolas francesas empurram os jovens do Banlieue (predominantemente, de origem étnica árabe ou africana), eles foram às ruas, queimaram carros e mostraram a face de uma integração pouco convincente na França. Poucos meses depois, na primavera de 2006, novamente, jovens das universidades francesas revoltam-se com as reformas neoliberais propostas pelo governo cuja proposição retira direitos trabalhistas daqueles que entrarão no mercado de trabalho. Tais acontecimentos revelam fissuras no processo de formação e integração entre aquele que vive no “*banlieue*” – oriundo das ex-colônias – e o jovem de classe média, considerado

3 Na periferia das cidades francesas, os jovens se revoltaram contra a ação do Estado e seus aparelhos de repressão, a ação foi marcada pelo controle da polícia e a perseguição de três garotos que foram eletrocutados ao se esconderem numa estação de energia elétrica. No dia seguinte a esse ato de violência, o atual ministro do interior e candidato a presidente nas próximas eleições, Nicolas Sarkozy, foi ao bairro Clichy-sous-Bois e usou o termo “*racaille*” (Ralé) para se dirigir às pessoas que se manifestavam revoltosas contra a ação policial e a política do governo. Esse ato tornou-se fundamental para o início, em todo o território francês, de um conjunto de manifestações radicais.

4 Contrato de Primeiro Emprego. Projeto de Lei apresentado pelo governo no sentido de regulamentar as leis do trabalho, flexibilizando as relações entre proprietário e trabalhador. O Projeto foi fortemente rejeitado pelo conjunto da sociedade, principalmente pelos jovens universitários.

5 O “93, *Seine-Saint-Denis*”, é um dos departamentos mais pobres da França, marcado também por histórias de lutas e reivindicações sociais e culturais, por se tratar da região que abriga boa parte da população originária das ex-colônias francesas.

francês “puro”, num contexto de turbulência social e econômica, em que o desemprego atingiu números alarmantes.

É em meio a esse contexto de protestos que acontece na Europa a Copa do Mundo de Futebol de 2006, que possibilita aos franceses assistir à surpreendente ascensão da geração “*Black, Blanc et Beur*” (Negro, Branco e Bege⁶), ou “*Les Bleus*”, como é denominada a seleção francesa⁷. Desde 1998, o selecionado francês tem sido utilizado para veicular a mensagem de que é possível aos estrangeiros ascender socialmente na França. Porém, para os jovens dos “*Banlieues*”, essa equipe representa uma **promessa que não se realiza** em suas vidas cotidianas. Pode-se dizer, que o selecionado francês tem servido ideologicamente para amenizar o impacto das inúmeras experiências de fracasso que eles acumulam nas suas trajetórias escolar e profissional.

Para eles o futebol aparece como uma possibilidade de mobilidade social, mas também de construção da identidade dos jovens que vivem uma crise de pertencimento⁸. A forte presença de negros na equipe francesa data da década de 1960 e vem se acentuando graças ao talento desses garotos formados, sobretudo, nos bairros pobres, mas que possuem quase sempre uma excelente estrutura esportiva disponibilizada pelo Estado. Na “*Ilê de France*”, destaca-se o exemplo de Paris, prefeitura de esquerda que gasta 150 milhões de Euros anuais

⁶ Para saber mais sobre a integração dos “Beur” ou beges à sociedade francesa ver ENAFAA (1996).

⁷ A seleção francesa conta em sua equipe com três jogadores nascidos no exterior, Vieira (Senegal), Makelele (Congo), Boumsong (Camarão); cinco nascidos na França e parentes de estrangeiros, como Zinedine Zidane (Argélia) e Trezeguet (Argentino), e, ainda, nove nascidos nas Antilhas, portanto, franceses. A cor da pele dos jogadores da seleção francesa diferencia-se das demais seleções europeias. Trata-se de uma equipe composta por jovens jogadores de origem multiracial que expressam em sua cor as miscigenações raciais trazidas das colônias francesas invadidas pelo antigo império francês, são jovens oriundos dessas colonizações e que hoje buscam seu espaço nesse país.

⁸ Não nasceram nos países que originaram suas famílias, como Argélia, Marrocos, Tunísia, etc., portanto, já estão distantes destes, mas também não se sentem plenamente à vontade no seu país de nascimento.

com a estruturação de políticas de esporte. Possui 2.400 agentes esportivos e 26 mil crianças por dia participando dos centros esportivos e “ateliers Bleus”⁹. E mesmo com grandes investimentos públicos com esportes nas periferias é dela que eclodiram as maiores manifestações de protestos durante a rebelião de outubro de 2005.

Mas, é da periferia, na pequena comuna onde resido desde 2004¹⁰, que é relatada essa experiência particular. Pelo segundo ano tenho compartilhado os campos de futebol com os jovens, sobretudo os negros e árabes, e com eles disputado o campeonato regional¹¹. Os treinos e os jogos são realizados num complexo esportivo do bairro que conta com um estádio de futebol e de atletismo, um ginásio poliesportivo, entre outros, à disposição da comunidade. Trata-se, na verdade, de um complexo esportivo igual a centenas de outros espalhados pelo país.

A política esportiva implantada para a utilização dos equipamentos do complexo poliesportivo é gerida pelas próprias pessoas da comunidade (a pequena “*Pierrefitte*”) e privilegia a participação efetiva dos cidadãos (os “*Pierrifitois*”). Durante dois anos, nenhum ato de vandalismo aos equipamentos do complexo poliesportivo foi presenciado, ao contrário, as instalações mantiveram-se sempre próprias e disponíveis ao uso com fins esportivos e de lazer. Foi possível perceber que aqui o esporte é muito valorizado como política de Estado e destina-se ao lazer dos cidadãos. Há uma forte tendência do Estado em promover a democratização de acesso popular às instalações

⁹ Informações no Maire de Paris PARISPORTS (2002).

¹⁰ Para maiores informações sobre a comuna ver <<http://www.pierrefitte93.fr>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

¹¹ Essa equipe é composta por 20 educadores voluntários, trabalhando com 215 jogadores distribuídos em dez categorias: masculino e feminino.

de qualidade e também possibilitar uma gestão popular sobre a definição das prioridades e das atividades esportivas e culturais que irão se realizar. É forte o sentimento entre os usuários desses complexos poliesportivos de que, aquilo que é público, também é deles, assim como do coletivo, e que por isso devem ser preservados, a fim de que continuem a servir a si e a todos.

Parece contraditório pensar que uma política esportiva de Estado assim equacionada não seja suficiente para impedir as manifestações que se sucederam. No entanto, uma possível hipótese a respeito é a de que são contradições de um Estado que levou o “*welfare state*” ao limite e que hoje se ressentem em não poder acompanhar os países liberais, em que pesem os esforços da pequena e comunista comuna de Pierrefitte. No entanto, tal fato pode contribuir na reflexão sobre as experiências do Brasil, país de capitalismo tardio, mas que não foi poupado pelas ações neoliberais. No Brasil, são numerosas as ações governamentais que veiculam a falsa ideia de que o esporte e o lazer podem ser preventivos à criminalidade, ao uso/abuso de drogas e a violências resultantes do abandono do próprio Estado em outros setores da sociedade.

Frente às políticas de lazer do Estado francês, ainda insuficientes para conter a rebeldia dos jovens, o futebol também passa a ser utilizado como solução¹². Nas comunidades carentes o futebol ganha força à medida que as perspectivas de futuro dos trabalhadores são reduzidas. O futebol nessas comunidades tem sido proposto como solução salvadora àqueles jovens que têm pouca esperança na escola e que também se

¹² Em conversas informais é possível perceber entre os franceses uma profunda admiração pelo futebol brasileiro, mas é Zizou (Zinedine Zidane) que lhes enche de orgulho e alimenta um sonho de integração e de que é possível a ascensão social, mesmo para aqueles que vivem na margem norte da rica Paris. Os *Bleus* tornaram os gramados dos *banlieues* um terreno fértil para o surgimento de uma nova geração. Um futebol preparado em campos sintéticos de tecnologia avançada, com uma formação esportiva talhada no corpo de meninos afro-franceses e que vivem problemas sociais e culturais profundos.

ressentem, cada vez mais, por não terem acesso aos bens de consumo, cujos apelos lhes são muito atraentes.

Nessas comunidades é muito forte a exploração das mensagens veiculadas pela mídia dos mega-eventos esportivos (as Olimpíadas e a Copa do Mundo). Tais eventos são veiculadores tanto do sonho de ganhar a loteria do “peneirão” – milhões de garotos se perdem a caminho do profissionalismo – quanto de produzir as necessidades de consumo que lhes fazem sentir o gosto das vitórias de seus ídolos como se fossem suas.

Durante a Copa do Mundo da Alemanha, em 2006, nas cidades de Dortmund, Dusseldorf e Koln, foi possível observar aspectos desse mega-evento que provoca certa reflexão sobre o assunto. Televisada em quase todos os países do globo, a fantástica “indústria da bola” promove seus ícones. Homens milionários que, embora jovens, não precisam mais trabalhar para viver. Corpos cuidados com todo o recurso científico e tecnológico para render dentro e fora do campo. Milhares de câmeras para registrar cada detalhe e informar ao mundo que o importante acontece ali, e que todos devem estar atentos ao que é dito, pensado, mostrado e vendido pelas telas da TV.

Fora do campo, uma população mobilizada em torno do comércio, cuja prostituição também marcava forte presença¹³. Um **grande circo armado** para divertir as pessoas; muita cerveja para entorpecer as mentes, enquanto se esquece do cotidiano, mas não das mercadorias a consumir. Ali o lazer presta-se para criar no imaginário popular a esperança de um futuro diferente daquele que, provavelmente, o será.

Em campo, a França vence o selecionado brasileiro e avança na competição até ser derrotada, já na final, pela equipe

¹³ Centenas de prostitutas – muitas delas brasileiras – rondando os estádios, trabalhando nas casas especialmente preparadas para a Copa.

italiana. No entanto, um dos fatos mais marcantes desse jogo e da Copa foi o golpe com a cabeça de Zidane no adversário. Segundo o atacante, o gesto foi uma reação à agressão verbal sofrida.

Tendo sido o primeiro a ser entrevistado, o Presidente Chirac saiu em defesa do ídolo e mostrou saber que “Zizou” representa um sonho que, após o despertar, pode romper com o silêncio momentâneo dos excluídos.

Zidane é uma unanimidade na França, mesmo para a classe média, para quem o futebol não é mais do que uma entre as tantas práticas corporais oferecidas pelo Estado. O seu ato ou a falha de Trezeguet provocaram diferentes discursos. No extremo, o discurso racista relaciona o desequilíbrio emocional e animalidade aos “*les Bleus*”. Esse discurso tem contribuído para a construção de um clima de desconfiança que se instalou na sociedade francesa. Também fazem parte desse tensionamento as políticas relacionadas aos imigrantes, cada vez mais restritivas.

Dessa forma, fica evidente que o futebol não tem o poder de anular a discriminação e o racismo. Ele não representa verdadeiramente as relações de classe vividas na sociedade. É possível que um ídolo nacional seja negro ou de origem mestiça e, assim mesmo, a sociedade não incorpore isso como uma possibilidade real de integração de um povo. A esse respeito, pode-se dizer que pouco mudou na sociedade francesa desde 1998 (quando a seleção francesa de futebol sagrou-se campeã da Copa disputada naquele país). Parece mesmo que o desemprego e as condições sociais e econômicas pioraram. Os jovens do meio popular continuam traçando percursos escolares mais curtos e menos valorizados, também continuam a entrar no mercado de trabalho pela porta de trás.

O futebol, pela força e pela penetração social que alcançou nas últimas décadas, tem sido falsamente anunciado como opção para os jovens¹⁴. Trata-se de um anúncio enganoso, visto que é um projeto elitista e hierarquizado, no qual o jogador é cada vez mais refém, seja das operações financeiras que envolvem seu trabalho, seja do uso e abuso do seu corpo nas escolinhas de iniciação esportiva de profissionais.

Os **percursos escolares personalizados**, recentemente apresentados às escolas francesas, indicam essa tendência. São projetos educacionais alternativos oferecidos nos dois últimos anos de escolarização obrigatória, entre 16 e 18 anos¹⁵. Argumentam os especialistas que os alunos em situação de fracasso escolar têm aí uma oportunidade de serem valorizados e encontrarem uma identidade social¹⁶. Percebe-se aqui a lógica do rendimento esportivo adentrando o universo escolar realmente pela porta da frente.

14 Espalham-se modelos de escolas de formação de jogadores de futebol no mundo todo. As crianças oriundas de países ou comunidades empobrecidas transformam-se em mercadorias cuidadosamente produzidas para aquecer a economia de mercado. Por outro lado, essa alternativa aparece como uma solução para situação de extrema penúria e miséria em que vivem essas crianças. Um exemplo é o projeto denominado Diambars realizado no Senegal. A escola modelo do futebol africano é coordenada por ex-jogadores e um homem de negócios. Eles trabalham com jovens vindos de todos os cantos do Senegal. Um programa rigoroso de treinamento e formação geral inclui de sete a nove horas de treinamento, aulas de idiomas, cursos, refeições e pausas para descanso. Trata-se de um clube que habilita para o futebol e também realiza a escolarização das crianças. Os responsáveis assumem que entre todos os jovens, apenas 20 se tornarão profissionais, enquanto os outros poderão encontrar emprego mais qualificado mesmo na África.

15 Esses garotos têm uma escola em que a prioridade é o futebol e respondem às exigências do esporte de alto nível, beneficiando-se de horários escolares flexíveis. Alojados em sistema de internato, possuem seis seções de treinamento semanais, incluindo os jogos de finais de semana.

16 Uma escola integral de ensino médio está sendo pensada com atletas de diferentes modalidades: Futebol, Basquete, Karatê, Squash, Polo Feminino e Pilotos de automóveis.

Notas sobre aspectos da história da educação escolar e do esporte na França¹⁷

Neste tópico será realizada uma análise histórica das mudanças ocorridas no sistema escolar francês para promover os reajustes à **democratização e massificação** do esporte e do futebol, através da escola, em suas atividades curriculares e extracurriculares.

Esporte e educação escolar andam juntos desde o final da Segunda Grande Guerra, quando a reorganização de uma escola democrática tornou-se a prioridade nacional, ou seja, aquela que buscava oferecer a todas as crianças uma instrução equilibrada e uma cultura tão elevada quanto possível. A disciplina EPS – Educação Física e Esportiva – destacava-se na escola pelo discurso higienista, com o intuito de amenizar os efeitos da guerra¹⁸, pois era preciso educar as novas gerações, recuperar a autoestima, ainda abalada pela ocupação alemã. Uma formação completa exigia também um corpo forte, ágil, resistente e competitivo.

Em 1946, o Congresso Nacional de Esportes coloca como prioridade transformar o esporte em objeto educativo da escola¹⁹, e durante a quarta República ele tornou-se assunto de Estado, buscando a ampliação de sua prática²⁰. As Associações Esportivas (AS) começaram a ser criadas nesta época e hoje são mais de 173 mil e 15 milhões de licenças esportivas para competir, dirigir ou coordenar atividades esportivas

¹⁷ Este tópico foi estruturado a partir dos estudos de Atalli et al. (2004).

¹⁸ 600 mil mortos, dificuldades de alojamento, o racionamento de alimentos, produção industrial em queda. Dos 12 milhões de menores, 250 mil estavam órfãos, 1,3 milhões estavam fora de suas residências e 300 mil precisavam de cuidados médicos.

¹⁹ Desde o início do Século XX muitos tentam introduzir o esporte na escola, entre eles o Barão de Coubertin.

²⁰ Na época eram apenas 5% que praticavam esportes, hoje 86% assumem realizar alguma prática esportiva durante o ano.

(DEFRANCE, 2006, p. 5). Data desse período a criação do Instituto Nacional dos Esportes (INS). Aparecia então, a figura do **cidadão esportivo** orientado por um discurso cívico e moral, vinculado à reconstrução do país. Nesse contexto, Robert Mérand²¹ cria o movimento em prol do denominado **Esporte Educativo**, no qual o ensino escolar aparece como continuidade do esporte de alto nível.

Dos anos de 1960 ao começo da década de 1980, o ensino de EPS sofre uma crise de identidade devido à pluralidade de projetos envolvendo questões como: qual a sua utilidade escolar e social? É a época do surgimento da sociedade dos lazeres (DUMAZEDIER, 1964). Os lazeres físicos e esportivos ganham espaço social²². Somente nos anos de 1970 essas práticas vão bater às portas da escola, a partir dos esportes californianos e as APNs – Atividades Físicas na Natureza. O período da crítica ao esporte aparece com força. A questão de sua significação política e cultural é colocada numa perspectiva crítica.

[...] les gestes toujours les mêmes, enferment le sportif dans un monde clos d'éternel retour et présentent beaucoup d'analogies avec les tâches parcellaires du machinisme industriel [...] la spécialisation, la répétition, la mécanisation placent entraîneur et sportif dans une voie d'appauvrissement progressif (VIGARELLO, 1966, p. 40).²³

21 O autor se inscreve na perspectiva **materialista dialética** e considera que o esporte coloca questões a serem respondidas coletivamente, as quais conferem à criança as mais elevadas dimensões motrizes. Apesar da integração das atividades esportivas ao sistema capitalista, elas permanecem uma atividade humana fundamental, oferecendo todos os requisitos culturais, permitindo desenvolver aptidões físicas, intelectuais e sociais.

22 Em 1961, a França conta com 145 estádios poliesportivos, 510 campos de competição, 4.032 campos de treinamento, 6.000 de basquete e vôlei, 3.855 de tênis, 45 salas de esporte, 626 piscinas, etc. Um forte empenho do Estado em triplicar essas instalações é iniciado. Um novo "tempo do esporte" é marcado pela modernização das instalações esportivas francesas e milhões de francos são aplicados em cinco anos.

23 "Os movimentos sempre os mesmos, encerram o esportista num mundo fechado do eterno retorno e apresentam muitas analogias com as tarefas fracionadas do maquinismo industrial [...] A especialização, a repetição, a mecanização colocam treinador e esportista numa via de empobrecimento progressivo" (traduzido pelo autor).

O esporte não pode ser considerado como um espaço particular, protegido das contradições que dominam a sociedade, mas sim como símbolo e suporte de difusão dos mais poderosos. A crítica ao esporte vai encontrar em Brohm (1966) seu momento de maior radicalidade:

En s'organisant autour de la compétition, il véhicule le mythe de la réussite porté par l'agressivité et le conflit, l'égoïsme et le narcissisme; et, il promeut le modèle social dominant du self-made-men devant s'imposer au détriment des autres et contre les autres. Il renforce l'idéologie de la possibilité pour tous d'arriver au sommet de la hiérarchie sociale (c'est-à-dire de réussir) par la seul opiniâtreté et l'effort individuel (ATALI et al., 1994, p. 191).²⁴

O autor se contrapõe à perspectiva marxista de Merand, utilizando-se para fazer a crítica das reflexões de Marx sobre os efeitos da maquinaria na vida dos trabalhadores e, ainda, argumenta que os efeitos do esporte sobre o indivíduo produziram uma **alienação esportiva**²⁵.

Portanto, a alternativa se situa na definição de uma **cultura do** corpo não-repressiva, considerando todas as dimensões da corporeidade (estética, cultural, simbólica, artística, etc.) e fundada sob o princípio do prazer/lúdico, oposto ao princípio do rendimento. Trata-se de duas correntes apoiadas nas teses Marxistas, mas que divergem no plano da ação ao tratarem das implicações do esporte na sociedade.

²⁴ “Se organizando em torno da competição, veicula o mito do sucesso carregado pela agressividade e o conflito, o egoísmo e o narcisismo; e, promete o modelo social dominante do Self-made-man devendo se impor em detrimento dos outros e contra os outros. Ele reforça a ideologia da possibilidade de chegar ao alto da hierarquia social (isto é, do sucesso) pelo único caminho perseverança e esforço individual” (traduzido por Fabio Machado Pinto)

²⁵ Eles se fundamentam nas teses de estudo de Herbert Marcuse (1975) para quem o poder opressivo toma forma de razão objetiva. Se o esporte é aqui considerado como um fenômeno cultural, ele não representa mais que a parte deste sistema opressivo proposto por uma pequena elite às massas, que ao praticarem correm o risco de alienarem-se.

Percebendo os espaços perdidos, partidários do esporte avançam com suas propostas e, com apoio do Ministério da Juventude e Esportes, inventam um novo conceito, que se traduz pela ideia de que a disciplina EPS deve participar do processo educativo sem necessariamente ser ensinada na escola. Assim, é permitida a participação de colaboradores na educação dos alunos. A solução prevê, ainda, uma educação física realizada por educadores esportivos nas estruturas anexas aos estabelecimentos escolares. Uma iniciação esportiva proposta nesse âmbito permite preencher os déficits de horários da educação física. Com essa privatização da educação física abriu-se uma via para o mesmo acontecer com outras disciplinas da escola²⁶.

Nos anos de 1980, a EPS procura se situar frente ao processo de democratização escolar que atingiu todos os níveis, porém não se efetivou qualitativamente. O princípio da **igualdade de oportunidades** teve uma inflexão importante que induz novas formas de ensino. A disciplina de EPS é colocada em questão frente à luta do Estado contra o fracasso, a desigualdade escolar e contra o desemprego do jovem²⁷. É nítida a atração da maioria dos alunos pela disciplina EPS, principalmente os alunos mais desfavorecidos e desmotivados.

A escola, como elevador social, está em pane. Ela que tem como uma de suas missões a integração do povo francês, vem promovendo um igualitarismo de fachada e tolerando um sistema clandestino de discriminação que privilegia de fato os privilegiados e abandona no meio do caminho milhares de jo-

²⁶ Data desta época a política de “esporte para todos” oficializada por Mazeud em 1973. O esporte como um antídoto às violências modernas era considerado um meio pelo qual o Estado realizaria o controle e garantiria a aplicação de regras comuns.

²⁷ Em 1981, surgem as ZEPs – Zonas de Educação Prioritária – com uma pedagogia diferenciada apontando para justiça escolar, a luta contra o fracasso e extensão da pedagogia de projeto.

vens desfavorecidos. Na escola vêm sendo propostos projetos pedagógicos diferenciados, a fim de que as desigualdades sociais sejam melhor tratadas e superadas. Trata-se de **promover na escola discriminação positiva**, ou seja, combater o efeito *gheto*, **dando mais àqueles que têm mais necessidade**; isso significa colocar meios suplementares à disposição das crianças das classes mais desfavorecidas. Os professores da disciplina de EPS, nesse sentido, tiveram que inventar novas formas de sociabilidade, de viver juntos, privilegiando os alunos que estão em dificuldade no sistema educativo.

As necessidades econômicas parecem impor suas leis ao sistema escolar. A lógica liberal de privatização que atinge a todos os setores da vida social toca agora também diretamente à escola e ameaça o princípio da democratização, resultando, por vezes, no imobilismo e na resignação dos atores escolares. Tanto a escola quanto a disciplina EPS experimentam uma fratura entre o planejado (socialização, cidadania, formação) e o realizado (perda de identidades sociais, anonimato social e desemprego).

As políticas de Estado atendem aos pressupostos de eficiência e de obrigação de resultados. Entra em disputa um novo projeto de educação que questiona: qual homem, qual cidadão e qual trabalhador deseja-se formar? Nesse novo contexto, a EPS se aproxima da desescolarização e da animação esportiva.

Conclusão: em quais aspectos a experiência francesa ensina?

O esporte é uma instituição singular que pode ajudar a pensar o tempo presente, assim como suas possibilidades, seja

no Brasil ou na França. Esporte e Escola são duas instituições autônomas, com percursos e características particulares e que se cruzam ao longo da história. No caso francês, verifica-se uma aproximação entre as instituições como política de Estado e, frequentemente, são cruzadas quando se pensa a educação e o trabalho. É possível notar que o esporte possui uma história marcada por conflitos éticos e sociais, no entanto, não foram poucas as forças que o exigiram como instrumento e conteúdo da formação dos mais novos. Ainda hoje pesa sobre a escola a exigência de tratar o esporte como um conhecimento e um saber-fazer a ser ensinado por ela, visto a importância que o esporte ganha na sociedade contemporânea.

Apesar das críticas mais radicais, observa-se no esporte – futebol – um instrumento para pensar diferentes estratégias de mobilização das classes populares²⁸, constituindo-se em poderoso recurso de emancipação popular frente ao **tsunami neoliberal** que assola as regiões mais pobres do planeta com as guerras e a fome, e que explora e oprime trabalhadores. Porém, reconhecemos que o futebol, nesse contexto, vem sendo utilizado como importante instrumento para iludir as massas com promessas de sucesso que nunca serão cumpridas²⁹, ou como distração do trabalhador, que encontra na identidade com um clube as suas últimas possibilidades de realização, mesmo sendo a sua vida repleta de frustrações. Apesar do muito produzido, ainda precisam ser realizados, em larga escala, estudos sobre esses fenômenos, a fim de se conhecer mais a res-

²⁸ O conceito de classes populares é bastante controverso para ser desenvolvido no espaço deste artigo. Ver, por exemplo, Sader e Paoli (1996). Este artigo limita-se a indicar que essa noção refere-se ao espaço ocupado pelos trabalhadores nas relações econômicas, mas também sociais e culturais (BOURDIEU, 2005).

²⁹ Conforme Adorno e Horkheimer (1985), promessas que nunca serão cumpridas fazem parte dos esquemas da indústria cultural. Assim, referimo-nos aqui aos projetos e desejos colocados pelos ídolos esportivos e que levam milhares de jovens aos peneiros de clubes famosos, fazendo desse fenômeno algo como uma loteria, na qual a ínfima parcela chegará ao palco maior.

peito de como os sujeitos singulares e coletivos escolhem diferentes projetos que, uma vez totalizados, constituem-se em **projetos e desejos de ser**³⁰, nos quais o futebol possibilita a construção de diferentes perfis de jogador, treinador, torcedor, amante, conhecedor, crítico, etc. Seja no clube esportivo ou na aula de educação física escolar, o ensino das práticas esportivas não pode abrir mão do estudo e reflexão sobre a cultura esportiva.

Educação escolar e esporte apresentam histórias particulares que por si justificam uma autonomia institucional. Contudo, na contemporaneidade, é impossível pensar a educação escolar sem o esporte, e o esporte sem a educação que se pretende emancipadora. As escolas³¹ precisam tematizar o esporte como uma prática social que encarna atualmente um projeto de sociedade, ao mesmo tempo em que democratiza as ferramentas culturais e corporais para que as crianças e jovens escolham e ocupem seu espaço nesta sociedade. Assim, uma autonomia entre esporte e escola precisa ser respeitada, embora a escola que deseja se aproximar das práticas sociais com forte presença no meio popular não possa abrir mão de trabalhar pedagogicamente esse importante fenômeno no sentido de uma ação sociocultural para liberdade³², inclusive, oferecendo ferramentas para uma futura profissionalização para

30 Com suporte na teoria existencialista do homem, sobretudo a de matriz sartriana, é realizado um estudo sobre a constituição do sujeito que ajuda a pensar a personalidade humana como um fenômeno universal e singular, e transcendente, ou seja, algo que acontece no mundo, homens entre homens, coisas entre coisas. (PINTO; TEIXEIRA, 1999; 2002).

31 Aqui refere-se não somente à educação formal, como também às escolinhas de formação esportiva que na França são amplamente difundidas e mantidas pelo Estado, e que no Brasil ocorrem de todas as formas pensadas, mas principalmente pela iniciativa de amadores do futebol, em meio popular.

32 Durante o último quartel do Século XX, a educação física brasileira foi palco de um conjunto de propostas que caminham nesse sentido. Para citar os mais expressivos: Coletivos de Autores (1992) e Kunz (1994). Uma síntese desse movimento, bem como um estreitamento da relação entre os que produzem o conhecimento e os que o utilizam deve ser melhor pensado. Dizemos mesmo que ainda está por ser pensado um modelo de relação que romperá com essa dicotomia.

aqueles que na infância e juventude desejem ser alguém no “mundo da bola”. Uma escola democratizada e democrática seria aquela que não somente oferece o futebol como uma prática corporal a mais, mas que permite aos alunos conhecerem e se reconhecerem nesse mundo, onde o futebol ocupa um lugar na história, na cultura, nas relações sociais e econômicas e na construção de seus projetos e desejos. Isso exige um novo professor, uma nova educação, como possibilidade para construção de um outro mundo.

Trata-se de estar atento a dois movimentos. O primeiro, que busca localizar os sujeitos das suas possibilidades de escolha num mundo cujas contradições sociais estão explícitas e implícitas e, portanto, devem ser cuidadosamente analisadas, estudadas e transformadas. Os jovens precisam continuar sonhando, realizando os seus sonhos, ocupando seu espaço na sociedade, em que o futebol é uma prática social historicamente construída. No segundo, trata-se de dar volume às forças que lutam contra a opressão das classes populares e pela construção de outra ordem planetária. Nesse sentido, o futebol deve ser duramente colocado em questão: Por que ganha tanta força? A que interesses atende? Quem se beneficia com o volume de negócios que atualmente giram em seu entorno? A que projeto de sociedade ele se vincula? Em consequência, qual humanidade resultará desse movimento?

Referências

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

O Esporte e a Educação na Contemporaneidade: ambiguidades, contradicões e tensões
sociais na França

ATALI, M.; et al. *L'Éducation Physique de 1945 à nous jours: les etapes d'une démocratisaton*. Paris: armand Colin, 2004.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BROHM, J-M. *Sociologie politique du sport*. Nancy: P.U.N., 1996.

_____. *Le corps analyseur: essai de sociologie critique*. Paris: Anthropos, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

DEFRANCE, J. *Sociologie du Sport*. 5. ed. Paris: La decouvert, 2006.

DUARTE, R. *Teoria Crítica e Industria Cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DUMAZEDIER, J. Education physique, sport et sociologie. In: *Revue EPS*, n. 69, 7-10. Paris, 1964.

ENAFAA, R. Les étudiants "beures" à l'université de Paris 8. Situations et Trajectoires comparées à celles des garçons. In: *Pluralisme et éducation*, tome II. Montreal: Universtié de Montreal, 1996.

KUNZ, E. *Transformações Didático-pedagógicas do esporte*. Ijuí: Unijuí, 1994.

MARCUSE, H. *Eros e Civilização: uma interpretação Filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PARISPORTS. *Le guide du sport à Paris*. Paris: Mairie de Paris, 2002.

PINTO, F. M.; TEIXEIRA, C. F. A Personalidade em Sartre e reflexões sobre o processo ensino aprendizagem. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 21 (1), setembro, 1999. p. 518-524.

_____. Aspectos da Educação Física Escolar & Desenvolvimento e constituição da Personalidade. In: *Revista Digital EFDEPORTES*, año 8, n. 55, diciembre de 2002. Textos do IV Encuentro Deporte y Ciências Sociales. Buenos Aires/Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2002.

REVUE QUELS CORPS? *Football Connection*. n. 10, Juillet, Montpellier: OERSCI, 1990.

REVUE QUELS CORPS? *Anthropophagie du sport*, n. 41, Avril, Montpellier: OERSCI, 1991.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Classes populares no movimento sociológico brasileiro. In: *Aventuras Antropológicas*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VIGARELLO, G. Entreîneur, éducatuer. *Revue Partisans*, Paris, n. 28, 1966.

Sobre o Sistema de Complexos Homem-Esporte-Saúde: reflexões a partir de contribuições da Alemanha

*Celi Zulke Taffarel**

O primeiro esclarecimento e agradecimento a ser feito neste texto é sobre a importantíssima contribuição que recebi do Professor Dr. Jürgen Dieckert da Universidade de Oldenburg (Alemanha), também professor honorífico da Universidade Federal da Bahia (Brasil). O texto segue uma lógica sugerida por Dieckert e no segundo item, em que discutimos paradigmas de saúde, há uma grande contribuição de sua parte.

Atividade esportiva na construção do ser humano

O homem não nasce ser humano saudável praticando esporte, e nem sempre praticar esporte significa ser saudável. A relação “atividade física-saúde” é uma construção sócio-histórica que depende do modo de vida, do modo de organizar a produção dos bens materiais e imateriais e isso não pode ser visto de forma isolada, a partir de um indivíduo, mas, sim, deve ser encarado historicamente, a partir da totalidade da

* Professora Doutora, Titular UFBA. Pesquisadora 1 D CNPq. E-mail: taffarel@ufba.br.

espécie humana, do gênero humano. Por isso não podemos abstrair das práticas corporais seus sentidos e significados isolados, ou seja, sem o seu conteúdo histórico. O homem não nasceu praticando esporte, e muito menos relacionando esporte com saúde. Foi pelo trabalho, pelas atividades, pelas condições de produzir e reproduzir seu modo de vida, que as relações entre esporte e saúde foram se consolidando.

Essa construção passa pelas relações do homem com a natureza e com os outros homens na manutenção da vida humana. Perante a natureza o homem representa, ele próprio, o papel de uma força natural. Tanto é que atualmente somos considerados uma força geofísica capaz de colocar em risco a vida no planeta, pelas nossas ações nas relações com a natureza e com os outros seres humanos¹.

O homem, para atender suas necessidades vitais, põe em movimento, pelas suas pernas, braços, cabeça e mãos, as forças de que seu corpo é dotado para se apropriar das matérias, para dar a essas matérias uma forma útil à sua vida. Vê-se, então, que as atividades corporais não objetivam a “expressão corporal” de ideias ou sentimentos. Elas são a materialização de experiências ideológicas, religiosas, políticas, filosóficas ou outras, subordinadas às leis histórico-sociais que originaram formas de ação socialmente elaboradas e, por isso, são portadoras de significados ideais do mundo objetivo, das suas propriedades, nexos e relações descobertas pela prática social conjunta.

É assim que na Alemanha, por exemplo, as práticas corporais vão sendo construídas, firmadas, consolidadas e sistematizadas em dadas relações de produção da vida. Podemos

¹ O padrão nessas relações tem sido de exploração e dominação. Se todas as pessoas da América Latina almejassem viver como vivem a classe média europeia e a classe média norte-americana, o mundo explodiria, não suportaria o grau de exploração. (CHESNAIS, 1996).

reconhecer isso nas orientações para a educação de crianças e jovens influenciadas por Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), até nas contribuições de Johann Cristoph Friederich Guts Muths (1759-1839), de Friederich Ludwig Jahn (1778-1852) – considerado pai do Turnen, a ginástica moderna – e nas contribuições de um dos principais cientistas e professores, que defendeu a entrada da ginástica na Escola, que foi Adolph Spiess (1810-1858). Podemos reconhecer essa construção nas propostas atuais do ensino do movimentar-se aberto às experiências individuais e sociais de Reiner Hildebrandt-Stramann e de Raf Langing, bem como no “Esporte para Todos” defendido por Jürgen Dieckert e outros. Mas todas essas contribuições estão historicamente situadas e correspondem a dadas relações de produção em dadas formações econômicas, a saber, o feudalismo, o capitalismo, o imperialismo.

Para Dieckert (2002), “esporte” não se refere somente às áreas do esporte profissional, de competição e de alto rendimento, mas a todas as formas diversificadas de brincar, jogar e movimentar-se, desde a infância até a terceira idade. O central nesse conceito de atividade esportiva é o sentido e significados sócio-históricos construídos, considerando a relevância social da atividade. É assim que a Alemanha apresenta, por um lado, um vasto contingente populacional que pratica atividades físicas, exercícios físicos e esporte com finalidades lúdicas, terapêuticas, estéticas, educativas, com uma elite que disputa nas competições internacionais a supremacia do país no cenário esportivo.

Nesse percurso histórico, os questionamentos à prática social no campo do esporte e saúde estão colocados. Tais questionamentos iniciam com a interrogação sobre como a atividade humana historicamente criada e socialmente desen-

volvida em torno de uma das mais importantes expressões da subjetividade humana, o jogo lúdico, que não tem como objetivo resultados materiais, se mercadorizou. Como os dois polos de um mesmo espectro o jogo lúdico que traz em si a dimensão da competição faz com que seja subsumida uma dessas dimensões em prol de outra. Pode-se encontrar uma vasta literatura, tanto na Alemanha quanto no Brasil, de crítica à esportivização e mercadorização dos elementos da cultura corporal. Essa esportivização vem contribuindo, junto com a profissionalização, com o uso midiático do esporte e com a produção da indústria cultural de massa, para o desaparecimento de elementos ricos da cultura corporal e para o surgimento de outros elementos altamente alienantes, de acordo com os interesses desumanos e efêmeros de mercados consumistas. Ocorre atualmente o desaparecimento de formas de ginástica coletiva, familiar, desaparecimento de espaços públicos onde a população praticava atividades solidárias e colaborativas, em contato com a natureza, dando lugar à exacerbação tecnicista, competitiva e à predominância do sobrepujar a si mesmo e aos outros.

Para caracterizar a instituição esporte em nossa sociedade contemporânea podemos nos valer dos estudos de Jean-François Bourg (1995), pesquisador do Centro de Direito e Economia do Esporte, da Universidade de Limoges/França. Ele identifica em seus estudos dois momentos do esporte que correspondem a duas ordens econômicas. Um a partir do restabelecimento dos Jogos Olímpicos Modernos em 1896, quando seu criador, o Barão Pierre de Coubertin, refere-se a uma moral aristocrática e estetismo virtuoso. Outra, quando as empresas patrocinadoras dos Jogos Olímpicos explicam, de outra forma, a sua participação financeira. A passagem de uma a outra submeteu o esporte à lógica produtivista (o rendimento) e a seu modo de

avaliação (a moeda). Ainda segundo Bourq, com a aceleração desse fenômeno, a tensão crescente entre as leis da economia e a exigência ética do jogo coloca o problema das finalidades do esporte, da salvaguarda de sua credibilidade e até mesmo de sua sobrevivência.

Fatos recentes ressaltam a aceleração e, até mesmo, o agravamento do fenômeno: o capital transnacional assumindo a direção de empresas esportivas lucrativas, e a eliminação/exclusão do considerado “não rentável”. E é isso que atualmente ocorre em um dos grandes bolsões de miséria humana da América Latina, em que a Educação Física e esporte na Universidade e no Sistema Nacional de Educação Pública – Educação Infantil, Ensino Básico – Fundamental e Médio – são considerados “não rentáveis”.

Nesta segunda ordem econômica três movimentos de grande envergadura somaram efeitos:

- a) O esporte aparece como uma espécie de nova religião, o único modo de comunicação universal e acessível, oferecendo investimentos afetivos, resguardando símbolos e alimentando mitos e, ainda, prestando-se à dramaturgia – manipulação do imaginário popular – pelos meios de comunicação de massa, via televisiva;
- b) A obsolescência do sistema *taylorista* de organização do trabalho (disciplina, hierarquia, vigilância, controle, divisão de tarefas) e sua concepção militar de mobilização da força de trabalho e a manipulação dos “valores esportivos”, tais como a lealdade, o senso de responsabilidade, o esforço pessoal, o espírito de equipe, caros às novas formas de gerenciamento científico da produtividade e da exploração da mais-valia; e

- c) A criação de necessidades, com a emergência de um tempo livre e o desenvolvimento do mito do corpo, criando um verdadeiro setor econômico com taxas de crescimento elevadas, de 10% a 15% ao ano.

São conjugadas, portanto, dimensões culturais, sociais e econômicas da crise transformando o Modelo Esportivo em chave de sucesso dos empreendimentos disputados, tornando-se o esporte, como as empresas, uma figura do desempenho, uma forma de relações estabelecidas e estruturadas com vistas à eficácia.

É preciso vencer sim, a qualquer custo. As massas desejam recordes que igualem os esportistas aos super heróis, patrocinados por grandes empresas, que investem em tecnologia, para estes homens aprimorados correrem cada vez mais e venderem cada vez mais os produtos que estas empresas produzem. Os heróis criados fazem propaganda de produtos que são consumidos pelas massas que aí se imaginam um pouco super heróis também, fechando-se o ciclo. “Para garantir a sensação efêmera de potência dos normais, os atletas da mídia tomam hormônios, deixam de ser esportistas e viram máquinas de rendimento” (BOURG, 1995, p. 60).

Portanto, o esporte não é uma reação nem um conjunto de reações: é um sistema com estrutura, transições, conversões internas e desenvolvimento, motivo pelo qual não deve ser abstraído das formações econômicas e das relações sociais da vida da sociedade com suas peculiaridades e particularidades. Ele é incluído no sistema de relações da sociedade, pois não existe em absoluto fora dessas relações. A atividade esportiva, prática do homem, gera, além do caráter objetivo das imagens, a objetividade das necessidades, das emoções e dos sentimentos, demonstrando que os fins não são inventados e nem colocados voluntariamente pelo sujeito, mas estão dados nas circunstâncias objetivas das relações de produção e reprodu-

ção da vida humana. Todavia, a extração e conscientização dos fins não é um processo momentâneo que acontece automaticamente, mas um processo relativamente longo de aprovação dos fins pela ação.

Ao praticar esporte, ao esquiar em vertiginoso ziguezague nos Alpes, ao cindir as águas com ágeis braçadas ou em poderosas lanchas, voar graciosamente em asa delta ou livre e ousadamente em trapézios altíssimos, colocar uma bola num ângulo imprevisível da quadra de tênis, permanecer no ar, desafiando a gravidade numa arriscada pirueta ginástica, ou fintar sagazmente seu rival com a bola inexplicavelmente colada no seu pé, o ser humano está materializando em movimentos um conteúdo cujo modelo interior só é determinado e definido no próprio curso da sua realização. É na prática objetiva que a subjetividade se impregna de sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos, ou outros, que se relacionam com a realidade da própria vida do sujeito que age, com as suas motivações particulares. Desse modo, ele usufrui a sua produção na própria objetivação ou materialização da experiência prática. É intrínseco à sua prática o valor e a unidade indissolúveis entre interior e exterior, entre subjetivo e objetivo.

Reconhece-se, portanto, a relevância da ação prática, sujeita às leis sócio-históricas. E essas ações práticas são desenvolvidas também na escola e no trabalho pedagógico em que professores, estudantes e praticantes tratam do conhecimento do campo esportivo e da saúde e constroem sentidos e significados da prática e na prática. Tais sentidos e significados enquanto construções sócio-históricas podem ser alienados², nas

² Mézáros no seu trabalho retoma e desdobra os vários tipos de alienação do sistema capitalista. Seus aspectos econômicos, políticos, ontológicos, morais e estéticos, nas relações com o trabalho, na separação entre teoria e prática e entre o homem e a natureza e tece considerações sobre a sua superação, além do que o autor chama de ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2005).

quais os praticantes não conseguem estabelecer nexos, relações, e reconhecer contradições entre “homem-esporte-saúde”, mas podem estabelecer nexos e relações na perspectiva emancipatória³ e omnilateral⁴. É isso que será analisado na sequência, perguntando sobre os paradigmas da saúde que predominaram nas relações com o esporte.

Relação esporte – saúde

O conceito integral de saúde é a base da teoria da “Salutogênese”, desenvolvida por Aaron Antonovsky há cerca de 20 anos em oposição à predominante teoria da “Patogênese”, e que está sendo discutida a partir de modelos diferentes ainda em desenvolvimento⁵. Essa concepção foi inicialmente apresentada, nas ciências da saúde, por Aaron Antonovsky em duas pesquisas (1979;1987).

“Salutogênese” vem do latim “saluto” e significa “saúde”; “gênese” se refere à “origem”. Portanto, a salutogênese procura saber: “De onde vem a saúde?”. Essa pergunta parece tão simples, embora historicamente tenha sido negligenciada. Em

3 A emancipação não está sendo aqui considerada na perspectiva liberal clássica, para quem LIBERDADE é a ausência de interferência ou coerção. O Liberalismo trata de maneira limitada essas restrições, sobre opções relevantes e sobre quem são os agentes, visto como independentes, inclusive do mercado. Vemos a liberdade em termos dos obstáculos à emancipação humana e ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana. Entre os obstáculos destaca-se a condição de trabalho assalariado. A Liberdade como autodeterminação é coletiva, relacionando o direito à liberdade com o egoísmo e a propriedade privada que restringem outras liberdades mais valiosas. Kunz (1999) discute a questão sobre esclarecimento e emancipação no texto: “Esclarecimento e Emancipação”.

4 O termo “omnilateral”, ou “onilateral” é encontrado em “A Ideologia Alemã”, obra de Marx e Engels. Segundo Manacorda (1991, p.79), a “omnilateralidade” trata da “chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”.

5 Ver mais a respeito In: BASSOLI (2004).

vez disso, os médicos perguntaram, durante séculos ou até milênios: “De onde vem a doença?”. A partir dessa pergunta desenvolveu-se a conhecida teoria da “Patogênese”. O que significa “Patogênese”? – “*Pato*” vem do grego e significa “doença”; gênese quer dizer “origem”. Portanto, a investigação por parte dos médicos refere-se às causas das doenças. O que eles desenvolveram então, com nossos agradecimentos, foi um modelo biomédico das doenças, reconhecido por nós, “pacientes”, ou “clientes”. O que as pesquisas médicas descobriram, também, foram os chamados “fatores de risco”, ou seja, fatores que podem causar doenças.

A pergunta colocada na perspectiva do paradigma da “Patogênese” é como a atividade física regular pode prevenir possíveis doenças e compensar os “fatores de risco”?⁶.

Por sua vez, na concepção de “Salutogênese”, supera-se essa perspectiva dos fatores de risco e busca-se a origem da saúde, ou seja, tudo aquilo que nos deixa saudáveis e garante a vida, tudo que contribui para a manutenção da nossa saúde ou para a sua recuperação. Antonowsky igualmente descobriu causas, ele denominou-as “fatores de proteção”. A partir disso, ele desenvolveu um modelo que foi além do modelo biomédico, centrado no corpo. Essa concepção destaca numerosos fatores de proteção localizados em diferentes níveis, frequentemente chamados também de “recursos de resistência”.

Destacam-se três que parecem relevantes para o debate ora travado sobre uma saída emancipatória para os impactos na saúde em decorrência da mercadorização, corporativização do esporte no mundo, que nos parecem especialmente importantes para a nossa tarefa pedagógica da promoção e educa-

⁶ No Brasil, o programa atividade física e saúde Agita São Paulo é um exemplo dessa concepção médica. Matsudo *et al* (2001); Matsudo (2006).

ção da saúde. O primeiro fator a destacar é o sentido da vida em dadas relações de produção. É necessário, para sermos humanos, nos mantermos vivos. Por isso temos que desenvolver as condições de nossa existência. O que ocorre atualmente é que organizamos nosso modo de produção da vida de forma a não garantirmos mais o sentido da vida que é manter a própria vida. Esse “sentido da vida”, que está ligado ao modo como organizamos a nossa produção de bens materiais e imateriais, e como construímos e consolidamos pela prática os valores e normas, constituindo uma visão do mundo (cosmovisão) que proporciona orientação e apoio, é o que dá força, fortalece a vontade de viver, aumenta a coragem e estimula otimismo e nos possibilita uma consciência social e uma consciência de classe, porque é a classe que produz e reproduz as condições para a existência humana.

A luta para manutenção da vida digna de todos e a interpretação positiva da própria vida é um baluarte poderoso contra fatores de risco, um importante recurso de resistência e um fator de proteção fundamental para a manutenção e o fortalecimento da saúde, não somente individual, mas coletiva. No que se refere às atividades físicas, nem todas as formas de prática contribuem como fator de resistência. Determinadas atividades físicas, esportivas, construídas com certas finalidades, podem colaborar para que o fator de proteção “sentido da vida” seja ativado ou não. Então não basta seguir recomendações médicas para correr, andar de bicicleta ou nadar diariamente para que o sistema cardíaco-circulatório mantenha-se saudável. Entra aí o “sentido da vida” e esse sentido não está desvinculado de condições objetivas da existência humana. E se existe algo cujo sentido deve ser questionado é o rumo que nossas vidas assumem no modo do capital organizar a produção

subsumindo o trabalho humano, em um modo de vida individualista, egoísta, competitivista, alienado e altamente explorador. Em um modo de vida em que o planeta está sendo destruído.

Isso nos leva a colocar os outros dois fatores de resistência que são: a “autoestima” e a “assistência social”. A autoestima diz respeito à construção da subjetividade humana pela internalização dos valores que não se dá fora das relações objetivas da existência humana. Isso significa, por exemplo, que nas relações sociais estabelecidas na escola, onde ocorre permanentes experiências de fracasso e violência para os estudantes, a saúde deles está ameaçada. Quando as atividades esportivas nos clubes promovem somente os melhores, para muitos não há condições de desenvolverem autoestima positiva através das atividades físicas. Especialmente nos tempos atuais, em que há alta ênfase no corpo, com os ideais de senso esportivo e *fitness*, experiências de fracasso reforçam os chamados sentimentos de inferioridade e enfraquecem, assim, não só o organismo físico, mas diminuem também a eficácia dos fatores de proteção. O problema hoje é “o imperialismo do corpo” e as novas formas de eugenia, conforme denuncia Tognolli (2000, p. 44). A eugenia dita positiva, segundo o mesmo autor, preocupa-se com a aplicação de uma reprodução seletiva, de modo a aprimorar as características de um organismo ou espécie⁷.

O terceiro e último fator é a assistência social. Tal fator de resistência e saúde diz respeito à convivência humana e às condições concretas de existência, de reconhecimento social, e de não exclusão – sem eliminação, sobra e derrota. Acrescenta-se a isso as responsabilidades, tanto dos indivíduos quanto do Estado, para garantir o direito à assistência social.

⁷ Essa ideologia vem sendo severamente criticada. Um exemplo é o texto de Tognolli (2000).

O modo de vida capitalista exclui e elimina a maioria dos pertencentes à classe trabalhadora e esse processo aprendemos na escola nas formas sistemáticas de avaliação e, principalmente, nas aulas de educação física.

Na Alemanha existe na área do esporte um intenso e longo trabalho de voluntariado, o que representa uma fonte de estímulo, de auto-organização e de assistência social no sentido do acolhimento, da inclusão, da consideração, do apoio mútuo, da segurança. Isso pode ser observado, por exemplo, nos tradicionais clubes de ginástica que mobilizam mais de um milhão de praticantes⁸. No entanto, no que diz respeito à produção teórica da área de esporte, em especial à dimensão social do esporte, o que constata-se na literatura esportiva alemã é que a questão social é mencionada como uma justificativa, principalmente nas introduções das obras, mas, na realidade, não se efetiva na sequência da obra como argumento estruturante na prática, como fator de resistência e desenvolvimento da saúde. Nas investigações de Dieckert (2002) sobre o assunto constata-se que menos de um por cento das 61.000 páginas pesquisadas em livros sobre esporte mencionam a dimensão social neste sentido de assistência. Isso decorre, provavelmente, em função da influência teórica tradicional e unilateral dos conhecimentos das Ciências do Movimento e do Treinamento Desportivo voltados com ênfase nas explicações no âmbito biológico e para o alto rendimento.

Mas, como isto é “assistência social” na prática? Como reconhecê-la? Como promovê-la? Se o objetivo é alcançar o “bem-estar social”, então todas as nossas medidas didático-

⁸ Na América Latina, em especial no Brasil, com a regulamentação da profissão e a criação do sistema CREF/CONFED, o trabalho do voluntariado no campo da educação física e esporte ficou completamente inviabilizado porque somente podem lidar com atividades físicas quem tiver a carteira do Sistema CREF/CONFED. Esse sistema visa controlar mercado de trabalho, representando mecanismo de reserva de mercado.

metodológicas devem acentuar, prioritariamente, o “coletivo”. Isso implica, de um lado, na formação dos coletivos autodeterminados, auto-organizados, em pequenos grupos, de solidariedade. Implica, por outro lado, na promoção de tarefas que exigem ações coletivas. É assim que o diálogo entre as pessoas é promovido, como também a compreensão, o respeito mútuo, a consideração de um para o outro, a confiança e a segurança. Isso envolve construir compromissos, resolver problemas, tomar decisões e realizar tarefas coletivamente; aí tem que haver ajuda mútua e capacidade de cooperação, de reconhecimento e apoio, de solidariedade dos companheiros, desenvolvendo-se responsabilidade para com os outros. Assim são estabelecidas relações sociais reforçadas pela consciência do coletivo, do grupo, da classe, em que cada um e todos se sentem apoiados, seguros, amparados, assistidos. Dessa forma, o tão importante fator de proteção “assistência social” é ativado e fortalecido: através da participação e inclusão de outras pessoas na atividade e na própria chance de construção das condições para a vida digna.

Como ocorre, enfim, essa “assistência social” nos clubes esportivos, nas escolas e nas praças públicas onde se praticam atividades físicas, exercícios físicos e esporte? Na Alemanha, bem como na Europa em geral, expande-se a rede social para atividades em grupo além das aulas de exercício.

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas ao esporte e juventude, pode-se observar na Europa, por exemplo, a realização do “Fórum Europeu de Juventude e Esporte”⁹ que ocorreu de 19 a 24 de novembro de 2005, no Estádio de Esportes Stoke Mandeville, no Reino Unido. O Fórum reuniu jo-

⁹ Portal Europeu da Juventude. Disponível em: <http://europa.eu/youth/about_pt.html>. Acesso em: 25 jan. 2006.

vens de 28 países europeus para discutir as questões de voluntariado no esporte, combate à discriminação e esporte e saúde sob o tema geral de “Criar uma cultura de voluntariado e cidadania na Europa”. As recomendações colocadas no documento final foram construídas a partir das ideias dos próprios participantes, oriundas dos *workshops* e debates durante seis dias de Fórum. As recomendações foram elaboradas para ajudar a Comissão Europeia, o Conselho da Europa e Organizações Não Governamentais – ONGs na Europa a desenvolverem suas estratégias futuras para esporte e recreação no Velho Continente.

No Fórum, os jovens tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões e as recomendações são um reflexo fiel de suas experiências e vidas na Europa moderna. Foi considerado vital ouvir os jovens, tanto para assegurar que a elaboração de políticas europeias fossem bem-sucedidas, quanto para o reconhecimento do papel dos jovens na construção futura do continente. Os pontos centrais levantados pelos jovens foram:

- a) Convidar organizações internacionais de Esporte e Juventude para serem consultores em reuniões intergovernamentais;
- b) Estabelecer uma política de presença de jovens em comitês executivos que lidam com questões relacionadas ao esporte e à juventude;
- c) Apoiar e desenvolver redes relacionadas ao esporte e à juventude existentes na Europa;
- d) Educar os voluntários de forma a incluir matéria de habilidades para a vida na educação primária e capacitar especialistas para administrar cursos e *workshops* em outros países europeus para promover um melhor aproveitamento do voluntariado de juventude e esporte por toda a Europa;
- e) Criar um *Log-Book* de Voluntários reconhecido no continente que poderá ser usado quando forem aprofundar sua educação ou concorrer a empregos;
- f) fornecer maior suporte financeiro dentro do programa “Juventude em Ação” para cobrir os custos dos voluntários.

Na América Latina, em especial no Brasil, hegemonicamente, a construção de redes e o trabalho de voluntários se transforma em atividade própria de ONGs que se apropriam de recursos públicos para cumprir um papel que, segundo a Constituição Brasileira de 1988¹⁰, é de responsabilidade do Estado, passando a atuar em políticas “assistencialistas”, compensatórias e focais – para “menores abandonados”, “para tirar menino de rua das ruas”, para “afastar crianças e jovens das drogas”. Lamentavelmente isso representa uma distorção do sentido e significado das redes de solidariedade e voluntariado. Tanto é assim, que o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta as atividades das ONGs, por exemplo, como fator de destruição dos serviços públicos¹¹.

Além disso, existe no Brasil um corporativismo representado no Conselho Federal de Educação Física e seu Sistema de Conselhos Regionais de Educação Física que ameaça colocar na prisão quem ousar trabalhar voluntariamente com a cultura corporal e não tiver a carteira do Sistema CREF/CONFEF¹².

Segundo Antonowsky (1979) existem capacidades que podem ser adquiridas, o que exige um trabalho educativo, como no caso de atitude crítica – um conhecimento objetivo e claro – sobre saúde e doenças. Mas o fundamental é que o Ser Humano é capaz de mobilizar e potencializar capacidades de resistir à manutenção do equilíbrio entre viver nas condições objetivas em que vivemos, em franca decomposição, e a de uma

10 No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, ficou estabelecido no marco constitucional o tripé – assistência, saúde e previdência pública – em regime de repartição. Com o avanço das contrarreformas e a retirada dos direitos sociais dos trabalhadores, essa concepção foi destruída e caminha para a privatização e, cada vez mais, a mercadorização da assistência, saúde e previdência.

11 In: Boletim da Corrente O Trabalho do Partido dos trabalhadores. Nº 612 28 de nov. a 13 dez. 2006. p. 3.

12 O Conselho Nacional de Educação Física e sua consequente legislação que regulamenta a profissão (Lei 9.696/98) é estudado em tese de doutoramento do professor Hajime Takeuci Nosaky e fica evidente o quanto esse tipo de aparelho ideológico ligado ao estado burguês pode destruir a cultura de um povo. Também a este respeito ver Nozaki (2004).

vida saudável, apesar das ameaças diárias. Esse equilíbrio depende, para Antonowsky (1979), do grau de desenvolvimento de um “senso de coerência”, segundo o qual o ser humano age e extrai sua força de viver. Tal “senso de coerência” atua como base de apoio para equilibrar duas forças contraditórias – ou seja, as forças internas, de um viver com intensidade, e as forças externas, representadas pelas sobrecargas e fatores estressantes que na maioria das vezes são prejudiciais à saúde. O “senso de coerência” não depende apenas de um profundo autoconhecimento, um conhecimento de si, mas deve contar com o apoio de outros, ou estar amparado por uma rede social no qual nos movimentamos. Essa rede representa a solidariedade da classe. Ou seja, a rede depende das relações sócio-históricas. Antonowsky (1979) alerta que a estruturação desse “senso de coerência” inicia na infância e que as experiências e vivências em dadas condições podem influenciar por toda a vida de um modo favorável ou prejudicial para a saúde. A atenção, portanto, para crianças e jovens e o seu meio ambiente, suas relações sociais e suas experiências de vida, pode ser fator de vida ou de morte. Esse “Senso de Coerência” diz respeito, portanto, não a como evitar ou prevenir contra os fatores de risco através de atividades físicas e outros cuidados, mas sim, como desenvolver fatores de proteção da vida. Isso significa, em última instância, a crítica à práxis da humanidade e a superação da sociedade da destruição, a sociedade de classes. Esse é o desafio colocado, não somente na Alemanha, mas para toda a humanidade, esteja ela onde estiver neste planeta.

Antonowsky (1987) destaca que é imprescindível o conhecimento e o pensamento sobre saúde. Não se desenvolve o sentido da vida, o senso de coerência, a autoestima e a assis-

tência social sem conhecimento, sem pensamento crítico. Desenvolver o “senso de coerência” para a vida exige, portanto, o pensamento crítico, a atitude crítica, e isso não brota espontaneamente, pois exige qualidade nas relações humanas, condições de vida dignas e aprendizagens que a escola pode contribuir.

Shardakov (1968) assinala cinco condições para que se desenvolva essa mentalidade crítica, esse pensamento crítico, esse domínio do conhecimento:

- Possuir os conhecimentos necessários na esfera em que a atividade crítica deverá ser desenvolvida. No nosso caso, nas relações “homem-esporte-saúde”, não se pode analisar criticamente aquilo sobre o qual não se possuem dados suficientes. Portanto, é necessário sólido conhecimento sobre esse complexo temático;
- Estar acostumado a comprovar qualquer resolução, ação ou juízo emitido antes de considerá-los acertados, enfrentando, assim, o bombardeio da mídia que leva as pessoas a aceitarem os conhecimentos falsos como verdades absolutas;
- Relacionar com a realidade as regras, leis, normas ou teorias correspondentes, o processo e o resultado da solução, a ação ou juízo emitido. Isso significa que enfrentamos as ilusões, radicalizamos a busca da verdade e estabelecemos nexos, relações e determinações entre “homem-esporte-saúde”;
- Possuir o suficiente nível de desenvolvimento no que diz respeito à construção dos raciocínios lógicos. Isso implica que a atividade não se reduza a práticas desprovidas de reflexões; e

- Ter suficientemente desenvolvida a personalidade: as opiniões, as convicções, os ideais e a independência na forma de atuar, o que exige certas relações e condições educacionais.

O que observamos na Alemanha, nas escolas, nos clubes, nas políticas públicas, nas universidades, não de forma hegemônica, mas em setores críticos, é um alerta geral para a situação em que o mundo se encontra e a responsabilidade da educação ao tratar desse complexo temático “homem-esporte-saúde”.

Possibilidades emancipatórias

Como foi visto até aqui a saúde e a garantia da vida não são assuntos somente dos médicos e dos professores de educação física. Esse complexo temático “homem-esporte-saúde” e sua abordagem na escola, na perspectiva emancipatória de desalienação dos estudantes, é um passo importantíssimo para enfrentar a questão.

Para Kunz e Santos (2005), o desafio no campo da saúde é responder à pergunta pedagógica decisiva: como podemos realmente potencializar crianças e jovens na escola e em especial numa aula de Educação Física, e assim, promover uma educação para a saúde e que atinja a totalidade do ser humano e não apenas seus corpos físicos?

Para nós, o desafio maior, em tempos de acentuação da barbárie e de enfrentamento das questões referentes às exigências sociais por uma melhor qualidade da educação e das condições de vida de todos é, prioritariamente, a elevação dos índices de saúde da população. Isso está colocado ao Estado e

à população em geral, mas, principalmente, aos que atribuem às atividades físicas, aos exercícios físicos e ao esporte um papel determinante nessa área.

Isso traz uma responsabilidade direta à disciplina escolar “Educação Física” e duas exigências básicas aos professores de Educação Física. A primeira, de realizar análises mais radicais da realidade social atual, da destruição das forças produtivas – natureza, trabalhador e cultura – e de analisar a contribuição do esporte na construção do ser humano, principalmente o esporte hegemônico, com seu caráter competitivo, de sobrepujança, individualista e tecnicista, *versus* o esporte de caráter lúdico, solidário, o esporte reinventado. A outra, de elaborar uma teoria pedagógica mais avançada, entendendo por “avançada” uma teoria científica que reconheça o campo da Cultura Corporal como objeto de estudo da disciplina Educação Física, sem perder de vista os objetivos relacionados com a formação corporal, física, dos estudantes, mas recolocando-os no âmbito da vida real de uma sociedade de classes. “Avançada” porque supera o paradigma da “patogênese” para orientar pedagogicamente o trabalho em todos os âmbitos e campos, para um paradigma da “salutogênese”. “Avançada” por defender a historicidade da cultura e a necessidade da sua preservação através da participação coletiva na sua produção e evolução no marco de um projeto histórico que supere o atual modo de organizar a vida que está baseado na exploração, no qual “cultura” recupere o seu significado de produto da vida e da atividade do homem em busca da sua superação. “Avançada” por reconhecer a participação da classe trabalhadora na produção de uma cultura que preserve a memória nacional e promova o desenvolvimento omnilateral, em todos os sentidos humanos, em todos os sentidos da vida. Só assim a Educação Física poderá encontrar sua razão de ser e de estar na escola.

Portanto, uma possibilidade no marco da emancipação/desalienação é a organização do trabalho pedagógico através do sistema de complexos. A ideia pedagógica de tratar o conhecimento em sistema de complexos vem sendo estudada no Brasil a partir das contribuições pedagógicas de Pistrak (2000), que propõe a organização do trabalho pedagógico através de um sistema que garante a compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético, pelo qual se estudariam os fenômenos ou temas articulados entre si e com nexos com a realidade mais geral, numa interdependência transformadora. O sistema de complexos, segundo Pistrak (2000), deve estar embasado no plano social, permitindo aos estudantes, além da percepção crítica real, uma intervenção ativa na sociedade, com seus problemas, interesses, objetivos e ideais. Encontrar o sentido da vida, o senso de coerência, a autoestima, a assistência social, o autocuidado, a auto-organização dos coletivos, a atitude crítica, exige que este sistema de complexos “homem-esporte-saúde” seja tratado pedagogicamente na escola.

Na Alemanha, há uma influência muito significativa na resposta a tais questões, formuladas pelas contribuições teóricas de Andréas Trebels (1992), bem como dos holandeses Buytendijk (1956), Tamboer (1979) e Gordjin sobre o movimento humano e sua utilização pedagógica. Os autores fundamentam suas posições na filosofia fenomenológica destacando a dimensão dialógica do movimentar-se, o que significa dizer que existe uma relação dialógica entre ser humano e mundo e que é nessa relação que o homem constitui verdadeiramente sua visão de mundo, ou seja, seu entendimento das coisas, dos outros e de si próprio. O movimento humano passa a ser, ao lado do falar e pensar, a mais importante forma de manifestação homem-mundo. Movimentar-se como diálogo

passa a ser assim um “compreender-o-mundo-pelo-agir” (TAMBOER, 1979). Essa concepção dialógica do movimento é concebida como um “se-movimentar” em que a característica antropológica é destacada e não a caracterização biológica e mecânica, como em geral o movimento humano é compreendido. O “se-movimentar” é o movimento vivo e para compreender esse movimento é indispensável se referir: ao sujeito do movimento; a uma situação concreta na qual ele se vincula; aos sentidos/significados, guias indispensáveis do movimento e que irão ressaltar sua estrutura básica para a compreensão das ações.

Contribuindo para avançar na compreensão acima descrita defende-se aqui a concepção da construção da cultura corporal na perspectiva teleológica da superação do projeto histórico hegemônico, o capitalismo. Estudos junto aos movimentos de luta social da classe trabalhadora no campo, em áreas de reforma agrária, em condições absolutamente íngremes e no semiárido Sertão nordestino nos permitem reafirmar as bases das experiências do leste europeu no período revolucionário entre 1917 a 1926, quando surgem as iniciativas pedagógicas desenvolvidas por Pistrak (2000). Destaca-se aqui a organização do plano escolar por sistemas de complexos, e entre os sistemas possíveis, o sistema “homem-esporte-saúde”. Destaca-se também a auto-organização dos estudantes a partir do trabalho socialmente útil na escola.

Ressalta-se, por fim, que apesar das divergências teóricas, concordamos que uma das tarefas da educação física escolar é tratar do sistema de complexos “homem-esporte-saúde” desde a mais tenra idade. O professor de educação física que quiser tratar o tema da saúde nas aulas de Educação Física deve rever seu conceito de “saúde-doença”, de “cultura corporal-atividade física”, de “escola-objetivo-método-avaliação”, de tra-

balho pedagógico na sala de aula, na escola e no entorno da escola. Deverá compreender a construção sócio-histórica da cultura e agir com uma consistente base teórica sobre o sistema de complexos “homem-esporte-saúde”, que não se restringe ao conhecimento corporal, biológico, aos fatores de risco para a saúde e como preveni-los com “atividades físicas”. Deverá fazê-lo em perspectiva crítico-superadora conforme proposição defendida pelo Coletivo de Autores (1992). Deverá fazê-lo, não mais idealisticamente e com base na ideologia da higienização e da eugeniação, mas sim, na perspectiva emancipatória. Isso implica em radicalizar a crítica ao modo como o capital organiza e destrói a vida digna de todos e propor a superação.

Referências

ANTONOWSKY, A. *Health, Stress and Coping: New Perspectives on Mental and Physical Well-Being*. San Francisco, Washington, London, 1979.

_____. *Unraveling the mystery of health: How people manage stress and stay well*. San Francisco: Jossey – Bass, 1987.

BASSOLI, A. O tema saúde na Educação Física Escolar: uma visão patogenética ou salutogenética? In: KUNZ, E; HILDEBRANT-STRAMANN. *Intercâmbio Científico Internacional em Educação Física e Esporte*. Ijuí: Unijuí. 2004.

BOURG, Jean-François. Recordes a qualquer preço. *Atenção*, São Paulo, v. 1, p. 60-64, nov. 1995.

Sobre o Sistema de Complexos Homem-Esporte-Saúde: reflexões a partir de contribuições da Alemanha

BRODTMANN, D. O que mantém as crianças e os jovens mais saudáveis? Novas maneiras de entender a saúde e suas conseqüências para a promoção e educação da saúde. In: BUYTENDIJK; F. J. J. *Allgemeine Theorie der menschlichen Haltung und bewegung*. Berlin: Götting, Heidelber. 1956.

BUYTENDIJK; F. J. J. *Allgemeine Theorie der menschlichen Haltung und bewegung*. Berlin: Götting, Heidelber. 1956.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COLAVOLPE, C. R.; TAFFAREL, C. Z. *Sistema de Complexo Temático: uma contribuição para o debate de reestruturação curricular do Curso de Educação Física da UFBA*. 2005 Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/>. Acesso em: 11 jan. 2006.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da educação física*. São Paulo, Cortez. 1992.

DIECKERT, J. Sozialerziehung – aber wie macht man das? In: *Zs. Betrifft Sport* 5, S. 5-17. 2000.

_____. Mensch – Sport – Gesundheit. 2002. In: *Bayernturner* 3. 9-12, 2002.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R. *Textos pedagógicos sobre o ensino da Educação Física*. 2. ed. Ijuí: Unijuí. 2003.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 5. ed., Ijuí: Unijuí, 2003.

_____. Esclarecimento e Emancipação. In: *Revista Movimento*. UFRGS – Ano V, v. 5, n. 10, pp. 35-39, 1999/1.

_____. *Educação Física: ensino e mudança*. 2. ed. Ijuí: Unijuí. 2001.

KUNZ, E.; TREBELS, A. Gesundheit – mehr als eine Sinnperspektive für den Sportunterricht? In: BACH, I.; SIEKMANN, H. *Bewegung im Dialog*. Hamurg, Czwalina. 2003.

_____. *Educação Física Crítico-Emancipatória: uma perspectiva da pedagogia dos esportes da Alemanha*. Ijuí: Unijuí, 2006.

KUNZ, E.; SANTOS, L. M. E. Ministério da Saúde adverte: “viver é prejudicial à saúde”. In: *Anais do XIV Congresso brasileiro de ciências do esporte e I Congresso Internacional de ciências do esporte*, 2005, Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, v. 01. p. 59-68, 2005.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*, São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec. 1987.

MATSUDO, S. Andrade, D. *et al.* Promoção da saúde mediante o aumento do nível de atividade física: a proposta do programa Agita São Paulo. *Revista Âmbito Medicina esportiva*. v. 7, pp.253-261. 2001.

MATSUDO, V. A experiência do Agita São Paulo na promoção da atividade física como instrumento de combate à obesidade infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação Física Esporte*, São Paulo, v. 20, p. 35-36, set. 2006. (Suplemento n. 5. 35. XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa).

MÉSZÁROS, I. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, Hajime Takeuci. *Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. Niterói: UFF, 2004.

ORÇAMENTO 2007. O que fará Lula? In: *Boletim da Corrente*. O Trabalho do Partido dos trabalhadores, n. 612, 28 nov./ 13 dez. p. 3, 2006.

PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: ed. Expressão Popular. 2000.

SHARDAKOV, M. N. *Desarrollo del pensamiento en el escolar*. Habana: Editorial de Libros para la Educación, 1968.

SILVA, J.G. *Atividade Física, Saúde e Cultura Corporal: o embate teórico a partir das publicações da revista brasileira de ciência do esporte – RBCE (2000-2003)*. UFBA. Monografia. Curso de Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer. Salvador/ Bahia. 2006.

TAMBOER, J. *Movimentar-se: um diálogo entre homem e mundo*. Mar. 1979. (livre tradução de Sportpädagogik, 2/79, Seelze, Friedrich Verlag, 1979).

TAFFAREL, C. Z.; MORAES, D. *Cultura corporal e saúde: um estudo a partir das abordagens epistemológicas das pesquisas realizadas no Brasil*. Salvador/BA UFBA. *Anais Seminário estudantil de Pesquisa VII Seminário de Pesquisa e Pós-graduação (VII SEMPPG)*. XXV Seminário Estudantil de Pesquisa (XXV SEMEP), 2006.

TOGNOLLI, Cláudio. A vietnamização dos corpos. In: *Caros Amigos*. Ano IV, n. 44, nov., p. 44, 2000.

TREBELS, A. H. Playdoyer para um diálogo entre teorias do movimento humano e teorias do movimento do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 13, n. 3, p. 338-344, jun.1992.

Declaración de Cuenca

Desde 82 países de todo el mundo, 1492 personas se encontraron en la segunda Asamblea de la Salud de los Pueblos en Cuenca, Ecuador del 17 al 22 de julio de 2005 para analizar los problemas de salud globales y desarrollar estrategias que promuevan la Salud para Todo/as.

Por ovación reafirmamos la importancia de la Declaración por la salud de los Pueblos (2000) la que continuamos viendo como un documento de llamado a la acción en las diferentes luchas en que nuestro Movimiento está involucrado, del nivel local al nivel global.

La visión aprobada en la Segunda Asamblea Mundial de la Salud de los Pueblos (Cuenca) es la de un mundo social y económicamente más justo en que prevalezca la paz; un mundo en que todas las personas, independientemente de su condición econ mica y social, g nero, identidad cultural y habilidades sean respetadas y sean capaces de exigir su derecho a la salud; y un mundo en que la gente celebre la vida, la naturaleza y la diversidad.

Solidarizamos con las luchas del Ecuador

Aquí en el corazón de los Andes hemos aprendido mucho de la hospitalidad, la herencia cultural viva y las luchas de nuestras hermanas y hermanos ecuatorianos. Nos unimos a ellos en solidaridad al oponernos al TLC propuesto por el gobierno de los EEUU y las IFIs. Este tratado solo aumentará las ganancias de corporaciones y empobrecerá aun más a los trabajadores, campesinos e indígenas de los Andes, al mismo

tiempo que impedirá su acceso a la atención a la salud. También nos unimos a nuestros hermanos andinos oponiéndonos al Plan Colombia, nombre dado a la guerra biológica llevada a cabo contra ellos por los EEUU, y que está envenenando sus tierras y su agua, al igual que militarizando las fronteras.

La realidad del la salud a nivel global

Deploramos el empeoramiento de las condiciones de salud que sufren la mayoría de la población del mundo y denunciaremos su causa -el neoliberalismo. Las políticas neoliberales impuestas por el Grupo de los Ocho (G8) transfieren riqueza del Sur hacia el Norte, de pobres a ricos y del sector público al privado. Las ganancias de las corporaciones aumentan mientras que la gente pobre los indígenas y las víctimas de la guerra y ocupación sufre.

Las inequidades en salud generadas económica y políticamente han aumentado, sin embargo las causas básicas de enfermedad y muerte prevenibles no son abordadas de manera efectiva por las políticas y los programas actuales. El espíritu de Alma Ata se ha traicionado por la mayor parte de los sistemas de salud oficiales a pesar de que se mantenido vivo incluso ante la adversidad por el esfuerzo de activistas y trabajadores de la salud activos en proyectos a nivel de la comunidad en todo el mundo. La atención primaria integral de salud esta siendo aplicada solo en pocos lugares y la provisión de servicios de salud es raramente vista como una responsabilidad social colectiva. Bajo el neoliberalismo no hay derecho a la salud, se fomenta el racismo, se profundiza la opresión de las mujeres, aumenta la exclusión social, la degradación del ambiente se vuelve una norma, no se respetan

los derechos de los trabajadores y la guerra es solo otro negocio. Los Gobiernos, las Instituciones Financieras Internacionales (IFIs), la OMS, las agencias bilaterales y multilaterales est n fuertemente influenciadas por las agendas corporativas.

Establecer el derecho a la salud en esta era de globalización hegem nica es una obligación

El MSP convoca a los pueblos del mundo a movilizarse ante el asalto al derecho a la salud. El marco global del neoliberalismo, la privatización y el “libre comercio”, empujados por la OMC y las instituciones financieras internacionales, ha jugado un papel determinante en la transferencia al sector corporativo del control de los determinantes de la salud. Esto ha resultado en la degradación del medio ambiente, la contaminación ambiental con tóxicos, la negación de los derechos al agua, la comida y a la propia vida. El derecho a la salud y a los cuidados de salud debe ser más importante que las ganancias de las corporaciones, especialmente las casas farmacéuticas que lucran en demasía. De Facto, La OMC opera como un gobierno a pesar de no ser un cuerpo electo; por lo tanto es no representativo y no le responde a ningún grupo elector constituyente. La responsabilidad por el comercio y el desarrollo internacional debe ser nuevamente dada a los ciudadanos a través de la agencia más relevante de las Naciones Unidas, el UNCTAD. A no ser que se le reforme masivamente para que opere democráticamente, la OMC debería ser abolida ya que es una fuente importante de violaciones a los derechos humanos y de injusticia social, a la vez que un mecanismo importante de control corporativo de la vida en el mundo.

El derecho a la salud debe lograrse a través de una movilización popular amplia. El MSP iniciara o se unirá a luchas por el derecho al agua, por la seguridad y soberanía alimentaria, por un medio ambiente saludable, por el trabajo y la vivienda dignas, por una educación universal y la igualdad de genero. Todo esto, ya que la salud de las personas dependen del logro de éstos derechos. El MSP lanzará una Campaña Global por el Derecho a los Cuidados de Salud a todos niveles para así defender la salud y la seguridad social (que incluye a la salud). El MSP documentara y se opondrá activamente a las violaciones al derecho a la salud y a la inequidad que estas representan. El MSP defenderá a los trabajadores de salud pública en su oposición a la privatización de los servicios de salud, para ello construyendo alianzas multisectoriales amplias.

El MSP organizará campañas para oponerse y acabar con los TRIPS y para remover los mismos de la agenda de la OMC. Se opondrá también a los TLCs y el TRIPS+. Llamamos a los gobiernos a usar los acuerdos de Doha para darles a sus ciudadanos medicamentos genéricos al alcance del bolsillo. El MSP se opone además en principio los partenariados del sector público con el privado porque este último sector no debe tener realmente lugar alguno en la preparación de políticas de salud pública. El MSP continuará su colaboración con y el monitoreo de la Comisión sobre los Determinantes Sociales de Salud de la OMS para asegurarse que se abogue efectivamente por atacar las causas políticas y socioeconómicas de la pobreza y la falta de salud e inequidades en los sistemas de salud. El MSP trabajara con sus aliados estratégicos para coordinar acciones comunes contra la privatización y regímenes inequitativos en el ámbito internacional.

Promover la salud en un contexto intercultural

El MSP reconoce que la interculturalidad es un elemento fundamental para promover equidad social y construir un sistema de salud justo. La equidad en el acceso a información en salud es un derecho humano y es esencial para los pueblos indígenas. Se debe empezar por incorporar los diferentes saberes de los pueblos para desarrollar sistemas de salud culturalmente apropiados y equitativos; programas de prevención culturalmente adecuados; capacitación de trabajadores/as de la salud en habilidades para la interculturalidad; condiciones de trabajo justas; seguridad nutricional; y el desarrollo de un ecosistema saludable. El MSP incorporar  temas clave como la lucha contra los Tratados de Libre Comercio, reforma agraria y restauración de la tenencia de la tierra a los pueblos indígenas, protección contra el saqueo del conocimiento ancestral como una defensa fundamental de la seguridad social, identidad cultural y seguridad nutricional. Los muchos aspectos positivos de la medicina tradicional y las culturas locales deben ser rescatados e incluidos como parte de un sistema de salud centrado en las necesidades del pueblo.

Avance del derecho a la salud para todos/as en un contexto de diversidad de g nero y sexual.

La salud de las mujeres, de hombres y de personas en su diversidad sexual está gravemente afectada por el predominio de una cultura patriarcal con inequidades sociales y de g nero y discriminación que afecta su integridad. Los derechos sociales, a la salud, sexuales y reproductivos de las mujeres les son negados. El MSP se compromete a incorporar la transversalización

de la perspectiva de género y la perspectiva feminista en todos los ejes de trabajo y planes de acción. Los hombres y mujeres de la ASP2 se comprometen a reconstruir sus relaciones patriarcales en la vida privada y pública. Esta Asamblea demanda el desmantelamiento de las políticas neoliberales que han profundizado la inequidad de género. Para esto apoyará las campañas internacionales, regionales y locales a favor de los derechos sexuales y reproductivos; fortalecerá la comunicación y relación con otras redes y movimientos; y trabajará para asegurar el acceso al aborto seguro a las mujeres y niñas. El MSP denuncia firmemente todas las formas de violencia basada en género, incluyendo los feminicidios y demanda que los gobiernos tomen medidas preventivas, persiga y castigue a los responsables y les brinden todos los apoyos que requieren las mujeres afectadas.

Las personas con discapacidades y las personas de la tercera edad deberán ser tratadas con respeto y su respectivo derecho a cuidados de salud apropiados deberá ser asegurado. El MSP apoya la Convención de las NNUU que protege y promueve los derechos de las personas con discapacidades, que promueve los servicios de rehabilitación como parte indivisible de los cuidados de salud primaria, y urge a la Comisión de los Determinantes Sociales de la Salud a focalizar sus esfuerzos en las personas con discapacidades. El MSP esta a favor de incluir a las personas con discapacidades en todos los aspectos de la vida cotidiana y recomienda que las discapacidades sean tratadas de la misma forma que lo son los aspectos de genero por las agencias donadoras de manera que su desarrollo sea asegurado y protegido.

Proteger el derecho a la salud en el contexto de la degradación ambiental

El MSP llama a los pueblos del mundo a apoyar acciones concretas para terminar con el control imperialista sobre los recursos naturales para así crear y mantener un ambiente saludable para todos y todas. Los recursos naturales son bienes públicos. Llamamos a una campaña mundial por un Tratado de las Naciones Unidas sobre el Derecho al Agua, asegurando que este recurso vital -la vida misma- nunca será usado como una mercancía o será privatizado. Guiados por evidencia del daño destructivo y el principio precautorio, demandamos una moratoria sobre la minería de extracción y la exploración del petróleo, sobre la investigación en nanotecnología y una prohibición de patentar las formas y procesos de vida, la liberación al medio ambiente de organismos genéticamente modificados y sobre el desarrollo y el uso de todas las armas químicas. Los gobiernos deberán rendir cuentas al pueblo y no a las corporaciones transnacionales y deberán asegurar los derechos relacionados a la salud y a un ambiente sano mediante leyes y reglamentos que se puedan aplicar. Los gobiernos, las IFIs y la OMC deben dejar de ser cómplices de las corporaciones transnacionales (CTNE) y el imperialismo. El conocimiento y la ciencia deben de ser reclamados como un bien público y ser liberados del control corporativo.

Asegurar la salud de los trabajadores defendiendo y ampliando los derechos que ya han alcanzado

El MSP hace un llamado a los pueblos del mundo a demandar la implementación de tratados internacionales que protejan la salud y a seguridad laboral de los trabajadores, reconozcan la salud de los trabajadores como un derecho humano universal y la responsabilidad del estado; también llama a involucrar a los trabajadores en los procesos de toma de decisión y de formulación de políticas sobre las condiciones de trabajo y de salud, y que prohíban el trabajo infantil. Apoyamos la abogacía que asegure que exista un pago igual por igual trabajo para hombres y mujeres, la protección de logros históricamente alcanzados por los sindicatos en el sector informal; también apoyamos la renovación y fortalecimiento de los sindicatos, los movimientos de trabajadores y de las organizaciones anti-globalización al igual que sus relaciones con otros movimientos; además es importante para el MSP la protección de la salud de los trabajadores en el sector informal y de los migrantes que estén más expuestos a los riesgos de salud ocupacional, y la identificación de mecanismos alternativos de seguro para asegurar los derechos a la salud.

Defender el derecho a la salud ante la realidad de la guerra, la militarización y la violencia

El MSP hace un llamado a los pueblos del mundo a oponerse a la guerra y la militarización como también a los inaceptables ataques a la salud de los pueblos, en especial la salud de las mujeres y de los pobres. Mientras que los ataques

terroristas en Nueva York, Madrid y Londres causaron un daño nojustificable, la “guerra del terror” liderada por los Estados Unidos ha generado una aun mas terrible y no-justificable guerra sin fin en poblaciones indefensas con el afán de controlar recursos naturales. Al mismo tiempo, guerras que han costado millones de vidas no son reconocidas ya que el sistema de las Naciones Unidas y nuestros gobiernos permiten que continúen sin cesar.

El MSP continuará a participar en el movimiento global para terminar la ocupación de los Estados Unidos en Afganistán. Tropas extranjeras deberían ser removidas de manera inmediata y reparaciones pagadas por el daño causado por la guerra liderada por los Estados Unidos. El MSP hace un llamado para realizar una investigación en el uso de la tortura por soldados estadounidenses y de personal medico en Guantánamo Bay, en Irak y en Afganistán. Demandamos que el personal médico se niegue de participar en detenciones ilegales y en tortura. Los Estados Unidos y sus aliados deben ser acusados por violaciones de las Convenciones de Ginebra por sus ataques a la población civil, en particular a personal de salud y a instituciones en Irak.

El MSP hace un llamado a las Naciones Unidas y a agencias humanitarias de intervenir de manera efectiva en las “guerras lentas” en el Congo, en el Sudan, en Chechenia y varios otros lugares y de promover una paz permanente a través de la reconciliación política y de programas económicos y sociales que puedan transformar las causas subyacentes de estas guerras.

El MSP se opone a la ocupación Israelí de Palestina y a los esfuerzos de aislar y de poner en ghettos a la población Palestina después de la muralla ilegal de separación. La negación de los derechos de salud Palestinos en el West Bank y Gaza ha alcanzado proporciones de emergencia.

El MSP apoya los pasos hacia la democracia y la auto-determinación realizados por los pueblos indígenas del sur de México, y hace un llamado para concluir el conflicto de baja intensidad librada contra ellos por el gobierno Mexicano.

El MSP denuncia la guerra biológica llamada Plan Colombia que actualmente es librada en contra del pueblo en Colombia, Ecuador y Perú bajo la apariencia de un control de la droga. Estas acciones contravienen convenciones internacionales, y causan un daño irreversible a la salud ambiental y humana en la región.

El MSP hace además un llamado a los Estados Unidos a asumir responsabilidad por y de compensar a las víctimas del Agente Orange en Vietnam, y la contaminación toxica causada por las bases militares de EE.UU. en las Filipinas y en otras partes.

La lucha por los cuidados de salud primaria integrales y por sistemas de salud locales de calidad, eficientes y sostenibles.

El MSP reconoce que las políticas neoliberales han resultado en caída en las inversiones en el sector público de la salud; que se ha promovido un número limitado de intervenciones técnicas mayoritariamente curativas elegidas más que nada sobre la base de una muy restringida y a veces inapropiada aplicación de los análisis de costo-efectividad; que se han ignorado consideraciones ambientales; que se ha acelerado la migración de trabajadores de la salud del sector público al privado de países más ricos; y la proliferación del SIDA especialmente en África ha llevado al colapso de los servicios de salud publica en muchos países.

El MSP llama a nuestros gobiernos nacionales a:

- Implementar una salud primaria basada en la comunidad que incluya los sectores relevantes y que esto sea sustentado por una legislación correspondiente.
- Proveer ambientes de trabajo y de vida saludables que respeten y garanticen los derechos a salud de todos.
- Establecer e implementar un sistema universal de financiamiento de servicios de salud a nivel nacional en c/u de nuestros países que proteja a los más pobres y vulnerables.
- Urgentemente resolver la crisis de recursos humanos en salud a través de mejorías de sus niveles de salarios, sus condiciones de trabajo, su formación, supervisión y soporte; en especial, se deberá implementar un código internacional de prácticas éticas en la contratación de personal que incluya una compensación financiera a los países exportadores de personal, que facilite el retorno de éste personal a través de incentivos y que establezca un fondo global para éstos efectos.
- Asegurar una difusión de los conocimientos sobre el status del VIH y acceso a oportunidades para exámenes voluntarios, al igual que acceso equitativo, al alcance del bolsillo y sostenible a los medicamentos ARV con un énfasis adicional en la prevención y en los cuidados de salud domiciliarios incluyendo servicios sociales.
- El MSP llama a la OMS a apoyar activamente y promover las medidas aquí mencionadas como respon-

sabilidades-de-los-gobiernos-miembros; además la OMS deberá requerir que se levanten las barreras económicas y políticas que se encuentran a todo nivel y que afectan negativamente las políticas sociales de los estados miembros

- El MSP continuará a enfatizar en las comunidades la necesidad de monitorear las políticas y los procesos de su generación a nivel de gobierno y así hacer a los gobiernos responsables de sus acciones a favor de la equidad en salud. El MSP se compromete a recoger experiencias positivas sobre salud primaria entre sus miembros para así aumentar la base de evidencias a favor el enfoque de salud primaria y poder abogar por su revitalización.
- Finalmente, El MSP saluda y apoya el fuerte enfoque de justicia social aplicado a la salud en Venezuela y Cuba, enfoques que nos inspiran en nuestra lucha por la Salud Para Todos.

Apoyo al crecimiento del MSP

El MSP es una red y un movimiento que tiene como misión el fortalecimiento de un movimiento más amplio de personas y organizaciones de todo el mundo que luchan por el derecho a la salud. El MSP esta comprometido con la Declaración de la Salud de los Pueblos e incluye círculos por países y temáticos, así como afiliados que están activamente involucrados para que el trabajo del MSP avance. Más allá de este grupo central de activistas del MSP están los amigos/as del MSP y los aliados/as en todos los niveles.

Otro mundo es posible --estas son nuestras estrategias para lograrlo!

Esta declaración insta a los activistas de la salud de todo el mundo a organizarse, influir, hacer abogacía, analizar y educar para mejorar la salud de los pueblos. El Movimiento de Salud de los Pueblos:

- se abocara a trabajar activamente en los aspectos del derecho a la salud incluyendo derechos individuales y comunitarios
- continuará luchando para mejorar sus formas de trabajo fortaleciendo su coordinación global y regional. Continuará desarrollando procesos de toma de decisiones participativos y transparentes para que los/as activistas de todos niveles sepan que sus opiniones son tomadas en cuenta.
- celebra la inauguración de la Universidad por la Salud de los Pueblos, una universidad para activistas de salud que organizó cursos en asociación con el MSP local y universidades seleccionadas de todo el mundo.
- promover  el debate con instituciones de formación para debatir el dominio del paradigma de atención a la salud. Desarrollar  diversas estrategias para reorientar la educación de los trabajadores/as de la salud hacia la atención primaria integral, manteniendo en el centro los intereses de la gente en las comunidades.
- se convertirá un foro para que intelectuales apoyen a activistas locales en su acción y luchas.
- retar  a los medios de comunicación a diseminar su información y hacerle publicitar sus actividades.

- fortalecerá su estrategia de comunicación para llegar a las comunidades de base.
- traducirá el mayor número de comunicaciones posibles en dos o más idiomas; establecerá una mezcla de páginas web globales y regionales/nacionales; el boletín del MSP continuará como una publicación trimestral y será traducido a varios idiomas.

A modo de resumen de la estrategia del MSP para los próximos años:

- El MSP vinculará los niveles local, nacional y global haciendo llegar desde abajo las necesidades sentidas y guiando al Movimiento en que acciones concentrarse tácticamente.
- El MSP documentará, analizará y diseminará resultados de investigaciones sobre problemas claves de salud relacionados con los principios de su Carta.
- El MSP creará conciencia acerca de los problemas de salud más urgentes en el día a día y deslegitimizará y desmitificará los falsos argumentos, prescripciones y slogans usados por el Establishment.
- El MSP trabajará directamente con las organizaciones de base y con comunidades en su afán de entender mejor sus problemas y creará partenariados que den soporte a activistas locales en su lucha.
- El MSP fortalecerá su trabajo en todos los aspectos del derecho a la salud y apoyara iniciativas que fortalezcan el derecho a los cuidados de salud a todos niveles.
- El MSP trabajará sin descanso para organizar una solidaridad internacional con los oprimidos y con

aquellos afectados por desastres naturales y la guerra civil.

- El MSP enfrentara las poderosas fuerzas opresivas en su lucha por la justicia econ mica, en especial a trabes de un apoyo a la cancelación de la deuda, a la lucha por abolir las condicionalidades econ micas de las IFIs y al establecimiento de un régimen justo de tributación internacional.
- El MSP incorporar  en su trabajo todos los aspectos culturales y espirituales de la salud.
- El MSP trabajará con gobiernos nacionales, agencias de las NN UU y otras agencias nacionales e internacionales en un afán de influenciar sus decisiones.

El poder del Movimiento por la Salud de los Pueblos puede cambiar el mundo. Otro mundo es posible; un mundo que incluye la salud para todos. Tenemos que demandar y luchar por un mundo en que la salud es considerada un derecho y no est  sujeta a las fuerzas del neoliberalismo.

Apoye y agregue su firma a la Carta de la Salud de los Pueblos y la Campaña de un mill n de firmas que pide la salud para todos ahora! Y  nase a su grupo local del MSP y a las nuevas campañas y actividades que se están iniciando.

www.phmovement.org

Cuenca, Ecuador

Julio 22 de 2005

Nosso manifesto pelo direito ao esporte no Brasil¹

No Brasil, país com tantas belezas e riquezas, apesar de sermos campeões nos esportes, somos ao mesmo tempo recordistas mundiais em fome, miséria, desemprego, trabalho infantil, violência e... infelicidade!

Então, lutamos por nosso direito ao esporte Mas não aquele esporte que divide os brasileiros em fortes e fracos, vencedores e vencidos.

Não queremos, nesse esporte, enxergar as pessoas como adversários, mas sim como companheiros e companheiras de aprendizado.

E nem queremos mais o esporte que nos ensine a competir pela sobrevivência.

Mas sim aquele que nos ensine a estabelecer relações de igualdade.

Como educadores, queremos ajudar os praticantes do esporte a estranharem suas próprias dores, e a se emocionarem e se sensibilizarem com as dores e dificuldades dos outros, no esporte e fora dele!

Lutamos pelo direito ao esporte que nos traga alegria.

Mas não apenas aquela alegria fútil, passageira...do podium e das medalhas douradas.

¹ Texto do vídeo "La pérdida del derecho al deporte en el Brasil", apresentado em 18/07/2005 em Cuenca, Equador, na *II Asamblea Mundial de la Salud de los Pueblos*. Produzido por Edgard Matiello Júnior (e-mail: degaufsc@gmail.com); Paulo Ricardo do Canto Capela (e-mail: pccapela@bol.com.br) e Diego S. Mendes (e-mail: diegomendes20@hotmail.com).

Queremos a alegria das verdadeiras vitórias.
Aqueles repletas de amor, de solidariedade, de justiça.
Aqueles vitórias que nos transformam por dentro, que nos permitem ser mais.
Não apenas mais fortes e mais rápidos...mas sim, mais criativos e conscientes.

Queremos então nosso direito à consciência.
Porque as ideologias também são reproduzidas através do corpo.
E o nosso corpo, o queremos brincante,
movido por regras que nós mesmos faremos.
E nos daremos o direito de mudá-las quando quisermos!

E quando estivermos cansados, exaustos de tanto brincar,
queremos nosso direito a assistir a um esporte.
Não apenas aquele com lances mágicos, digno da genialidade dos esportistas,
mas sim aquele em que os atletas, trabalhadores do esporte, não sejam massacrados, violentados em sua dignidade, explorados pelos “Senhores dos Anéis”.
Queremos então entender o que há por trás do jogo,
e o que está por debaixo do tapete verde.

Por fim, mas só para começar, queremos nosso direito à derrota,
porque há derrotas que nos orgulham mais do que muitas vitórias.
Queremos então nosso direito de perder uma, duas, três vezes,
e de chegarmos até em último se for preciso e engraçado, mas só quando quisermos...

Porque queremos ver a vida de diferentes formas, inclusive do ponto de vista dos que nunca subiram no ponto mais alto das disputas humanas.
Porque é de lá que também se aprende que o ouro não vale a vida das pessoas mas que todas as pessoas valem ouro!